

TVR
N.º 284, DE 2021
(Do Poder Executivo)
MSC 293/2021
OF 533/2021

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019, que renova a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Antonio João, Estado do Mato Grosso do Sul.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.840, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária do Periperi e Adjacências, no município de Caetité - BA;
- 2 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema - CE;
- 3 - Portaria nº 589, de 7 de junho de 2017 – Associação Francisco de Assis Dantas, no município de Penaforte - CE;
- 4 - Portaria nº 592, de 7 de junho de 2017 - Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, no município de Arinos - MG;
- 5 - Portaria nº 2.001, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária Farol do Saber, no município de Restinga Seca - RS;
- 6 - Portaria nº 2.185, de 7 de junho de 2017 – Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína, no município de Bocaína - SP;
- 7 - Portaria nº 2.928, de 4 de janeiro de 2017 - Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra, no município de Alhandra - PB;
- 8 - Portaria nº 1.697, de 4 de abril de 2018 - Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito, no município de São José do Cerrito - SC;
- 9 - Portaria nº 5.179, de 8 de novembro de 2018 - Rádio Comunitária Maria Rosa FM, no município de Curitibaanos - SC;
- 10 - Portaria nº 5.952, de 22 de novembro de 2018 - Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária, no município de Casca - RS;
- 11 - Portaria nº 5.957, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51), no município de Palmas - TO;
- 12 - Portaria nº 5.958, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Moradores Comunidade Cristalinense, no município de Cristalina - GO;
- 13 - Portaria nº 6.036, de 22 de novembro de 2018 - Associação Comunitária Barra-Cordense, no município de Barra do Corda - MA;
- 14 - Portaria nº 6.039, de 22 de novembro de 2018 - Associação de Desenvolvimento Comunitário Lagoanovense - ADESCOL, no município de Lagoa Nova - RN;
- 15 - Portaria nº 6.132, de 27 de dezembro de 2018 - Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova, no município de Macatuba - SP;
- 16 - Portaria nº 6.633, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão, no município de Boqueirão do Leão - RS;

17 - Portaria nº 6.634, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Flor da Serra do Sul, no município de Flor da Serra do Sul - PR;

18 - Portaria nº 6.639, de 27 de dezembro de 2018 - Associação Comunitária Cultural de Avanhadava, no município de Avanhadava - SP;

19 - Portaria nº 6.642, de 27 de dezembro de 2018 - Associação de Amigos do Município de Nova Guarita, no município de Nova Guarita - MT;

20 - Portaria nº 4.706, de 17 de setembro de 2019 - Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá - CODESEM, no município de Mauá da Serra - PR;

21 - Portaria nº 4.707, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária da Ponte Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Ponte Serrada - SC;

22 - Portaria nº 4.710, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária do Município de Laranjal, no município de Laranjal - PR;

23 - Portaria nº 4.712, de 17 de setembro de 2019 - Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraterna, no município de Torrinha - SP;

24 - Portaria nº 4.713, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Abadia de Goiás, no município de Abadia de Goiás - GO;

25 - Portaria nº 4.715, de 17 de setembro de 2019 - Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi, no município de Panambi - RS;

26 - Portaria nº 4.718, de 17 de setembro de 2019 - Associação Rádio FM Comunitária Tropical, no município de Votorantim - SP;

27 - Portaria nº 4.719, de 17 de setembro de 2019 - Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, no município de Antonio João - MS;

28 - Portaria nº 4.721, de 17 de setembro de 2019 - Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Picuí - PB;

29 - Portaria nº 4.751, de 17 de setembro de 2019 - Associação Cultural de Heliadora - ACHÉ, no município de Heliadora - MG; e

30 - Portaria nº 4.752, de 17 de setembro de 2019 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá, no município de Humaitá - AM.

Brasília, 23 de junho de 2021.

Brasília, 6 de Novembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056633/2011-08, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3646/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.719, de 17, Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4719/2019/SEI-MCTIC
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001247/1998 e nº 53000.056633/2011-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622435** e o código CRC **729B30EB**.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 533/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que renovam as autorizações outorgadas para executar, sem direito de exclusividade, serviços da radiodifusão comunitária, constantes das Portarias nºs 2.840, 2.967, de 2015; 589, 592, 2.001, 2.185, 2.928, de 2017; 1.697, 5.179, 5.952, 5.957, 5.958, 6.036, 6.039, 6.132, 6.633, 6.634, 6.639, 6.642, de 2018; 4.706, 4.707, 4.710, 4.712, 4.713, 4.715, 4.718, 4.719, 4.721, 4.751 e 4.752, de 2019.

Atenciosamente,



ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.068456/2013-66

SEI nº 2668414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43116/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.056633/2011-08.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/11/2019, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4823363** e o código CRC **C9EB2061**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53000.056633/2011-08
Interessado:	Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.617.368/0001-29
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MS
Localidade:	Antonio João
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Número do Tipo:	427

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Radiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada
429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa

435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Analista**, em 26/09/2019, às 09:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4667628** e o código CRC **631B493E**.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 4667628



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Assunto: **Renovação**

Protocolo de Outorga nº 53700.001247/98

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 056633/2011-08

SEAPA/SCE

08/11/2011-15:15

1. Frente à publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, item 20, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS**, na localidade de **ANTÔNIO JOÃO/MS**, tem validade até 26/10/2011, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 07 de novembro de 2011.

VALKIRIA FERREIRA MACHADO
01321450

02.614.5681 0001-29



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 6938 /2011/CGRC/DEOC/SCE-MC

Brasília, 2 / de novembro de 2011.

Ao Senhor

Representante Legal

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

Rua Joana de Almeida Matos – Esquina com Presidente Vargas, nº 400 – Centro
79910-000 Antônio João/MS

**Assunto: Renovação de Outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária/
Processo nº. 53000.056633/11.**

Senhor Representante Legal,

1. De acordo com a Lei 9.612/1998, art. 6º, alteração pela Lei 10.597/2002 a outorga para prestação do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 (dez) anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas disposições vigentes.

2. Visto que o ato de outorga da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS tem validade até 26/10/2011, e tendo em vista a publicação da Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011 que aprovou a Norma nº 1/2011, comunicamos que a Entidade poderá encaminhar caso deseje pleitear a renovação de sua outorga Requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 da Norma nº 1/2011, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, acompanhado, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:

I. Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme itens 8.2 e 8.3;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Declaração constante do Anexo 14 desta Norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

- a) não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- b) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- c) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;

VII. Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta Norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

IX. Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

X. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1;

Obs. A entidade poderá, opcionalmente, enviar Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1, com vistas à renovação da outorga. Se a entidade não apresentar o laudo de vistoria descrito no item 20.3.1 no prazo para interposição do pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações solicitará a Anatel realização de vistoria para o respectivo fim.

3. Quanto ao subitem 20.3, alínea k, comunicamos que oportunamente o Ministério das Comunicações indicará o valor relativo às despesas decorrentes do ato de renovação, conforme estabelecido no art. 37 do Decreto nº 2615/1998.

4. De acordo com a Norma nº 1/2011, esclarecemos que:

- 1. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de 10 anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecidas as exigências desta Norma e demais disposições legais vigentes.

- II. As entidades que cumprirem o disposto nos subitens 20.2 e 20.2.1 poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.
- III. A alteração do local de instalação da estação que esteja operando em caráter precário somente poderá ocorrer após a aprovação do ato de renovação da outorga pelo Congresso Nacional e publicação de Decreto Legislativo correspondente.
- IV. Os documentos devem ser apresentados no original ou em cópia autenticada e encaminhados via postal ou apresentados diretamente no protocolo central do Ministério das Comunicações.
- V. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

5. Comunicamos que a Norma nº 1/2011 e os modelos padronizados estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mc.gov.br.

6. Será facultado, a essa entidade, nos termos do item 20.2.1 da Norma nº 1/2011, prazo de 3 (três) meses contados da publicação da referida Norma, apresentar os itens solicitados, sob pena de indeferimento do pedido de renovação de outorga e extinção da correspondente autorização.

Atenciosamente,



OCTAVIO PENNA PIERANTI
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

José Benedito Lorena
Engenheiro de Telecomunicações

MS - Antônio João

56633/11

38



Campo Grande/MS, 11 de janeiro de 2012

Para:

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Brasília - DF

At.: Octávio Penna Pieranti

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

Atendendo seu ofício nº 6938/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, datado de 21/11/11, encaminho em anexo as documentações solicitadas visando a **renovação da licença** de radiodifusão comunitária.

Atenciosamente,

Eng. José Benedito Lorena

CREA nº 33712/D-MG

Procurador

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 002643/2012-04

SE4PA/SCE

17/01/2012-10:04

Sealco

Rua Eduardo Santos Pereira, 638 – ap. 1004 – Campo Grande/MS – 3042-6921/9238-6396 – jb.lorena@hotmail.com

ANEXO 12

REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ sob o nº 02.617.368/0001-29, com sede na Rua Joana de Almeida Matos - esquina Rua Presidente Vargas, na cidade de Antônio João/MS, Estado de Mato Grosso do Sul, CEP 79910-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 38, datada de 17/02/2000 e Decreto Legislativo nº 419/2001, publicado no Diário Oficial da União datado de 26/10/2001, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Antônio João/MS, 02 de janeiro de 2012

(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade. Udilma Gizelha Larréa dos Santos de Souza

CPF: 900.393.001-53

CARTÓRIO DE REG. CIVIL E TABELIONATO JUREMA CARPES PITTHAN Tabelião Sydney Perdo Braga Alexandre Marques da Silva Substitutos Rua Eupenio Pinho, 610 ANTONIO JOÃO - MS	Reconheço a firma UDILMA GIZELHA / LARRÉA DOS SANTOS SOUZA .-
	Rec. como Autentico p/ punho selo digital ACD.86966-506 /
	Valido com o selo autenticidade TJMS .-
	Antônio João MS 03 / 01 /2012
	Em testº
Tabelião Alexandre Marques da Silva Tab. e Oficial Substituto	

DECLARAÇÃO

Eu Udilma Gizélha Larréa dos Santos de Souza, CPF nº 900.393.001-53, representante da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, CNPJ nº 02.617.368/0001-29, com sede na Rua Joana de Almeida Matos – esquina Rua Presidente Vargas na cidade de Antônio João/MS, declara que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações. De acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.



Antônio João/MS, 02 de janeiro de 2.012

Udilma Gizélha Larréa dos Santos de Souza



CARTÓRIO DE REG. CIVIL E TABELIONATO JUREMA CARPES PITTMAN Tabelião Sydney Pardo Braga Alexandre Marques da Silva Substitutos Rua Euphrasio Pinheiro, 510 ANTONIO JOÃO - MS	Reconheço a firma UDILMA GIZÉLHA / LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA - /
	Rec. como Autentico p/ punho/
	selo digital ACD. 86963-442 /
	Valido com o selo autenticidade TJMS - -
	Antônio João MS 03 / 01 / 2012
Em testº	 Alexandre Marques da Silva Tab. • Oficial Substituto



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
CNPJ: 02.617.368/0001-29

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:04:48 do dia 09/01/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/02/2012.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.617.368/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/07/1998
NOME EMPRESARIAL OCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA		
LOGRADOURO R CANDIDO GARCIA DE SOUZA	NUMERO 400-B	COMPLEMENTO
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		UF MS
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/1998
SITU ***** 7 ESPECIAL		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **09/01/2012** às **11:14:58** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

© Copyright Receita Federal do Brasil - 09/01/2012

alexandre Marques da Silva
Tab. e Oficial Substituto

AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste
da verdade
Antonio João



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FUNDAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º. A "ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS", é uma sociedade civil de âmbito municipal, apartidária, sem discriminação de raça, sexo, credo e filosofia política, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com número limitado de sócios, com sede à Rua Joana de Almeida Matos, nº 400, centro, no município de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º. Seus objetivos sociais são:

- I- Reunir e organizar movimentos, no sentido de desenvolvimento cultural, artístico e social da comunidade do município de adjacências em que mantemos base;
- II- Identificar e criar mecanismos que possam viabilizar a necessidade de divulgação de obras culturais de artistas carentes da região;
- III- Estudar, documentar, divulgar e propor soluções para o desenvolvimento social e cultural das comunidades carentes;
- IV- Promover o intercâmbio de informações e experiência com as demais entidades e desenvolvimento social de outras regiões;
- V- Fazer-se representar junto aos poderes públicos na busca de soluções dos problemas sociais e exigir os direitos que a Carta Constitucional garanta a todo cidadão indiscriminadamente;
- VI- Buscar a integração jurídica e política dos direitos e pensamentos de seus sócios;
- VII- Participar juntamente com as autoridades constituídas em situação de calamidade, epidemias, campanhas institucionais, atividades artístico-culturais e esportivas, lazer, turismo e segurança;
- VIII- Valorizar a iniciativa local e independente colaborando materialmente com os artistas iniciantes e excluídos de recursos;
- IX- Manter atendimento da comunidade local na própria base ou por sistema de telefonia;
- X- Garantir a participação de estudantes estagiários e de pessoas interessadas no aprendizado ou aperfeiçoamento na área de comunicação, publicidade, sistema técnico e afins.
- XI- Preservar os valores morais, espirituais, éticos, culturais, sociais das famílias e tradições e orgulho nacional;

M. das Comunicações
F. 09
Rúbrica: SCS 4990

Marlene Gama de Nascimento
Guilherme Pinto Reis

Associação de Integração dos Santos

Noley Lavinia dos Santos
Nemara Ihen Xavier Góes

Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

- XII- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XIII- Oferecer mecanismos à formação da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- XIV- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XVI- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma acessível possível;
- XVII- Executar o serviço de radiodifusão comunitária.

§1º. A associação embora apartidária, atuará politicamente em favor dos interesses de seus sócios na busca do verdadeiro respaldo ao direito do cidadão.

§ 2º. A associação tem como princípio fundamental, o fortalecimento de uma sociedade com democracia política, econômica e social.

§3º. Para consecução de seus objetivos, a associação poderá publicar jornais, revistas, folhetos, boletim, organizar cursos, debates, palestras, seminários, estabelecer convênios e acordos de cooperação em entidades públicas ou privadas de caráter nacional ou internacional e criar emissoras de rádio-difusão, e ou de tele-difusão, de caráter regional de baixa potência, de caráter estritamente cultural e comunitário, em conformidade com o constante no art. 223 da Constituição Federal, à Lei nº 9.612 de 19/02/1998, e no que couber, à Lei nº 4.117 de 27/08/1962, modificada pelo Decreto Lei nº 236 de 28/02/1967, e à regulamentação do serviço de radiodifusão sonora, bem como ao Decreto nº 2615 de 03 de junho de 1998, às normas complementares, aos tratados, aos acordos e aos atos internacionais.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

§1º. Para criação, a interessada deverá ter um cadastro com informações e dados pessoais e civis.

[Assinaturas manuscritas]

[Assinatura manuscrita]
Leila M. Mendes Sil
OAB/MS 11984

[Assinatura manuscrita vertical]
Câmara de Porta Fora - MS
Pessoa Física - CPF nº 000.000.000-00

CÂMARA DE PORTA FORA - MS
Pessoa Física - CPF nº 000.000.000-00

§2º. Os sócios da associação pertencem às seguintes categorias:

- **DIRETORIA:** Os que participam da assembleia de fundação da associação.
- **SÓCIOS CONTRIBUINTES:** Os que se inscreveram como associados após a assembleia de fundação da associação e pagam regularmente suas contribuições sociais definidas em livro de atas.
- **SÓCIOS HONORÁRIOS:** Os que, pertencendo ou não a associação tenham prestado relevantes serviços as causas da associação.

Art. 4º. São deveres dos sócios:

- Cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as normas que regem a associação.
- Prestigiar com sua presença e sua participação as atividades da associação.
- Pagar pontualmente as contribuições sociais.
- Acatar o programa de ação e filosofia da associação.

Art. 5º. Ao sócio que infringir o estatuto social, as normas regimentais, a filosofia e o programa de ação, a diretoria poderá aplicar as seguintes penalidades:

- Advertência verbal ou por escrito;
- Suspensão por tempo indeterminado;
- Exclusão do quadro de associado.

§1º. A pena de exclusão do quadro de associados, só poderá ser aplicada após análise da diretoria com anuência do presidente da entidade, devendo ser submetida à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

§2º. Será excluído automaticamente o associado que atrasar por até 3 (três) meses consecutivos a contribuição social, sendo reintegrado, dependendo de análise do seu caso e após os pagamentos atrasados de suas contribuições sociais.

AUTENTICAÇÃO
 Conforme com original
 Em Teste
 da verdade
 CAPÍTULO III
 DA ADMINISTRAÇÃO
 Antonio João
 03/02/2011
 Alameda...
 Tab. e Oficial Substituto
 ACD86954-535

Art. 6º. São órgãos da associação:

Leila Mª Mendes Silva
 OAB/MS 11984



- I- Assembléia Geral;
- II- Diretoria
- III- Conselho Fiscal
- IV- Conselho Comunitário

§1º. O Conselho Fiscal será composto por três membros, eleitos por um período de quatro anos com direito a reeleição, não remunerados.

§2º. A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 15 do mês de junho para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano (s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§3º. O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas, membros representativos das entidades associadas, indicadas, por período de quatro anos.

CAPÍTULO IV

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO SEU FUNCIONAMENTO

Art. 7º. A diretoria é composta pelos seguintes membros:

- I- Presidente;
- II- Vice-presidente;
- III- Secretário;
- IV- Tesoureiro.

Art. 8º. Compete ao presidente:

Alexandre Marques de Silva
Tab. e Oficial Substituto
Em Teste
da verdade
Antonio João
03/04/2012
86955-9990

João Paulo Santos

Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

Guilherme Pinto Reis

Leandro Ferreira dos Santos

REGISTRO DE PESSOA JURIDICA

- Luigi Pinto Pios

Leandro Correia dos Santos

Samana Shon Kaim Gaspar

- REGISTRO DE PESSOA JURIDICA

Samar

- Leila M^{ma} Mendes Silva
OAB/MS 11984

Art.11. Compete ao tesoureiro:

- I- Assinar com o presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitado;
- II- Apresentar balancetes de demonstrativos de contas mensais e relatórios anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- III- Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- IV- Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- V- Manter lançamentos com toda a clareza em arquivamento e comprovantes;
- VI- Fornecer ao presidente quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- VII- Substituir ao presidente na ordem de precedência.

Art. 12. Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Verificar a contabilidade da associação dando parecer sobre as contas da diretoria, quando solicitada;

Art. 13. Compete ao Conselho Comunitário:

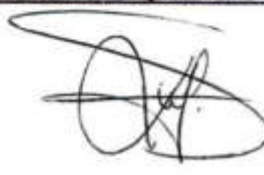
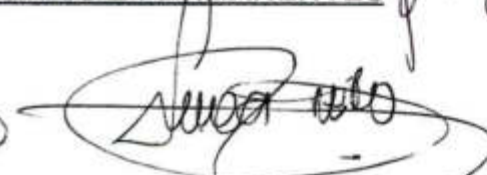
- I- Analisar, aprovar e acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/98.
- II- Analisar as necessidades da comunidade e fazer apresentar em diretoria para votação temas de interesse comunitário.

§1º. O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

§2º. O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES


 Leila M. Mendes Silva
 R/MS 11984

Guilherme Pinto Reis

Thom Kainer Gaspar

Neicy K. Correa da Santos

Confrontado com original
 Alexandre Matos da Silva
 Tab. e Oficial Subverbal
 Antonio João
 03/08/2012
 8695

M. das Comunicações
Fls. 15
Rúbrica

AUTENTICAÇÃO

Conforme com original

Alexandre Marques de Sá

Tab. e Oficial Substituto

da verdade

Antonio João

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

03/01/2012

Art. 14. O mandato da diretoria será de quatro anos.

Parágrafo único: A diretoria poderá ser reeleita.

Art. 15. Não será permitido acúmulo de cargos.

Art. 16. A diretoria não será remunerada.

Art. 17. Serão ressarcidas pela associação, as despesas decorrentes de atividades, atos ou viagens, desde que autorizada pelo presidente e tesoureiro.

Art. 18. As mensalidades de contribuição serão cobradas de acordo com critérios estabelecidos pela Assembléia Geral.

Art. 19. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos ou doar bens ao mesmo, negociá-los desde que a direção para tal fim tenha sido tomada em assembléia extraordinária constituída no mínimo de 1/3 (um terço) dos associados e quorum positivo de metade e mais um dos presentes.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 20. Os sócios contribuintes poderão votar para escolher seus representantes, desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com os seus compromissos associativos.

Art. 21. Só poderão votar os associados inscritos até um ano antes das eleições.

Art. 22. As chapas deverão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições trazendo os nomes dos integrantes e do programa definido.

Art. 23. A assembléia para as eleições será convocada por edital publicado em jornal de circulação no município até quinze dias úteis antes da data aprazada.

Art. 24. As eleições serão secretas com a utilização de cabines indevassáveis, urnas e mesários nos moldes proporcionais e majoritárias.

Art. 25. As chapas inscritas poderão indicar dois fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único. Para tanto as chapas deverão apresentar requerimento a secretaria da associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Leila M. Mendes Silva

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26. A presidência poderá permitir à secretaria geral que a tesouraria convide pessoas não vinculadas à associação para assessorá-la.

Art. 27. O atual Estatuto poderá ser alterado por proposta do presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VIII
DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 28. A associação poderá contar com os seguintes meios para garantir a sua subsistência e patrimônio social:

- I- Contribuições mensais regulares de associados;
- II- Subvenções, auxílios e doações;
- III- Doações e legados;
- IV- Rendas patrimoniais;
- V- Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais de quaisquer outros meios legais;
- VI- Arrecadação contributiva de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicações em conformidade com o estabelecido no art. 32 do decreto nº 2615 de 03 de junho de 1998.
- VII- A associação poderá receber doações e fundos sobre prestações de serviços, tanto de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único. Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixadas pela Assembléia Geral conforme os critérios do momento e definidas em assembléia específica.

Art. 29. A presidência da associação poderá em qualquer momento e tempo, requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios a associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Ed. Teste
da veracidade
Antonio João 208 MS
03/02/2012



Guilherme Pinto Reis

Pamela Roni Kauer Jansen

Henrique de Fátima Souza

Leila Mª Mendes Silva
OAB/MS 11984

Art. 30. A responsabilidade e a orientação intelectual da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Art. 31. O quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Art. 32. A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ouvindo o presidente da entidade.

Art. 34. A associação poderá ser extinta desde que seja convocada assembléia pelo presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de dois terços e após se dará destino ao seu patrimônio.

Parágrafo único. Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais da associação.

Art. 35. A extinção ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

Art. 36. A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 37. Farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados. Seus dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

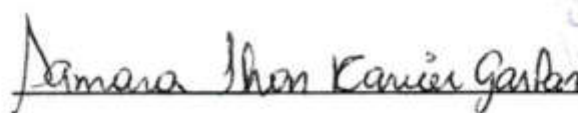
Art. 38. O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Antônio João, 04 de novembro de 1999.



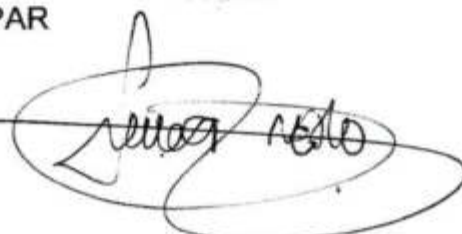
UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS

Presidente



SAMARA IHAN XAVIER GASPAR





AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste - 514
da verdade - ACD 66960-39
Antonio João, Oficial Público
03/01/2012


Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

Guilherme Pinto Reis

Conferido em 04/11/99

Samara Ihan Xavier Gaspar

SAMARA IHAN XAVIER GASPAR

Vice-presidente

Zenóbio Correia dos Santos

ZENÓBIO CORREIA DOS SANTOS

Secretário

Eudócio de Souza Netto

EUDÓCIO DE SOUZA NETTO

Tesoureiro

Noecy Larréa dos Santos

NOECY LARRÉA DOS SANTOS

Membro Conselho Fiscal

Juscilei Pinto Rios

JUSCILEI PINTO RIOS

Membro Conselho fiscal



AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste: sele
da verdade: 086965-
Antonio João 733 MS
03/01/2012
Alcides Mendes da Silva
Tab. e Oficial Substituto

EMOLUMENTOS	RS
FUNJECC	6100
3%	183
10%	610
FUNADEP	—
DILIGENCIAS	—
VL CORRADO	6710

Marlene Larréa do Nascimento

MARLENE LARRÉA DO NASCIMENTO

Membro Conselho Fiscal

EMOLUMENTOS	RS
FUNJECC	3700
3%	111
10%	370
FUNADEP	—
DILIGENCIAS	—
VL CORRADO	4070

COMARCA DE PONTA PORÁ - MS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTOCOLADO SOB N.º 27953 LIVRO A 4
RECEBIDO SOB N.º 25008 em 25 de maio de 2011
PONTA PORÁ - MS
OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
PROTOCOLADO SOB N.º 27954 LIVRO A 4
RECEBIDO SOB N.º 324
PRO a-3
PONTA PORÁ - MS 25/05/2011
Del. Carmo Cesar Torres Carpes
OFICIAL DO REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Selo digital nº
AAM 04184-950

Selo digital nº
AAM 04184-950

Cita nº 21

Conforme com original

Em Teste

da verdade

Antonio João

03/01/2012

22

Casos de dias do mês de novembro de ano de dois mil e nove, reuniram-se os membros da diretoria da Associação de Integridade Comunitária Nova Tempo.

Convidados os funcionários, que atendendo o edital de convocação para tal fim e obedecendo as normas regimentais e estatutária da referida Associação para deliberarem sobre a seguinte pauta:

Eleição em substituição e posse dos membros da diretoria, escolha do Diretor geral da Associação Comunitária, novos tempos para o quadriênio em curso que compreende, ao período (05/03/2009), as cinco dias, de março de dois mil e nove à (05/03/2013) as cinco dias do mês de março de ano de dois mil e treze.

Que em Assembleia Extra Ordinária, convocada por membros da atual diretoria; Que diante de profunda tristeza, pela perda irreparável, e de forma trágica que todos foram tomados pela ausência, por falecimento de Presidente e Diretor Geral da referida Associação Paulo Rodrigues dos Pontes, alegando falta de condições físicas e emocionais, devido as circunstâncias de tais fatos; a Senhora, Madalena Flores dos Pontes, como Vice Presidente e Jorge Ubiratan Rodrigues dos Pontes, em pedido feito verbalmente aos seus referidos cargos a disposição, promoveram neste ato, as renúncias dos cargos de Vice-Presidente, transino e permissão da referida Associação de Integridade Nova Tempo.

Acata os pedidos dos referidos membros e declarou os cargos vagos; foram convocados os membros e

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Participantes em Assembleia Geral para deliberar, pela eleição e posse da nova Diretoria e escolha do Diretor Geral para a conclusão do mandato em curso e assim foi procedido.

Depois várias ponderações analisadas e providas as pessoas presentes se manifestaram como condutas aos cargos da Diretoria da Associação de Integração Comunitária Nossos Tempos.

Os presentes reunidos em Assembleia deliberaram e, aprovaram, elegendo por unanimidade, ficando assim composta, para o período conclusivo do quadriênio em curso que compreende até (05/03/2013).

Presidente - Lúcilma Gizelma R. dos Santos de Souza
R.G. - 001192416 SSPMS CPF. 900.393.001-53

Vice-Presidente - Romário Ibon Xavier Gaspar.
R.G. - 001738289 SSPMS CPF. 041.601.291-45

Secretária - Angélica Márcia Rosa Martins.
R.G. - 001302660 SSPMS CPF. 935044891-20

Tesoureiro - Eudonice de Souza Neto.
R.G. - 394161 SSPMS CPF. 448.511.211-68

Conselho fiscal - Nancy Larveia dos Santos, Myrceli Rinto Reis, Lúcia Yonei Louathine Nogueira, que após proclamados os eleitos foram imbrados em seus respectivos cargos.

Logo continuo os membros e participantes em sessão solene, aceitaram e proclamaram por unanimidade a escolha da Presidente empossada Lúcilma Gizelma R. dos Santos de Souza, como Diretora Geral da emissora Nossos Tempos.

Também com o uso da palavra a eleita e empossada Presidente e Diretora Geral Lúcilma Gizelma R. dos Santos de Souza, agradeceu a todos os presentes eiente de

Valilma Gizele Larrea Des Santo De Souza

Namona Ikon Krier Gaster.

Angela Marcia Rosa Martins

Endoxin de Sulfat-Vertrag

Nolcy Larriva dos Santos

Juchez Panto D305.

Adão Josué Cavalcilha Siqueira

Zenobio Correia dos Santos

Nissa Jorge do Nascimento

Serge Vignat. s'exprimer d'or, d'or

Ernstilde Garrea Silva.

Helenice Barreira Silva Martinez

72. madalena Silva mate cavalheiro

Protocolo n° 26.273

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
REGISTRADO Nº DATA SOB Nº 0326
LIVRO: M - 3
PONTA PORÁ MS 24 NOV 2009
Mônica Dantas
Bel. Gaudilo Cezar Torres Campos
OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

EMOLUMENTOS	
FUNJECC	R\$ 33,00
3%	R\$ 0,99
10%	R\$ 3,30
FUNADEP	R\$ —
DILIGÊNCIAS	R\$ —
VL. COBRADO	R\$ 36,30



Alexandre Marques da Silva
Tob. e Oficial Substituto

AUTENTICAÇÃO
 Conforme com original
 Em Teste
 da verdade
 Antonio João
 03/01/2012



DECLARAÇÃO

Eu UdilmaGizélia Larréa dos Santos de Souza, CPF nº 900.393.001-53, representante da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, CNPJ nº 02.617.368/0001-29, com sede na Rua Joana de Almeida Matos c/ Rua Presidente Vargas, 400 na cidade de Antônio João/MS, declaro que a emissora:

- 1 - Não veicula nenhuma publicidade, veiculando apenas mensagens de apoio cultural;
- 2 - Reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o artigo 67, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- 3 - Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como estímulo à produção independente, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal.

Antônio João/MS, 02 de janeiro de 2012

Udilma Gizélia Larréa dos Santos de Souza

CARTÓRIO DE REG. CIVIL E TABELIONATO JUREMA CARPES PITTHAN Tabelião Sydney Pardo Braga Alexandre Marques da Silva Substitutos Rua Euphrasio Peres, 610 ANTONIO JOÃO - MS	Reconheço a firma UDILMA GIZELHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA - Rec.
	como Autentico p/ punho - se-
	lo digital ACD. 87056-440 TJMS
	Valido com o selo autenticidade
Antônio João MS 09 / 01 / 2012	
Em test:	

Alexandre Marques da Silva
 Tab. e Oficial Substituto



DECLARAÇÃO

Eu Udilma Gizélha Larréa dos Santos de Souza, CPF nº 900.393.001-53, representante da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, CNPJ nº 02.617.368/0001-29, com sede na Rua Joana de Almeida Matos c/ Rua Presidente Vargas, 400 na cidade de Antônio João/MS, declaro que as pessoas indicadas abaixo, são responsáveis pela:

1 - Gestão de atividades: UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA
RG nº: 001192416

2 - Área editorial: UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA
RG nº: 001192416

3 - Direção da programação: UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA
RG nº: 001192416

Declaro ainda que as três pessoas acima sejam de nacionalidade brasileira, comprovadas pelas cópias autenticadas em cartório do RG e CPF de cada uma.



Antônio João/MS, 02 de janeiro de 2.012

Udilma Gizélha Larréa dos Santos de Souza



CARTÓRIO DE REG. CIVIL E TABELIONATO JUREMA CARPES PITTHAN Tabelião Sydney Perdo Braga Alexandre Marques da Silva Substitutos Rua Eupênio Penzo, 510 ANTONIO JOÃO - MS	Reconheço a firma <u>UDILMA GIZÉLHA</u>
	<u>LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA /</u>
	<u>Rec. como Autentico p/ punho</u>
	<u>selo digital ACD. 86964-800 /</u>
Valido com o selo autenticidade TJMS .- Antônio João MS 02 01, 2012	
Em testº	

Alexandre Marques da Silva
 Tab. # Oficial Substituto



AUTENTICACAO
Conforme com original
Em Teste, *silva*
da verdade *PCD 86946*
Antonio João *1068 MG*
03/01/2012



M. das Comunicações
Fls. 24
Rúbrica
SSC 303

Alexandre Marques da Silva
Tab. e Oficial Substituto



AUTENTICACAO
Conforme com original
Em Teste, *silva*
da verdade *PCD 86947*
Antonio João *MG*
03/01/2012



Alexandre Marques da Silva
Tab. e Oficial Substituto

RELATÓRIO DO CONSELHO COMINITÁRIO.

O CONSELHO COMUNITARIO AVALIA A PROGRAMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS FM, COMO UMA PROGRAMAÇÃO ÓTIMA QUE TEM ATINGIDO AS PRINCIPAIS METAS, DE INSERIR E INTEGRAR A COMUNIDADE EM UM TODO DE DIVERSAS FORMAS, UMA DELAS É LEVANDO A INFORMAÇÃO DANDO OPORTUNIDADE A VÁRIOS SEGUIMENTOS TAIS COMO; AS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS PARA LEVAR INFORMAÇÃO DO QUE ESTA ACONTECENDO E ASSIM FAZENDO A COMUNIDADE PARTICIPAR E INTERAGIR E AJUDAR NAS DECISÕES DE SEUS BAIRROS.

TAMBÉM ORGANIZANDO MOVIMENTOS CULTURAIS PARA A INCLUSÃO DE JOVENS E ADOLESCENTES DO NOSSO MUNICÍPIO, TEM TAMBÉM ATIVAMENTE PARTICIPADO EM VÁRIAS CAMPANHAS PARA CONCIENTIZAÇÃO E CHAMANDO A POPULAÇÃO DO NOSSO MUNICIPIO PARA PARTICIPAR ATIVAMENTE ,TAIS COMO, CAMPANHA DE VACINAÇÃO, DE DOAÇÃO DE SANGUE , DOAÇÃO DE MEDULA ÓSSEA, CONTRA O MUSQUITO DA DENGUE,CAMPANHA DO TABAGISMO ETC.

VÁRIAS OPURTUNIDADES DE ESTÁGIOS E APERFEIÇOAMENTO DE ESTUDANTES INTERRESANDOS NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E SISTEMA TECNICO;

A ASSACIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS FM TEM ATENDIDO COM MUITA COMPETENCIA DINAMISMO E CARINHO TODA A NOSSA COMUNIDADE ,NA PROPRIA BASE QUANTO POR TELEFONE,É POR ESSES MOTIVOS SÓLIDOS E VISIVEIS QUE NÓS DO CONSELHO COMUNITÁRIOS APOIAMOS O TRABALHO DESSA DIRETORIA EM VIGÊNCIA ,PELO TRABALHO SÉRIO COMPETENTE E DIVERSIFICADO,COM GARRA E DETERMINAÇÃO LEVANDO CADA VEZ MAIS A FRENTE A INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE, PRESERVANDO VALORES MORAIS, ESPIRITUAIS ,ÉTICOS ,CULTURAIS,TRADIÇÕES E SOCIAIS DAS FAMILIAS .

Erosilda Barreira Silva.

PRESIDENTE

Helenice Barreira Silva Martinez

VICE-PRESIDENTE

Elisiane Franco Samalva

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Odineuza Silvestre de Souza

SEGUNDA SECRETÁRIA

RELAÇÃO DE NOMES DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS.



. MARLENE LARRÉA DO NACIMENTO RG: 238 637 SSPMS

R: GENÉZIO FLORE VIEIRA N° 740 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP: 79910-000 M.S

. EDINEUZA SILVESTRE DE SOUZA RG: 000652455 SSPMS

R: PEDRO LARRÉA N° 500 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP: 799910-000 M.S

. AINÓBIO RODRIGUES DOS SANTOS RG:276 997 SSPMS

R: PEDRO LARRÉA N°170 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP: 799910-000 M.S

. ELIANE FRANCO SANABRIA RG: 001913748 SSPMS

R :TANCREDO NEVES N° 169 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP 79910-000 M.S

. JEANE GLAUCY BARBOSA FLORES RG: 027.747.321-07 SSPMS

R: AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N°500 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP:79910-000 M.S

. JUSILEI PINTO RIOS RG:001738147 SSPM

R: TANCREDO NEVES N°169 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

. NOECY LARRÉA DOS SANTOS RG: 001.846.078 SSPMS

R: PEDRO LARRÉA N°170 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP: 79910-000

. SAMARA IHAN XAVIER GASPARG RG: 001.738.189 SSPMS

R: VERONICA VIEIRA DE OLIVEIRA N°620

EUDÓXIO DE SOUZA NETTO RG: 394.161 SSPMS

R: AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N° 495 ANTONIO JOÃO M.S CEP: 79910-000

Noélbio Silva RG: 089.602 SSPMS

R: DR.WILMAR MARTINENS MARQUES N° 435 ANTONIO JOÃO M.S CEP.79910-000

Erotilde LARRÉA SILVA RG: 415-793 SSPMS

N°435 ANTONIO JOÃO M.S CEP: 799910-000

Thauan Larréa Silva n°435 RG: 001341498 SSPMS

R: DR.WILMAR MARTINEZ MARQUES N°435 CENTRO

ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

HELENICE SILVA MARTINEZ RG: 001332766 SSPMS

R: DR: WILMAR MARTINEZ MARQUES N°435 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP:79910-000

OLDIMAR ROGRIGUES FERNANDES RG: 001224202 SSPMS

R: GENÉZIO FLORES VIEIRA N°600 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

ELZA APARECIDA LEMES FRANCO RG:512104 SSPMS

R: PRESIDENTE VARGAS N°405 VILA NOVA ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

JHONY DOS SANTOS DIAS RG:1038265 SSPMS

R:ARTHUR DE OLIVEIRA N°1365 VILA PENZO ANTONIO JOÃO M.S CEP:79910-000

MARCOS FRANCO SANABRIA RG:001725667 SSPMS

R:PRESIDENTE VARGAS N°405 VILA NOVA ANTONIO JOÃO M.S CEP:79910-000

UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA RG:001192416 SSPMS.

R:AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N°495 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP79910-000

EUDÓXIO DE SOUZA NETTO RG: 394 161 SSPMS

R:AMANTINO ROGRIGUES DOS SANTOS N° 495 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000



PROGRAMAÇÃO DA FM 104.9 NOVOS TEMPOS, (SEGUNDA A SEXTA)
05:00 AS 07:00 DE SEGUNDA A SEXTA (MANHÃ SERTANEJA COM HÉLIO LIMA)
07:00 AS 08:30 DE SEGUNDA A SEXTA (MANHÃ DA ALEGRIA, NOTÍCIAS E
INFORMAÇÃO COM ERALDO GRACIANO)
08:30 AS 11:00 DE SEGUNDA A SEXTA (ASTRAL POSITIVO, BOLETINS DIÁRIO,
PREVISÃO DE TEMPO COM JUCILEI RIOS)
11:00 AS 12:30 DE SEGUNDA A SEXTA (INFORMATIVO COMUNITÁRIO,
NOTÍCIAS DA CIDADE E REGIÃO TAMBÉM A INTEGRAÇÃO DA SOCIEDADE COM
UDILMA DOS SANTOS)
12:30 AS 13:00 DE SEGUNDA A SEXTA (PROGRAMA GOSPEL)
13:00 AS 15:00 DE SEGUNDA A SEXTA (TOTAL HITS COM ELIANE FRANCO)
15:00 AS 18:00 DE SEGUNDA A SEXTA (TARDE SERTANEJA COM GEANE
GLAUCY)
18:00 AS 19:00 DE SEGUNDA A SEXTA (VOZ DO BRASIL)
19:00 AS 00:00 DE SEGUNDA A SEXTA (ESTAÇÃO 104 COM LAUDENIR)

PROGRAMAÇÃO SABADO

06:00 AS 08:00 SABADO (SERTANEJO CLASSE A PROGRAMADO)
08:00 AS 11:00 SABADO (ASTRAL POSITIVO COM JUCILEI RIOS)
11:00 AS 12:30 SABADO (FREQUENCIA GOSPEL COM UDILMA DOS SANTOS)
12:30 AS 13:00 SABADO (PROGRAMA GOSPEL)
13:00 AS 15:00 SABADO (TOTAL HITS COM ELIANE FRANCO)
15:00 AS 18:00 SABADO (TARDE SERTANEJA COM GEANE GLAUCY)
18:00 AS 19:00 SABADO (1 HORA DE BONUS PROGRAMADO)
19:00 AS 00:00 SABADO (SABADÃO ALEGRIA COM GEANY GLAUCY)

DOMINGO

06:00 AS 09:00 DOMINGO (PROGRAMA GOSPEL)
09:00 AS 12:30 DOMINGO (NA SOLA DA BOTA COM AZULÃO)
12:30 AS 14:00 DOMINGO (PROGRAMA GOSPEL)
14:00 AS 17:00 DOMINGO (NA BALADA COM DJ EDVALDO SILVA)
17:00 AS 00:00 DOMINGO (PROGRAMADO)

ANEXO 13 – LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA – RENOVAÇÃO DE OUTORGA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Rádio Comunitária

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

DENOMINAÇÃO SOCIAL

A S S O C I A Ç ã O D E I N T E G R A Ç ã O C O M U N I T Á R I A

DENOMINAÇÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

R I A N O V O S T E M P O S

CGC

0 2 6 3 7 3 6 8 0 0 0 1 2 9

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

Portaria de Autorização nº 38 de 2000 Publicada no D.O.U de 23 de 02 de 2000

Decreto Legislativo nº 439 de 2003 Publicado no D.O.U de 26 de 10 de 2001

1. LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA ENTIDADE

LOGRADOURO

R J O A N A A M A T O S C / R P R E S V A R G A S

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

A N T O N I O J O ã O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M S 2 2 ° 1 1 ' 3 0 " S 5 5 ° 5 7 ' 0 2 " W

- A sede da entidade encontra-se a menos de 1km do sistema irradiante?

NÃO ☐

SIM ☒

2. LOCALIZAÇÃO DO TRANSMISSOR E SISTEMA IRRADIANTE

LOGRADOURO

R J O A N A A M A T O S C / R P R E S V A R G A S

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

A N T O N I O J O ã O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

M S 2 2 ° 1 1 ' 3 0 " S 5 5 ° 5 7 ' 0 2 " W

- São as mesmas coordenadas que constam na última licença expedida?

NÃO ☒

SIM ☐

- É o mesmo endereço que consta na última licença expedida?

NÃO ☐

SIM ☒

3. LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO (Caso o estúdio não se encontre no local do sistema irradiante especifique como será feita a ligação entre o estúdio e o sistema irradiante no campo 8. "Outras informações de interesse")

LOGRADOURO

R J O A N A A M A T O S C / R P R E S V A R G A S

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

A N T O N I O J O ã O

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE INTERESSE

--

9- INSTRUMENTOS EMPREGADOS NA VISTORIA:

GPS, FREQUENCIMETRO, WATTIMETRO, ALTIMETRO
--

10 - DADOS DO ENGENHEIRO PROJETISTA

NOME COMPLETO

JOSÉ BENEDITO LORENA

ENDEREÇO

RUA EDUARDO SANTOS PEREIRA 638

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

APTO 1004

BAIRRO

SÃO FRANCISCO

CIDADE

UF

CAMPO GRANDE MS

REG.CREA

FORMAÇÃO

33712/D ENGENHEIRO ELETRICISTA

CEP

TELEFONE

FAX

79010-030 67-30426921 67-30426921

E-MAIL

JB.LORENA@HOTMAIL.COM

LOCAL

DATA

CAMPO GRANDE 11/01/2012

ASSINATURA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CREA-MS

Rua Sebastião Taveira, 272 Bairro Monte Castelo
CEP 79010-480 Campo Grande-MS
Fone(67) 3368-1000 FAX(67) 3356-1112
Site: www.creams.org.br E-mail: creams@creams.org.br

Nº 11343575

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - Lei Federal nº 6.496/77 ART WEB

RESPONSÁVEL TÉCNICO/CONTRATADO

1. NOME DO PROFISSIONAL - 2. TÍTULO
JOSE BENEDITO LORENA - Engenheiro Eletricista

3. Nº REGISTRO-VISTO

MG33712D-6060

4. ENDEREÇO DO PROFISSIONAL

5. TELEFONE

RUA EDUARDO SANTOS PEREIRA, 638 SÃO FRANCISCO CAMPO GRANDE/MS

30426921

6. NOME DA EMPRESA CONTRATADA

7. Nº REGISTRO

8. CNPJ

CONTRATANTE

9. NOME DO CONTRATANTE
ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

16. CPF OU CNPJ

02.617.368/0001-29

11. ENDEREÇO DO CONTRATANTE

RUA JOANA DE ALMEIDA MATOS - ESQUINA RUA PRESIDENTE VARGAS CENTRO

13. CEP

14. TELEFONE

12. CIDADE/UF DO CONTRATANTE

79.910-000

6791017437

ANTONIO JOAO/MS

16. CPF OU CNPJ

17. TELEFONE

15. NOME DO PROPRIETÁRIO

02.617.368/0001-29

6791017437

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

LOCAL DA OBRA OU SERVIÇO

18. ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

RUA JOANA DE ALMEIDA MATOS - ESQUINA RUA PRESIDENTE VARGAS CENTRO

20. CEP

21. TELEFONE

19. CIDADE/UF DA OBRA/SERVIÇO

79.910-000

6791017437

ANTONIO JOAO/MS

TIPO DE ART/VÍNCULO/PARTICIPAÇÃO

22. MODELO ART
NORMAL

23. TIPO DE REGISTRO
NORMAL

24. TIPO ART
SERVIÇO

25. VÍNCULO
AUTÔNOMO

26. PARTICIPAÇÃO
INDIVIDUAL

27. VINCULADA A ART Nº

DO PROFISSIONAL/Nº REGISTRO

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

OBJETO	CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL	QUANTIDADE	UNIDADE
15 VISTORIA	B0128 RADIOFUSÃO SONORA	1 ATUAÇÃO	1,0000	26 PONTOS
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

TIPO DE ART E DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO CONTRATADO

28. TIPO DE ART - RESUMO DO CONTRATO: DESCRIÇÃO DA OBRA E/OU SERVIÇO CONTRATADO

TIPO DE ART: SERVIÇO

ESTA ART SE REFERE AO LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA - RENOVAÇÃO DE OUTORGA, EXIGIDO NO ITEM X DO OFÍCIO Nº 6938/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, DATADO DE 21/11/11.

29. ENTIDADE DE CLASSE

SENGE - MS - Sindicato dos Engenheiros no Estado

30. VALOR DO CONTRATO

800,00

LOCAL E DATA

CAMPO GRANDE/MS
09/01/2012

ESTE DOCUMENTO A:

A autenticidade deste documento

Importante: Ao encerrar as atividades

pelo profissional e contratante

Valor ART R\$ 33,00

[1ª via CREA-MS] - [2ª via Profissional]

NÃO ESTÁ SENDO ENVIADO O RECIBO DO PAGAMENTO DA ART, PORQUE NESTA ART JÁ CONSTA A QUITAÇÃO

VALOR DO DOCUMENTO

33,00

Declaro como verdadeiras as informações acima

Assinatura do Contratante

CPF/CNPJ 02.617.368/0001-29

CONTRATO ESCRITO OU VERBAL REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77).

www.creams.org.br informando o número desta ART.

Levar esta ART ao CREA-MS apresentando a primeira via assinada no verso

Valor Pago: 33,00

Número: 240060100113435751

Contratante - [4ª via Obra/Serviço] - [5ª via Prefeitura/Outros Órgãos]

PROCURAÇÃO

NOME: Associação de Integração Comunitária Novos Tempos

C.N.P.J./C.P.F.: 02.617.368/0001-29

R.G./ÓRGÃO EMISSOR: sspms

ENDEREÇO: Rua Joana de Almeida Matos -esquina Rua Presidente Vargas - Antônio João/MS

Nomeia e constitui seu bastante procurador o Engenheiro de Telecomunicações José Benedito Lorena, brasileiro, portador do R.G. nº 1.325.211 SSP/MG e C.P.F. nº 413.400.516 - 72, residente e domiciliado à Rua Eduardo Santos Pereira, 638 - apto. 1004 na cidade de Campo Grande - MS, para o fim específico de representar o outorgante perante a **ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações e Ministério das Comunicações**, suas respectivas Unidades Operacionais, podendo o referido mandatário, em nome do outorgante, assinar petições, requerimentos, apresentar documentos e projetos técnicos, retirar atos, portarias, ofícios, guias de recolhimento, licenças, cumprir exigências e enfim, praticar todos os demais atos necessários e inerentes às permissões de interesse do outorgante, cuja expedição seja de competência da mencionada Agência. Esta procuração também autoriza o engenheiro a assinar pelo contratante as guias de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto as unidades do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, relativas ao projeto técnico executado junto a ANATEL.

Antônio João/MS, 02 de janeiro de 2012

Udílma Gizelha Larrea dos Santos de Souza

CARTÓRIO DE REG. CIVIL E TABELIONATO JUREMA CARPES PITTHAN Tabelião Sydney Perdo Braga Alexandre Marques da Silva Substitutos Rua Eupenio Pinzo, 510 ANTONIO JOÃO - MS	Reconheço a firma UDILMA GIZELHA / LARREA DOS SANTOS DE SOUZA / R. c. como Autentico p/ punho / selo digital ACD.86965 TJMS. Valido com o selo autenticidade Antônio João MS 03 / 01 / 2012 Em testº <i>[assinatura]</i> Alexandre Marques da Silva Tab. e Oficial Substituto
---	---

República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Nome: **JOSE BENEDITO LORENA**
 Registro Nacional: **140148413-1**

Filiação: **JOSE TOMAS LORENA**
IANA TERESINA ALEMIN LORENA

C.P.F.: **413.400.514-72** Documento de Identidade: **M1375211 SSP/MT** Tipo Sang.: **A**

Nascimento: **15/11/1958** Nacionalidade: **BRASIL** UF: **MT**

Crea de Registro: **CREA-MT** Emissão: **15/03/2007** Validade: **13/03/2012**

Ass. Presidente: *[Assinatura]* Registro no Crea: **12000000333333**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENGENHARIA

Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**
 Ass. do Profissional: *[Assinatura]*

Vale como Documento de Identidade e não é Publica (Lei nº 5.194 de 20/12/66 e Lei nº 5.206 de 07/05/70)

Agência Nacional
de Telecomunicação
AUTENTICAÇÃO
 Confere Com o Original
 Em 11 de 01 de 2012
[Assinatura]
ANATEL/MS



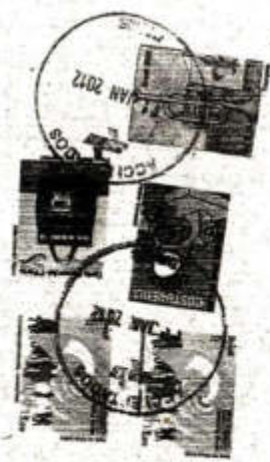
Atendimento seu Ofício nº 6938/2011/CGRC/DEOC/SCF-MC

0

DF

Ministério das Comunicações
Departamento de Serviços de Comunicação Eletrônica
Setor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Bloco R, 3º andar

ARJO



REMETENTE

Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Rua Joana de Almeida Matos - Esquina com Presidente Vargas, 400
Bairro: Centro
Antônio João - MS
79910-000



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.056633/11 Localidade/UF: Antonio Joao/MS
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Processo

1.	A Entidade é uma:	Associação																														
2.	Requerimento de Solicitação?	Sim																														
Fl. 05																																
3.	A Entidade tem por objetivo a execução de Serviço de Radiodifusão?	Sim																														
4.	O Estatuto e Atas estão registrados no órgão competente?	Sim																														
Estatuto Social (Fls. 09/18) - OK Ata de Eleição, datada de 17/11/2009 (Fls. 19/21) - OK																																
5.	Os Estatutos ou Atos Constitutivos da entidade atendem o Art 11º da Lei nº 9.612?	Sim																														
6.	Comprovante de que obteve o assentimento prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República?	Não se Aplica																														
7.	Manifestações de apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área retendida para a prestação do Serviço ou, no caso de localidades cuja área urbana estiver circunscrita a um círculo com raio menor ou igual a 3,5 Km, sediadas na área urbana da localidade, firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou																															
8.	Declaração, assinada pelo representante legal, constando, se for o caso, a denominação de fantasia da entidade?																															
9.	Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, de que todos os dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso?	Não																														
10.	Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é prestadora de qualquer modalidade de Serviço da Radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de canais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições participem de outra entidade detentora de outorga para a execução de qualquer dos serviços mencionados?	Não																														
11.	Nº de Inscrição no CNPJ(CGC)?	Sim																														
Fl. 08																																
12.	Quadro Diretivo da Associação ou Fundação	Mandato: 04 anos (art. 14) Validade: 05/03/2013																														
	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><thead><tr><th>Nome do Dirigente</th><th>CPF</th><th>Cargo</th><th>Majoridade / Emancipação</th><th>Nacionalidade</th><th>Declaracao</th></tr></thead><tbody><tr><td>UDILMA GIZELHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA</td><td>900.393.001-53</td><td>Presidente</td><td>Sim</td><td>Sim</td><td>Não</td></tr><tr><td>SAMARA IHAN XAVIER GASPAR</td><td>041.601.291-45</td><td>Vice-Presidente</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr><tr><td>ANGELA MÁRCIA ROSA MARTINS</td><td>935.044.891-20</td><td>Secretária</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr><tr><td>EUDÓXIO DE SOUZA NETO</td><td>448.514.211-68</td><td>Tesoureiro</td><td>Não</td><td>Não</td><td>Não</td></tr></tbody></table>	Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Majoridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao	UDILMA GIZELHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA	900.393.001-53	Presidente	Sim	Sim	Não	SAMARA IHAN XAVIER GASPAR	041.601.291-45	Vice-Presidente	Não	Não	Não	ANGELA MÁRCIA ROSA MARTINS	935.044.891-20	Secretária	Não	Não	Não	EUDÓXIO DE SOUZA NETO	448.514.211-68	Tesoureiro	Não	Não	Não	
Nome do Dirigente	CPF	Cargo	Majoridade / Emancipação	Nacionalidade	Declaracao																											
UDILMA GIZELHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA	900.393.001-53	Presidente	Sim	Sim	Não																											
SAMARA IHAN XAVIER GASPAR	041.601.291-45	Vice-Presidente	Não	Não	Não																											
ANGELA MÁRCIA ROSA MARTINS	935.044.891-20	Secretária	Não	Não	Não																											
EUDÓXIO DE SOUZA NETO	448.514.211-68	Tesoureiro	Não	Não	Não																											

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
ROTEIRO DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53000.056633/11 Localidade/UF: Antonio Joao/MS
Entidade: ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 01/01/2000 Canal:

Sede (Fl. 05) - Rua Joana de Almeida Matos, esquina com a Rua Presidente Vargas
Fiel Cumprimento - Não consta
Certidão Negativa da Anatel - Fl. 07
Declaração de conformidade - Fl. 06
Declarações do Anexo 14 - Fl. 22
Certidões de regularidade fiscal - Não consta
Certidão de regularidade (INSS e FGTS) - Não consta
Declaração indicando os responsáveis pela gestão, área editorial e programação - Fls. 23/24
Ata que instituiu o Conselho Comunitário - Não consta
Relação de associados - Fls. 26/27
Relatório contendo a grade de programação da emissora - Fls. 25
Grade de programação - Fl. 28

13. Conclusão da Análise

Foram constatadas as seguintes pendências jurídicas:

- a) não foram encaminhadas as alíneas "e", "f.1", "f.2" e "g" da Norma 01/2011 e os comprovantes de residência dos novos dirigentes;
- b) não foram encaminhadas as certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral e a folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados dos dirigentes da entidade;
- c) Não foram encaminhadas as certidões de regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS;
- d) não foi encaminhada a ata de eleição dos atuais membros do Conselho Comunitário.

É o Relatório.


Natália Froemming

(Analista)

Matrícula 1581486

Analista/Economista

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE TÉCNICA DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.056633/2011

Localidade/UF: ANTÔNIO JOÃO/MS

Entidade: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS

Aviso: 0 Canal: 0

Processo	
1. Entregou documentação tempestivamente?	Sim

Check List	
2. Apresentou cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas	Não
3. Apresentou documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no	Não
4. Apresentou Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro	Não
5. Apresentou declaração constante do Anexo 14 da Norma 1/2011, assinada pelo	Não
6. Apresentou declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as	Não
7. Apresentou último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item	Não
8. Apresentou relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o	Não
9. Apresentou comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente	Não
10. Apresentou certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel?	Sim
11. Apresentou laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de	Não
12. Apresentou declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando	Sim
13. Apresentou Laudo de Vistoria Técnica, elabora por engenheiro habilitado (Anexo 13	Não

15. Conclusão Geral (Parecer Técnico)
Nota Técnica n.º 2716/2012 e correspondente Ofício de Exigência - Laudo de Ensaio.
16. Conclusão Geral (Parecer Jurídico)
Foram constatadas as seguintes pendências jurídicas: a) não foram encaminhadas as alíneas "e", "f.1", "f.2" e "g" da Norma 01/2011 e os comprovantes de residência dos novos dirigentes; b) não foram encaminhadas as certidões criminais da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral e a folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados dos dirigentes da entidade; c) Não foram encaminhadas as certidões de regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal e de regularidade perante a Seguridade Social e o FGTS; d) não foi encaminhada a ata de eleição dos atuais membros do Conselho Comunitário. É o Relatório.

Cesar Segond Vasconcellos
Cesar Segond Vasconcellos



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 2716/2012/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.056633/2011
Processo de Outorga nº 53700.001247/1998

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento de renovação da outorga concedida à **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Antônio João / MS**, conforme Portaria de autorização nº 38, publicada no D.O.U. de 23/02/2000 e Decreto Legislativo nº 419, publicado no D.O.U. de 26/10/2001.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade do saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

II. Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço, de acordo com o subitem 8.1, alínea “g”, da Norma nº 01/2011;

III. Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea “f.1”, da Norma nº 01/2011;

IV. Declaração, assinada pelo representante legal, de que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “f.2”, da Norma nº 01/2011;

V. Comprovante de residência de todos os dirigentes associativos, de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea “k” da Norma nº 01/2011;

VI. Cópia da Ata de eleição do Conselho Comunitário da Entidade, composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998, de acordo com o disposto no subitem 21.4 da Norma nº 1/2011.

VII. Comprovação de idoneidade da entidade interessada, bem como de seus dirigentes, em atenção ao disposto no art. 34, alínea “a” do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962) e nos subitens 10.8 e 20.5 da Norma nº 01/2011, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a. Certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que cada dirigente tenha residido nos últimos cinco anos, da Justiça Federal, Estadual e Eleitoral;

b. Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados nos quais os dirigentes da entidade residiram nos últimos cinco anos, expedida, no máximo, há seis meses;

c. Certidão que comprove a regularidade fiscal da entidade perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal do local onde está sediada; e

d. Certidão de regularidade da entidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

VIII. Laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente assinada pelo profissional habilitado e pelo representante legal da requerente, acompanhada do comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrentes desse ato, conforme dispõe o subitem 12.1.1 da Norma nº 01/2011.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.

4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

À consideração superior.



Brasília, 23 de novembro de 2012.



NATALIA FROEMMING
Analista / Economista

Brasília, 23 de novembro de 2012.



CÉSAR SEGOND VASCONCELLOS
Chefe de Divisão

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 2716/2012/CGRC/SCE-MC.

Brasília, 23 de novembro de 2012.



SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3 º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6177

Ofício nº 4253 /2012/CGRC/SCE-MC

Brasília, 27 de novembro de 2012.

À Senhora

UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA

Representante Legal da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Rua Joana de Almeida Matos – Esquina com a Presidente Vargas, nº 400 - Centro
79.910-000 Antônio João – MS

Assunto: Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.056633/2011.

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.056633/2011, na localidade de **Antônio João / MS**, no qual essa Entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 2716, que indica pendências na documentação encaminhada pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por

esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,


VILMA DE FÁTIMA ALVARENGA FANIS
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Substituta

75249303-0

114 x 166 mm

FC043 / 10

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

Ag. Correios - Ativ. Distribuição

Assinatura do remetente / Signature de l'agent

Assinatura do receptor / Signature du récepteur

Nome legal do receptor / Nom légal du récepteur

05/12/12

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

UNIDADE DE ENTREGA / BUREAU DE DESTINATION

05 DEZ 2012

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE

EMS

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

CEP / CODE POSTAL

ENDEREÇO / ADRESSE

53000.056633/11

OF. 4253 / 2012/CGRC/SCE-MC

Associação de Integração Comunitária Novos Tempos

Rua Joana de Almeida Matos - Esquina com

a Presidente Vargas, nº 400 - Centro

79.910-000

Antônio João - MS

Ministério das Comunicações

AR

AVISO DE RECEBIMENTO - AR

AVIS. CN07

30 NOV 2012

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

12/12/12

h

h

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME DO RECEPTOR / NOM DU DESTINATAIRE DE L'EXPÉDIENT

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicações Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços

Esplanada dos Ministérios, Bloco R,

Ed. Anexo Ala Oeste sala 300

70044-900 Brasília-DF

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

SCC-E-MC

Cita nº 21

Cardete dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove. Reuniram-se os membros da diretoria da Associação de integração comunitária novos tempos.

Convidados os funcionários, que atendendo o edital de convocação para tal fim e obedecendo as normas regimentais e estatutária da referida Associação para deliberarem sobre a seguinte pauta:

Eleição em substituição e posse dos membros da diretoria, escolha do Diretor geral da Associação comunitária, novos tempos para o quadriênio em curso que compreende, no período (05/03/2009), os cinco dias, de março de dois mil e nove à (05/03/2013) os cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Que em Assembleia Extra Ordinária, convocada por membros da atual diretoria; Que diante de profunda tristeza, pela perda irreparável, e de forma trágica que todos foram tomados pela ausência, por falecimento do Presidente e Diretor Geral da referida Associação Paulo Rodrigues dos Pontes, alegando falta de condições físicas e emocionais, devido as circunstâncias de tais fatos; A Senhora, Madalena Glauco dos Pontes, como Diretora Chaves Pereira e Jorge Ubiratan Rodrigues dos Pontes, em pedido feito verbalmente aos seus referidos cargos a disposição, promoveram neste ato, as renúncias dos cargos de Vice-Presidente, tesoureiro e secretário da referida Associação de integração novos tempos.

Levata os pedidos dos referidos membros e declarado os cargos vagos; Foram convocados os membros e

Cita nº 21

Quarenta e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, reuniram-se os membros da diretoria da Associação de Integração Comunitária Nova Tempo.

Convocados os funcionários, que atendendo o edital de convocação para tal fim e obedecendo as normas regimentais e estatutária da referida Associação para deliberarem sobre a seguinte pauta:

Elição em substituição e posse dos membros da diretoria, escolha do Diretor geral da Associação Comunitária, novos tempos para o quadriênio em curso que compreende, ao período (05/03/2009), os cinco dias, de março de dois mil e nove à (05/03/2013) os cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze.

Que em Assembleia Extra Ordinária, convocada por membros da atual diretoria; Que diante de profunda tristeza, pela perda irreparável, e de forma trágica que todos foram tomados pela ausência, por falecimento do Presidente e Diretor

geral da referida Associação Paulo Rodrigues dos Pontes, alegando falta de condições físicas e emocionais, devido as circunstâncias de tais fatos; a Senhora, Madalena Glauco dos Pontes, como Vice-chefe Pereira e Jorge Ulisses Rodrigues dos Pontes, em pedido feito verbalmente aos seus referidos cargos a disposição, promoveram neste ato, as renúncias dos cargos de Vice-Presidente, tesoureiro e secretário da referida Associação de Integração Nova Tempo.

Levata os pedidos dos referidos membros e declarado os cargos vagos; Foram convocados os membros e

Participantes em Assembleia Geral para deliberar, sobre eleição e fase da nova Diretoria e escolha do Diretor Geral para a conclusão do mandato em curso e assim foi procedido.

Depois várias ponderações analisadas e procedidas as pessoas presentes se manifestaram como candidatos aos cargos da Diretoria da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos.

As presentes reunidas em Assembleia deliberaram e, observaram, elegendo por unanimidade, ficando assim composta, para o período conclusivo do quadriênio em curso que compreende até (05/03/2013).

Presidente - Edilma Gizelha R. dos Santos de Souza

R.G. - 001192416 SSPMS CPF. 900.393.001-53

Vice Presidente - Pamela Ihan Xavier Gaspar

R.G. - 001738189 SSPMS CPF. 041.601.291-45

Secretária - Angela Márcia Rosa Martins

R.G. 001302660 SSPMS CPF. 935044891-20

Tesoureiro - Eudécio de Souza Neto

R.G. 394161 SSPMS CPF. 448.514.211-68

Conselho fiscal - Nancy Larveia dos Santos, Mucilei Pinto Reis, Lidão Yonê Gonçalves Azevedo, que após proclamados os votos foram empossados em seus respectivos cargos.

Logo continuo os membros e participantes em livre deliberação, votaram e proclamaram por unanimidade a escolha da Presidente empossada Edilma Gizelha R. dos Santos de Souza, como Diretora Geral da emissora Novos Tempos.

Também com o uso da palavra a eleita e empossada Presidente e Diretora Geral Edilma Gizelha R. dos Santos de Souza, agradeceu a todos os presentes e clientes de

temerha responsabilidade de abraçar e dar proeminên-
 mente, aos trabalhos prestados à comunidade, aqui
 descendo, e portando com afeto de todos; Deu por
 encerrada a Assembleia; E que fosse lavrada presente
 ata e assinada por todos os presentes:

Volilma Gigêlia Lorrêa dos Santos de Souza
 Ramona Ithon Xavier Gaspar

Angela Marcia Rosa Martins

Elton J. Lang Advogado - OAB/MS 5291

Elton J. Lang Advogado - OAB/MS 5291

Volcy Lorrêa dos Santos

Jucilez Panto Reis.

Adão Josué Cavalcante Siqueira

Zenobia Correia dos Santos

Nilson Jorge do Nascimento

Jorge Vairator Rodrigues dos Santos

Erastilde Soaveira Silva.

Helenice Correia Silva Martinez

Ma Madalena Silva Mate Cavalcante.

Protocolo nº 26.273

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	
REGISTRADO Nº DATA SOB Nº	0326
LIVRO	ca - 3
PONTA PORÁ MS	24 NOV 2009
Alonei Carpes	
Bel. Genilda Cezar Torres Carpes	
OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	



EMOLUMENTOS	
FUNJECC	R\$ 33,00
3%	R\$ 0,99
10%	R\$ 3,30
FUNADEP	R\$
DILIGÊNCIAS	R\$
VL. COBRADO	R\$ 36,30

Lta nº 22

No segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniram-se em Assembleia Extra-Ordinária, os membros e sócios da Associação Comunitária Novos Tempos. Em uso da palavra a Presidente, Senhora Edilma Gizelha Lourea Pontes de Souza, deu início à reunião agradecendo a presença de todos, e em seguida colocou o assunto em pauta:

A escolha de dois membros da diretoria, que irão representar a referida Associação junto as Instituições financeiras. Após a deliberação do assunto em pauta, após várias ponderações pelos presentes em Assembleia. Os membros e sócios da referida Associação (aclamaram) e logo aclamaram por unanimidade a Presidente (a) Edilma Gizelha Lourea Pontes de Souza, e o Tesoureiro Eudócio de Souza Neto, como representantes legais junto as Instituições financeiras; (Banco) e logo Banco Bradesco S.A. Correios, Cartórios, Receita Federal e outros.

E não havendo mais nada a ser deliberado a Presidente determinou que fosse lavrada a (Presidência) e logo presente lta que após lida e aprovada foi assinada por todos os presentes:

Edilma Gizelha Lourea dos Santos de Souza

Somara Thom Xavier Gaspar

Eudócio de Souza Neto.

Angela Marcia Rosa Martins

Deley Roré dos Santos

Lucile Pinto Reis

Adão José C. Siqueira

Somely Thom Xavier Gaspar

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

REGISTRADO EM DATA 00/11/2011

Muziany, João Xavier Gaspar?

ADVOGADO OAB-MS 2779-A

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
REGISTRADO N.º DATA SOB N.º 0326
LIVRO 01 - 8
PONTA PORÁ MS 03 DEZ 2009
Bel. Genildo Cezar Torres Campos
OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

EMOLUMENTOS	
FUNJECC	RS. 33,00
3%	RS. 0,99
10%	RS. 3,30
FUNADEP	RS.
DILIGÊNCIAS	RS.
VL. COBRADO	RS. 36,30

Protocolo 26.309



Cita n.º 23

24/07/2010 - 24/07/2014

Por vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, reuniram-se membros da diretoria, colaboradores, funcionários e cidadãos da nossa cidade; Na sede da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, localizada a Rua Yoana de Almeida Mattos n.º 400 no Centro de Antônio João. Reunidos em Assembleia, conforme o edital de convocação afixado no mural da emissora com a seguinte pauta:

- Substituição dos cargos de secretária e conselho fiscal.
- Prestação de contas do 1.º semestre.

Com a palavra de abertura da Assembleia a Presidente e diretora Edilma Gizelha dos Santos de Souza, agradeceu a presença dos participantes e fez uma breve explanação dos seis meses de trabalho frente a Associação; Falou das dificuldades ali encontradas, de um novo desafio colocado em seu caminho; Mas que hoje graças a Deus e a participação de todos os amigos e colaboradores; Li "tempestade". Passou estes meses com o coração para um novo tempo de conquista e crescimento profissional, atendendo assim as necessidades da nossa comunidade.

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
PROTOCOLADO SOB N.º
LIVRO A

Em ato contínuo foi colocada a aprovação dos Preteritos os longos vãos de Meretônia e Conselho fiscal; literalmente: Presidência pela Penha Angela Mircia Rosa Martins e Lidaô Yonê Carvalho Piquira. Que por motivos de incompatibilidade e forças maiores pedem seu afastamento dos referidos cargos.

Após várias ponderações e deliberação foi eleito por unanimidade o Penha Zenálio Correia dos Santos para o cargo de Meretônio e a Penha Marlene Loureia do Nascimento para o cargo de Conselho fiscal.

Ficando assim composta a Diretoria:

Presidente - Edilma Gizelha dos Santos de Souza

Vice-Presidente - Pamela Ihen Kavier Gaspar

Secretários - Zenálio Correia dos Santos

Tesoureiro - Eudório de Souza Netto.

Conselho fiscal - Nancy Loureia dos Santos

Yuniele Pinto Lins

Marlene Loureia do Nascimento

Finalizada a nova composição da atual diretoria administrativa da Associação Comunitária Novos Tempos; fazendo o uso da palavra o Tesoureiro Penha: Eudório de Souza Netto; agradece a todos e faz uma explanação dos receitas e despesas da Associação, expõe as dificuldades, ora encontra na intenção de quitar débitos da diretoria; E que busca meios de negociar com seus credores.

Colocando-se a disposição de todos para eventuais dúvidas referente as contas do emissor, se mostra bastante otimista ao afirmar que a Associação está caminhando para um novo tempo onde a amizade e credibilidade estará redobrando os laços dos pentecostais, através do emissor de notícias.

Não havendo nada mais a tratar e penado toda a dívida entre os presentes; o Presidente e Diretor Edilma Gizelha, dá por encerrada a Assembleia e autoriza a

Sanctura da Presente Carta que após lida vai por todos
suas assinada:

Presidente - Wilma Gizelha dos Santos de Souza

RG - 003192416 SSPMS CPF - 900.393.001-53

Vice-Presidente - Amara Ihen Xavier Gaspar

RG - 001738189 SSPMS CPF - 041.601.291-45

Secretário - Zenálio Correia dos Santos

RG - SSPMS CPF - 448.546.501-25

Tesoureiro - Eudócio de Souza Netto

RG - 394161 SSPMS CPF - 448.514.211-68

Conselho fiscal - Nerey Larrea dos Santos

Junilei Pinto Reis

Marlene Lúcia do Nascimento

Wilma Gizelha LORRA DO SANTO DE SOUZA

Amara Ihen Xavier Gaspar

Zenálio Correia dos Santos

Eudócio de SOUZA NETTO

Nerey Larrea dos Santos

Junilei Pinto Reis

Marlene Lúcia do Nascimento

Junilei Pinto Reis

Ólio de Larrea Netto

Miguel dos Santos Gomes

ADRIANA SILVA DE OLIVEIRA

José Adilson Rodrigues dos Santos

Finalizada a nova composição da atual diretoria administrativa da Associação Comunitária 'Novos Tempos', fazendo o uso de palavra o tesoureiro senhor Eudócio de Souza Netto; ligandose a todos e faz uma exploração das receitas e despesas da Associação, esclarece as dificuldades que encontra na intenção de quitar débitos da diretoria anterior; e que busca meios de negociar com seus credores.

Colocando-se a disposição de todos para eventuais

deixados referente as contas da emissora, se mostra bastante otimista ao afirmar que a Associação está caminhando para um novo tempo onde a credibilidade estará readentrando os lares dos Antôniojos. nemes através da emissora de rádio.

Não havendo nada mais a tratar e penada toda a vida entre os presentes; a Presidente e diretora Edilma Gízelha da Paz encerrada a assembleia e autoriza a lavatura da presente ata que após lida vai ser todos os presentes assinada.

Leila M. Mendes Silva
Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	
PROTOCOLADO SOB Nº	27.525 LIVRO Nº 4
REGISTRADO / AVERIGUADO SOB Nº	0326
LIVRO	2 - 3
PONTA PARA MS	06 DEZ 2010
Bel. Geraldo César Torres Carpes OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	

EMOLUMENTOS	
FUNJECC	R\$ 37,00
3%	R\$ 1,11
10%	R\$ 3,70
FUNADEP	R\$ 11,00
DILIGÊNCIAS	R\$ 11,00
VL. COBRADO	R\$ 40,70



GERALDO C. T. CARPES
1º Tabelião
Mário da Glória T. Carpes
SUBSTITUTO
Bento Gonçalves

Ata nº 24

Ata Para Eleição do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Novos Tempos FM.

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e onze, Particularmente às dezesseis horas horário local; Na Rua Jaana de Almeida Mattos, nº 400; No Centro de Antônio João; Após convocação para assembleia geral por meio de Edital; Reuniram-se associados, colaboradores, voluntários e representantes de entidades de classe da cidade. Com início da assembleia no horário previsto

e o número de penas suficientes; A Presidente e Diretora Udilma dos Santos deu início a reunião cumprimentando a todos que se fizeram presentes; destacando mais uma vez a importância da União da Comunidade Antiojeana e para juntos estar buscando alternativas para o bem comum da sociedade. A Diretora explicou a todos os presentes que recebeu um comunicado do ministério das comunicações dizendo da necessidade da formação do Conselho Comunitário. Depois de lida e explorada as normas para criação e funcionamento do Conselho Comunitário e tomada todas as decisões em relação as pessoas que irão compor a nova diretoria do Conselho Comunitário; Comenta por membros representantes de vários segmentos da sociedade da cidade de Antonio João; tendo a aprovação por unanimidade por membros da diretoria da Associação Comunitária Novos Tempos. Colocado o assunto em pauta que é a Eleição do Conselho Comunitário da Associação Comunitária Novos Tempos; foram colocados nomes dos componentes a apreciação da assembleia; Após várias ponderações e argumentações. Após manifestação dos presentes (fica) e digo fica cometa como hora única e colocada a votação dos demais a seguinte composição:

Presidente: Enatilde Lameira Silva

Vice-Presidente: Kelenice Lameira Silva

1º Secretário: Eliene Franco Pinheiro

2º Secretário: Edineiza Silvestre de Souza

Procurador geral: Keli Rosângela Rodrigues Silveira

Após a apreciação de todos os componentes da assembleia foi elita por aclamação por unanimidade; ficando assim formada a Nova diretoria do Conselho Comunitário. Em mais assunto a mesa discutida a Presidente e Diretora Udilma dos Santos mais uma vez agradece a presença de todos que se fizeram presentes neste ato democrático; colocando-se a disposição da sociedade de Antonio João. Dando por encerrada a reunião que fosse lavrada a presente ata lida e aprovada por todos.

Onailde Lameia Silva
 Presidente
 Representante da Associação Comercial

Yvelene Lameia Silva
 Vice-Presidente
 Representante da Associação dos Agricultores

Olione Franco Nankira
 1º Secretário
 Representante da Associação Conjunto Habitacional Archela Freire

Edineiza Nereide Souza
 2º Secretário
 Representante da Associação dos Artesãos

Roseli Rosângela Rodrigues
 Fiscal Geral
 Representante da Associação do Conjunto Habitacional dos
 Agrônomos.

Presidente e Diretor: Valilma Gizelha dos Santos de Souza
 Vice-Presidente: Samara Ihon Xavier Gomes

Secretário: Zenálio Pereira dos Santos

Tesoureiro: Rauldênio de Souza Neto

Conselheiro Fiscal: Nancy Lameia dos Santos

Jucilei Pinto Reis

Marlene Lameia do Nascimento

CPF: 990.393.001-53

CPF: 041.601.293-45

CPF: 448.546.501-25

CPF: 448.514.211-68

: Valilma Gizelha Lameia dos Santos de Souza

REGISTRO DE PESSOA JURIDICA

PROTOCOLADO SOB Nº

LIVRO A-

Amara Ihan Karier Garçon
Memório Correia dos Santos
Eudoxio de Souza Netto
Lucilei Pinto Reis.
Nerey Barros dos Santos
Mandlene Barreto de Azevedo

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	
PROTOCOLADO SOB Nº	01954
LIVRO A	4
RECORRIDO / AVERBADO SOB Nº	334
VRO	Q-3
PONTA PARA MS	05105 2011
Bel. Geraldo Cesar Torres Carpes OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	

Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

Selo digital nº
AAM04184-950

GERALDO C. T. CARPES
1º Tabelião
Maria da Glória T. Carpes
SUBSTITUTO
Ponta Porã MS

Ata nº 01

Ata Para eleição do Conselho (Fiscal) Comunitário da Associação Comunitária Novos Tempos Fz. ^{digo}

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e onze, Pontualmente às dezesseis horas horário local; Na rua Yana de Almeida Mattos, nº 400; No Centro de Antônio João; Após Convocação para Assembleia Geral por meio de Edital; Reuniram-se associados, colaboradores, Voluntários e representantes de Entidades de Classe da Cidade. Com início da Assembleia no horário previsto e o número de pessoas suficientes; A Presidente e Diretora Edilma dos Santos deu início a reunião cumprimentando a todos que se fizeram presentes; Destacando mais uma vez a importância da união da comunidade Antojonense para juntos estar buscando alternativas para o (bem) e digo bem comum da sociedade. Colocado o assunto em pauta que é a eleição do Conselho Fiscal Comunitário da Associação Comunitária Novos Tempos; Foram colocados vários nomes de pessoas ligadas a entidades de classe à apreciação da Assembleia; Após várias ponderações e argumentações. Após manifestação dos presentes fica composta como lista única e colocada a aprovação dos demais a seguinte composição:

Presidente: Eurátide Lúcia Silva

Vice-Presidente: Helenice Lúcia Silva

1º Secretário: Olíone Franco Panabira

2º Secretário: Odineza Silvestre de Souza

Fiscal Geral: Roseli Rosângela Rodrigues Silveira

Após a aprovação de todos os componentes da Assembleia foi eleita por aclamação por unanimidade; ficando assim formada a Nova diretoria do Conselho Fiscal Comunitário. Em mais assunto se foram discutidos, a Presidente e Diretora Edilma dos Santos mais uma vez agradece a presença de todos que se fizeram presentes

neste ato democrático; laborando-se a disposição da
 Sociedade de Antônio João. Onde foi encerrada a reunião
 que fôra levada a presente ata lida e assinada
 por todos.

Erotilde Lamea Silva
 Presidente

Representante da Associação Comercial

Erotilde Soares Silva

Olênice Lamea Silva

Vice-Presidente Olênice Lamea Silva

Representante da Associação dos Agricultores

Ediane Franco Damabira

Olione Franco Damabira

1º Secretário

Representante Associação Conjunto Habitacional Archela Freire

Edineuza Silvestre Souza

Odineuza Silvestre Souza

2º Secretário

Representante da Associação dos Artesãos

Roseli Karanjoza Rodrigues

Fiscal Geral

Representante da Associação do Conjunto Habitacional dos
 Beneditinos

CPF: 900.393.001-53

Udilmir Gijella Lorréa dos Santos de Souza

Oldimar Rodrigues Fernandes - RG: 001224202

Paulo Junior Rodrigues dos Santos

CPF: 027.259.031-22

Jorge Ubiratan R. dos Santos

CPF 027.259-024-50

Namara Ilon Ravier Gaspar

Leila M. Mendes Silva
 OAB/MS 11984

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

CPF: 041.601.293-45

Guilherme Pinto Reis

CPF: 02346640107

Henrício Correa dos Santos

CPF: 448546301-25

Noley Barreira dos Santos

CPF: 066.156.861-04

Marlene Sampaio de Nascimento

CPF: 829539881-49

Guilhermina Duarte

CPF: 001.259.151-36

Dr. Fernando Balthazar Pereira

CPF: 023.689.551-00

Marcos Renato Barbosa Pereira

CPF: 045-676-621-99

Melita Salim Xavier

CPF: 254829041-72

Edoário de Souza Neto

CPF: 448.514.211-68

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	
PROTOCOLADO SOB Nº 27954	LIVRO A. 4
REVISADO / AVERBADO SOB Nº 324	
AVISO 0-3	
PONTA POR AMS 25/05/2012	
Bel. Gerardo César Torres Carpes OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA	

Selo digital nº
 AAm 04184-950.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FUNDAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º. A "ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS", é uma sociedade civil de âmbito municipal, apartidária, sem discriminação de raça, sexo, credo e filosofia política, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com número limitado de sócios, com sede à Rua Joana de Almeida Matos, nº 400, centro, no município de Antônio João, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º. Seus objetivos sociais são:

- I- Reunir e organizar movimentos, no sentido de desenvolvimento cultural, artístico e social da comunidade do município de adjacências em que mantemos base;
- II- Identificar e criar mecanismos que possam viabilizar a necessidade de divulgação de obras culturais de artistas carentes da região;
- III- Estudar, documentar, divulgar e propor soluções para o desenvolvimento social e cultural das comunidades carentes;
- IV- Promover o intercâmbio de informações e experiência com as demais entidades e desenvolvimento social de outras regiões;
- V- Fazer-se representar junto aos poderes públicos na busca de soluções dos problemas sociais e exigir os direitos que a Carta Constitucional garanta a todo cidadão indiscriminadamente;
- VI- Buscar a integração jurídica e política dos direitos e pensamentos de seus sócios;
- VII- Participar juntamente com as autoridades constituídas em situação de calamidade, epidemias, campanhas institucionais, atividades artístico-culturais e esportivas, lazer, turismo e segurança;
- VIII- Valorizar a iniciativa local e independente colaborando materialmente com os artistas iniciantes e excluídos de recursos;
- IX- Manter atendimento da comunidade local na própria base ou por sistema de telefonia;
- X- Garantir a participação de estudantes estagiários e de pessoas interessadas no aprendizado ou aperfeiçoamento na área de comunicação, publicidade, sistema técnico e afins.
- XI- Preservar os valores morais, espirituais, éticos, culturais, sociais das famílias e tradições e orgulho nacional;



*Marlene Sarma de Novais
Guilherme Pinto Reis.*

Teodoro Correia dos Santos

*Nelcy Lavoura dos Santos
Damaris Ivan Kain Garban*

Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

MINISTÉRIO DE PESSOA JURÍDICA

- XII- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- XIII- Oferecer mecanismos à formação da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- XIV- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- XV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- XVI- Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, da forma acessível possível;
- XVII- Executar o serviço de radiodifusão comunitária.

§1º. A associação embora apartidária, atuará politicamente em favor dos interesses de seus sócios na busca do verdadeiro respaldo ao direito do cidadão.

§ 2º. A associação tem como princípio fundamental, o fortalecimento de uma sociedade com democracia política, econômica e social.

§3º. Para consecução de seus objetivos, a associação poderá publicar jornais, revistas, folhetos, boletim, organizar cursos, debates, palestras, seminários, estabelecer convênios e acordos de cooperação em entidades públicas ou privadas de caráter nacional ou internacional e criar emissoras de rádio-difusão, e ou de tele-difusão, de caráter regional de baixa potência, de caráter estritamente cultural e comunitário, em conformidade com o constante no art. 223 da Constituição Federal, à Lei nº 9.612 de 19/02/1998, e no que couber, à Lei nº 4.117 de 27/08/1962, modificada pelo Decreto Lei nº 236 de 28/02/1967, e à regulamentação do serviço de radiodifusão sonora, bem como ao Decreto nº 2615 de 03 de junho de 1998, às normas complementares, aos tratados, aos acordos e aos atos internacionais.

CAPÍTULO II

DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 3º. Serão admitidos como associados às pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, que tenham preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

§1º. Para criação, a interessada deverá ter um cadastro com informações e dados pessoais e civis.

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
 Leila Mª Mendes Silva
 OAB/MS 1186

Leandro Correia dos Santos Guillei Pinto Rios

Samara Jhon Raim Gartin

Marlene Soares de Azevedo Nobre Lacerda dos Santos

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

COMISSÃO DE DOUTORADO

§2º. Os sócios da associação pertencem às seguintes categorias:

- **DIRETORIA:** Os que participam da assembléia de fundação da associação.
- **SÓCIOS CONTRIBUINTES:** Os que se inscreveram como associados após a assembléia de fundação da associação e pagam regularmente suas contribuições sociais definidas em livro de atas.
- **SÓCIOS HONORÁRIOS:** Os que, pertencendo ou não a associação tenham prestado relevantes serviços as causas da associação.

Art. 4º. São deveres dos sócios:

- Cumprir e fazer cumprir o estatuto social e as normas que regem a associação.
- Prestigiar com sua presença e sua participação as atividades da associação.
- Pagar pontualmente as contribuições sociais.
- Acatar o programa de ação e filosofia da associação.

Art. 5º. Ao sócio que infringir o estatuto social, as normas regimentais, a filosofia e o programa de ação, a diretoria poderá aplicar as seguintes penalidades:

- Advertência verbal ou por escrito;
- Suspensão por tempo indeterminado;
- Exclusão do quadro de associado.

§1º. A pena de exclusão do quadro de associados, só poderá ser aplicada após análise da diretoria com anuência do presidente da entidade, devendo ser submetida à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

§2º. Será excluído automaticamente o associado que atrasar por até 3 (três) meses consecutivos a contribuição social, sendo reintegrado, dependendo de análise do seu caso e após os pagamentos atrasados de suas contribuições sociais.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 6º. São órgãos da associação:

Leila M. Mendes Silva
 OAB/MS 11984

Mariana Sarnecki do Nascimento
 Nelly Faria dos Santos

Julien Pinto dos

Luzia Correia dos Santos
 DEPARTAMENTO DE DECESSOS HUMANOS

Mariana Sarnecki do Nascimento

- I- Assembléia Geral;
- II- Diretoria
- III- Conselho Fiscal
- IV- Conselho Comunitário

§1º. O Conselho Fiscal será composto por três membros, eleitos por um período de quatro anos com direito a reeleição, não remunerados.

§2º. A Assembléia Geral, órgão máximo de deliberação da Associação, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 15 do mês de junho para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 04 (quatro) ano (s) para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no §1º.

A Assembléia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados (colaboradores ou efetivos), para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§3º. O Conselho Comunitário será composto por, no mínimo, cinco pessoas, membros representativos das entidades associadas, indicadas, por período de quatro anos.

CAPÍTULO IV

DOS DIRIGENTES, DA ESTRUTURA E DO SEU FUNCIONAMENTO

Art. 7º. A diretoria é composta pelos seguintes membros:

- I- Presidente;
- II- Vice-presidente;
- III- Secretário;
- IV- Tesoureiro.

Art. 8º. Compete ao presidente:

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
Leila M. Mendes Sil
OAB/MS 11984

Para Maria Jean Rauler Santos

Leandro Correia dos Santos
REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Guilherme Pinto dos

Marciano Sampaio do Nascimento Nelly Soares dos Santos

- I- Representar a associação em todos os atos públicos, em juízo ou fora dele;
- II- Presidir as reuniões da diretoria e convocá-las para atos decorrentes das atividades associativas;
- III- Presidir as assembléias extraordinárias;
- IV- Presidir conferências, debates, palestras, reuniões, sessões e atividades públicas da associação;
- V- Dar posse aos membros da diretoria;
- VI- Contratar e admitir funcionários ou auxiliares da associação;
- VII- Supervisionar ou suspender quaisquer atividades de entidades;
- VIII- Assinar contratos, convênios, acordos, e praticar atos de administração em geral;
- IX- Assinar com o secretário, as atas de reuniões e assembléias;
- X- Assinar com o tesoureiro, os contratos que obriguem a associação a quaisquer ordem de pagamento de movimentação de fundos sociais, inclusive cheques ou levantamento de depósito e quaisquer espécies de títulos, cauções, ordem de pagamento, previsões orçamentárias, balanços, balancetes e relatórios financeiros;
- XI- Representar a associação junto ao Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações, atendendo ao que prescreve o decreto nº 2615 de 03 de junho de 1998.

Parágrafo único. O presidente será substituído em seus impedimentos pelos seguintes diretores em ordem: vice-presidente e tesoureiro.


Art. 9º. Compete ao vice-presidente:

- I- Auxiliar o presidente em tarefas por ele designadas e substituí-lo na ordem precedente, desde que não haja algum impedimento de vital importância, ao qual deverá ser manifestado por escrito.

Art. 10. Compete ao secretário:

- I- Superintender os trabalhos da secretaria de forma eficiente para boa organização da entidade;
- II- Organizar a pauta e ordem do dia das reuniões da diretoria e das assembléias;
- III- Responsabilizar-se pela guarda de arquivo da secretaria, mantendo em dia;
- IV- Lavrar, subscrever as atas de reuniões da diretoria e da assembléia;
- V- Fornecer ao presidente todos os atos solicitados sobre as atividades da entidade e de seu trabalho.




Leila M. Mendes Sil
OAB/MS 11984

Art.11. Compete ao tesoureiro:

- I- Assinar com o presidente, cheques e todos os documentos financeiros sempre que solicitado;
- II- Apresentar balancetes de demonstrativos de contas mensais e relatórios anuais, inclusive com prestação de contas em forma contábil;
- III- Arrecadar mensalidades, taxas e outras contribuições;
- IV- Pagar pontualmente os compromissos devidos pela entidade;
- V- Manter lançamentos com toda a clareza em arquivamento e comprovantes;
- VI- Fornecer ao presidente quando solicitado, todos os dados referentes às suas atividades;
- VII- Substituir ao presidente na ordem de precedência.

Art. 12. Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Verificar a contabilidade da associação dando parecer sobre as contas da diretoria, quando solicitada;

Art. 13. Compete ao Conselho Comunitário:

- I- Analisar, aprovar e acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei 9.612/98.
- II- Analisar as necessidades da comunidade e fazer apresentar em diretoria para votação temas de interesse comunitário.

§1º. O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

§2º. O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PERMANENTES

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]
Leila Mª Mendes Silva
R/MS 11984

Mendonça Sáez de Alvimente Nelly Kornei dos Santos

Guilherme Pinto Reis

Samara John Kainer Gaston

Lu. Shorobaria dos Santos

Art. 14. O mandato da diretoria será de quatro anos.

Parágrafo único: A diretoria poderá ser reeleita.

Art. 15. Não será permitido acúmulo de cargos.

Art. 16. A diretoria não será remunerada.

Art. 17. Serão ressarcidas pela associação, as despesas decorrentes de atividades, atos ou viagens, desde que autorizada pelo presidente e tesoureiro.

Art. 18. As mensalidades de contribuição serão cobradas de acordo com critérios estabelecidos pela Assembléia Geral.

Art. 19. A Associação poderá outorgar direitos adquiridos ou doar bens ao mesmo, negociá-los desde que a direção para tal fim tenha sido tomada em assembléia extraordinária constituída no mínimo de 1/3 (um terço) dos associados e quorum positivo de metade e mais um dos presentes.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 20. Os sócios contribuintes poderão votar para escolher seus representantes, desde que estejam em perfeito gozo de seus direitos estatutários e em ordem com os seus compromissos associativos.

Art. 21. Só poderão votar os associados inscritos até um ano antes das eleições.

Art. 22. As chapas deverão inscrever-se até 60 (sessenta) dias antes das eleições trazendo os nomes dos integrantes e do programa definido.

Art. 23. A assembléia para as eleições será convocada por edital publicado em jornal de circulação no município até quinze dias úteis antes da data aprazada.

Art. 24. As eleições serão secretas com a utilização de cabines indevassáveis, urnas e mesários nos moldes proporcionais e majoritárias.

Art. 25. As chapas inscritas poderão indicar dois fiscais para acompanhar os trabalhos em cada local de votação.

Parágrafo Único. Para tanto as chapas deverão apresentar requerimento a secretaria da associação até 30 (trinta) dias antes das eleições.

Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11984

Maurício Sampaio do Nascimento Ney Lourenço dos Santos

Guilherme Pinto Reis

Vanessa Ilhon Vainier Jardim

Thomás Correia dos Santos

COMARCA DE PONTA PORÁ - MS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 26. A presidência poderá permitir à secretaria geral que a tesouraria convide pessoas não vinculadas à associação para assessorá-la.

Art. 27. O atual Estatuto poderá ser alterado por proposta do presidente, que submeterá as eventuais mudanças à aprovação da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 28. A associação poderá contar com os seguintes meios para garantir a sua subsistência e patrimônio social:

- I- Contribuições mensais regulares de associados;
- II- Subvenções, auxílios e doações;
- III- Doações e legados;
- IV- Rendas patrimoniais;
- V- Contribuições de ajuda, arrecadações eventuais de quaisquer outros meios legais;
- VI- Arrecadação contributiva de taxas sociais e apoio cultural das atividades de comunicações em conformidade com o estabelecido no art. 32 do decreto nº 2615 de 03 de junho de 1998.
- VII- A associação poderá receber doações e fundos sobre prestações de serviços, tanto de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único. Os valores das contribuições mensais e taxas de manutenção serão fixadas pela Assembléia Geral conforme os critérios do momento e definidas em assembléia específica.

Art. 29. A presidência da associação poderá em qualquer momento e tempo, requisitar a prestação de serviços de terceiros, alheios a associação, para o bom desempenho de suas atividades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Leila M. Mendes Silva
9AB/MS 11984

[Assinatura]

[Assinatura]

Guilherme Pinto Reis

Pamara Jean Kauer Jansen

Renato de Souza

Art. 30. A responsabilidade e a orientação intelectual da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

Art. 31. O quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

Art. 32. A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, ouvindo o presidente da entidade.

Art. 34. A associação poderá ser extinta desde que seja convocada assembléia pelo presidente, especificamente para esse fim e conforme maioria de dois terços e após se dará destino ao seu patrimônio.

Parágrafo único. Os sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais da associação.

Art. 35. A extinção ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênera, definida na Assembléia.

Art. 36. A receita da Entidade será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 37. Farão parte da Diretoria Executiva os brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 (dezoito) anos ou emancipados. Seus dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

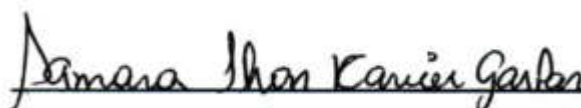
Art. 38. O presente estatuto entra em vigor nesta data.

Antônio João, 04 de novembro de 1999.




UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS

Presidente



SAMARA IHAN XAVIER GASPAR



Leila Mª Mendes Silva
OAB/MS 11984



Guilherme Pinto Reis

Fenôbio Corrêa dos Santos
REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

Marlene Sampaio Maciel
Nancy Karine dos Santos

Samara Ihan Xavier Gaspar

SAMARA IHAN XAVIER GASPAR

Vice-presidente

Zenóbio Correia dos Santos

ZENÓBIO CORREIA DOS SANTOS

Secretário

Eudócio de Souza Netto

EUDÓCIO DE SOUZA NETTO

Tesoureiro

Noecy Larréa dos Santos

NOECY LARRÉA DOS SANTOS

Membro Conselho Fiscal

Juscilei Pinto Rios

JUSCILEI PINTO RIOS

Membro Conselho fiscal

EMOLUMENTOS	
FUNJECC	RS 6100
3%	RS 183
10%	RS 610
FUNADEP	RS
DILIGENCIAS	RS
VL. COBRADO	RS 6710

Marlene Larréa do Nascimento

MARLENE LARRÉA DO NASCIMENTO

Membro Conselho Fiscal

EMOLUMENTOS	
FUNJECC	RS 3700
3%	RS 111
10%	RS 370
FUNADEP	RS
DILIGENCIAS	RS
VL. COBRADO	RS 4080

COMARCA DE PONTA PORÁ - MS
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
PROTOCOLADO SOB Nº 27953 LIVRO A-4
REGISTRADO SOB Nº 25009 DE 15/05/2014
PONTA PORÁ - MS de 15/05/2014
OFICIAL DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Selo digital nº
AAM 04184-950

Leila Mª Mendes Silva
OAB/MS 11984

REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
PROTOCOLADO SOB Nº 27954 LIVRO A-4
AVERBADO SOB Nº 324
PONTA PORÁ - MS de 25/05/2014
Rel. Cezar Torres Carpes
OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

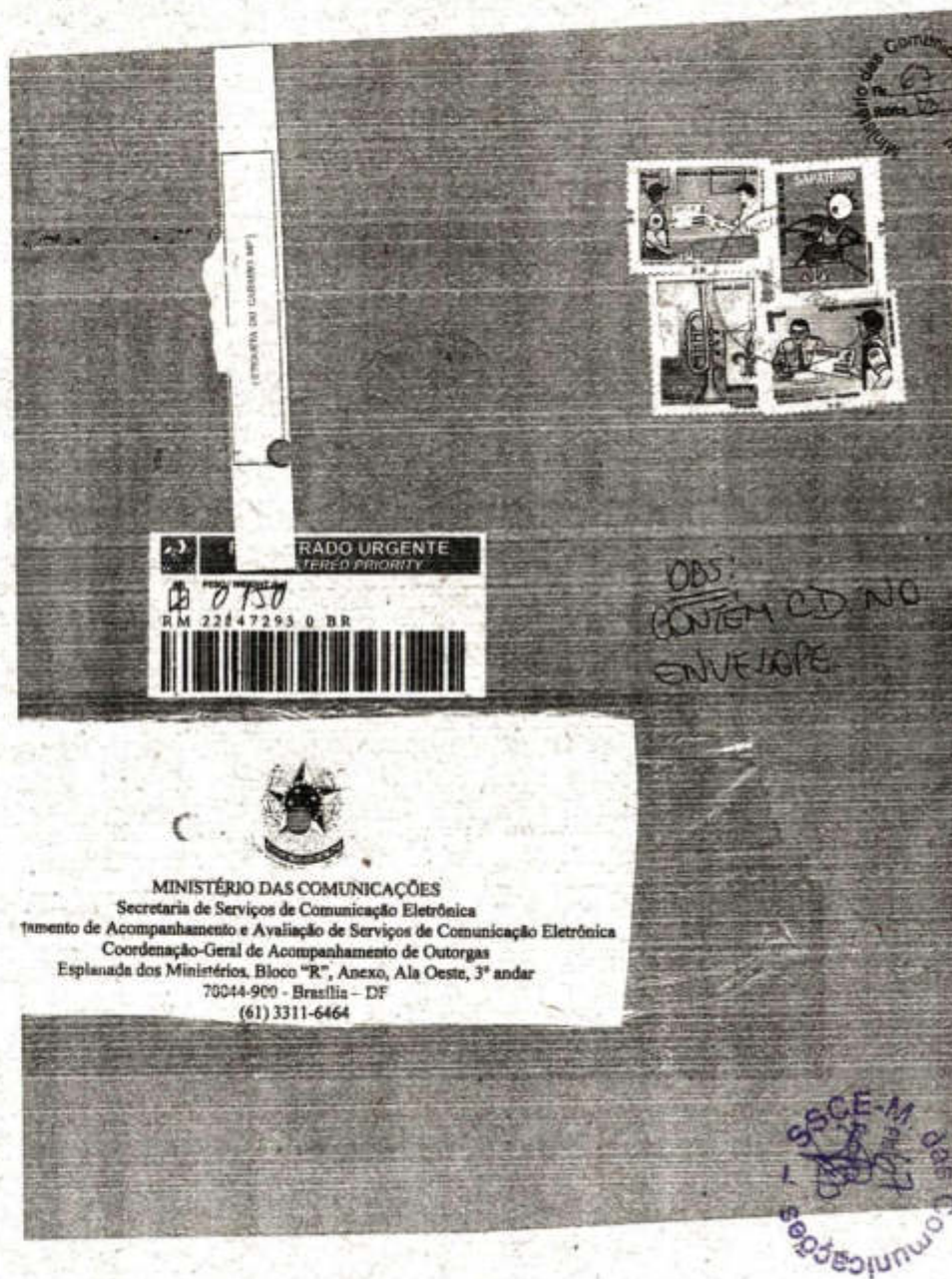
Selo digital nº
AAM 04184-950

ana de Almeida Matos, 400 - Centro - Cel.: (67) 9614-4104 - Antonio João - MS

CNPJ 02.617.368/0001-29

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

NOVOS TEMPOS FM



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM



Identificação do Processo

Número: 53000.056633/2011 Localidade / UF: ANTÔNIO JOÃO/MS
Entidade: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
Aviso: 0 Publicação: 01/01/2000 Prazo: 0 Canal: 0

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
ANGELA MÁRCIA ROSA MARTINS	935.044.891-20	null	05/03/2013 05/03/2013	
SAMARA IHAN XAVIER GASPAR	041.601.291-45	null	05/03/2013 05/03/2013	
EUDÓXIO DE SOUZA NETO	448.514.211-68	null	05/03/2013 05/03/2013	
UDILMA GIZELHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA	900.393.001-53	null	05/03/2013 05/03/2013	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Pendências:

- Certidão Negativa ANATEL (20.3, 'b');
- Cópia do RG e CPF (art. 9º, §2º, III e IV da Lei nº. 9.612 e subitem 8.1, 'e' da Norma 1/2011);
- Ata de eleição da Diretoria em exercício, devidamente registrada (20.3, 'e').

Mapa RadCom:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações (20.3, 'a'): FL. 06;
- CNPJ válido e atual (20.3, 'c'): FL. 09;
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações (20.3, 'd'): FL. 57 à 66;
- Último relatório do Conselho Comunitário (20.3, 'h'), conforme subitem 21.4.1 FL. 25 à 28.

É o Relatório.


Diego Armando Araújo Guimaraes



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar - 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 1632 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 6 de maio de 2014.

À Senhora

UDILMA GIZÉLHA LARRÊA DOS SANTOS DE SOUZA

Representante Legal da **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**
Rua Joana de Almeida Matos – Esquina com a Presidente Vargas, nº 400 - Centro
79.910-000 Antônio João - MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à Análise do Processo de Renovação nº 53000.056633/2011.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº **53000.056633/2011**, no qual esta entidade requer renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antônio João / MS**, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **1036/2014/CGRC/SCE-MC**, que solicita documentos necessários à instrução processual.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente toda a documentação solicitada, sob pena de extinção da outorga.

Atenciosamente,


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Nota Técnica nº 1036/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga.**

Referências: Processo de Outorga nº 53700.001247/1998.
Processo de Renovação nº 53000.056633/2011.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento para renovação da outorga concedida à **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos** para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antônio João / MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências elencadas abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 01/2011: (Para outorgas que venceram até 30/11/2013)

I. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

II. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

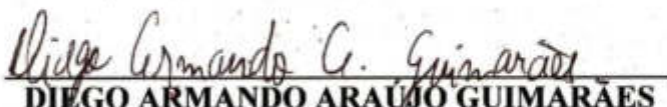
III. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2; e

IV. CPF de todos os dirigentes.

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.

Brasília, 05 de março de 2014.


DIEGO ARMANDO ARAÚJO GUIMARÃES
Técnico de Nível Superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 1036/2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 6 de março de 2014.


SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES

PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.056633/2011-08**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 23 de maio de 2014, na unidade CGRC/DEOC/SCE.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 18 de junho de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Israel Alexandre Bezerra da Silva, Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 18/06/2014, às 17:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0024459** e o código CRC **7479BEF7**.

José Benedito Lorena
Engenheiro de Telecomunicações

53900.000522/2014-38

Campo Grande/MS, 07 de maio de 2.014

Para:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília - DF

Referência: Atendimento ao V. Ofício nº 1632/2014/CGRC/SCE-MC

Nota técnica nº: 1036/2014/CGRC/SCE-MC

Entidade: Associação de Integração Comunitária Novos Tempos

Processo nº: 53700.001247/1998

Processo de renovação: 53000.056633/2011

Atendendo ao V. Ofício acima referenciado, datado de 06/03/14, encaminho em anexo a documentação solicitada.

Atenciosamente,



Eng. José Benedito Lorena

CREA nº 33712/D-MG

Procurador

08-05-14

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE

JOSE BENEDITO LORENA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta [menu](#) [ajuda](#)**ANATEL**

Agência Nacional de Telecomunicações

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS
ADMINISTRADAS PELA ANATEL****Nome: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS****CNPJ: 02.617.368/0001-29**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:14:39 do dia 07/05/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 06/06/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Ata nº 30

Aos Dezenove dias do mês de novembro de Dois mil e Treze, A RUA: JOANA ALMEIDA MATTOS nº 400, no Centro da Cidade de Antonio João.

Reuniram-se membros da Diretoria da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos Fm, Colaboradores, Pastores, Comerciantes, Produtores convidados e demais presentes.

Deu Atendimento O Edital de Convocação para tal Fim e obedecendo as normas Regimentais e Estatutárias da Referida Associação Reuniram-se para seguinte Pauta:

- Eleição e m substituição e Pone de membros da Diretoria da Associação Comunitária Novos Tempos Fm;
Deu O Quadricênio em curso que compreende do seguinte período 05/03/2013 a 05/03/2017.

Deu em Assembleia extra ordinária convocada para tal finalidade específica.

A Presidente e Diretora da Emissora Udalma dos Santos tom a Pone da Palavra; Comprimenou e agradeceu a todos que ali se faziam presentes, fez uma breve retrospectiva dos anos que ali passaram, em frente a Direção da Referida Emissora, enumerou as dificuldades ali encontradas, mas também lembrou das conquistas alcançadas, de novas amizades alicerçadas num período de muita luta e dificuldade. Ressaltou também a importância da Emissora no Campo da Evangelização na Cidade de Antonio João.

Por fim Deu que se Sentiu com sua Muroa lumpada em frente a duração da Emissora e Alegando - ser por motivos pessoais o Afastamento da sua pessoa e dos demais membros da Diretoria.

Após serem colocados a apreciação de todos os respectivos nomes dos Substitutos, sendo ali avaliados e discutidos chegando assim a Conclusão.

AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste
da verdade, Selo Digital
Nº A45 10944-379

Antônio João MS
06/10/2014
Antônio João



Os presentes Reunidos em Assembleia Deliberaram e Aprobaram; Elegendo por unanimidade, ficando Assim Composta a Diretoria da Associação de Integração Comunitária NOVO TEMPO para o Período conclusivo do quadriênio em curso que Comproudo (05/03/13 a 05/03/17) ficando Assim Composta:

- Presidente - Diretor: José Valmar Larreira dos Santos.
RG - 66.3954 SSPMS CPF - 506.376.141-00

- Vice - Presidente (a): Nancy Larreira dos Santos
RG 001.846.078 CPF - 066.156.861-04

- Secretário (a) : Victoria Magalhães Franco.
RG 001.786.812 CPF: 046.114.591-01

- Tesoureiro (a) : Gisele Ribas
RG. 001465263 SSPMS CPF. 020.632.011-61

Conselheiro Fiscal: Aluísio Rodrigues dos Santos.
RG: 276.997 CPF - 104.399.001-15

Conselheiro Fiscal: Juscelino Nunes
RG 001.738.147 CPF - 023.466.401-07

Conselheiro Fiscal: Eliane Franco.
RG: 001.913.748 CPF - 040.962.041-61

Depois de proclamados os eleitos, foram Empossados em seus respectivos cargos. Como novidade mais a ser analisado, e descrito, O Diretor/Presidente empossado José Valmar Larreira dos Santos agradeceu a todos que ali se faziam presentes pediu que se fosse lavrada Ata e lida e por todos os presentes aprovada e Assinada: Eulóquio de Souza Neto.

Wilma Gízlma Larreira dos Santos de Souza

AUTENTICADO
Conforme com original
Em Teste
da verdade, Selo Digital

Nº 44J10945-723

Antônio João, MS

06/05/2014

[Handwritten signature]



AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste
da verdade, Selo Digital

Nº AHJ 10943-003

Antônio João - MS

06/05/2014
[Handwritten signature]





AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste

da verdade, Selo Digital

Nº AHJ 10951-577

Antônio João, MS

016 105120141

Antônio João



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição

066.156.861-04

Nome

NOECY LARREIA DOS SANTOS

Nascimento

11/07/1946

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PI 049

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "GONÇALO PEREIRA"

2.099.455

ASSINATURA DO TITULAR

Victória m. Franco

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.786.812 DATA DE EXPEDIÇÃO 07/mar/2008

NOME **Victória Magalhães Franco**

FILIAÇÃO Adair Lemes Franco
e Wilma Lucia Magalhães

NATURALIDADE Ponta Porã-MS DATA DE NASCIMENTO 16/jan/1992

DOC. ORIGEM C N 6.523 L A-9 F 222V°
Antônio João-MS

CPF

Marcos Azevedo da Silva
Perito Papiloscopista

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste
da verdade, Selo Digital
Nº AHJ 10959-921
Antônio João - MS
06/05/2014
Clayton



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

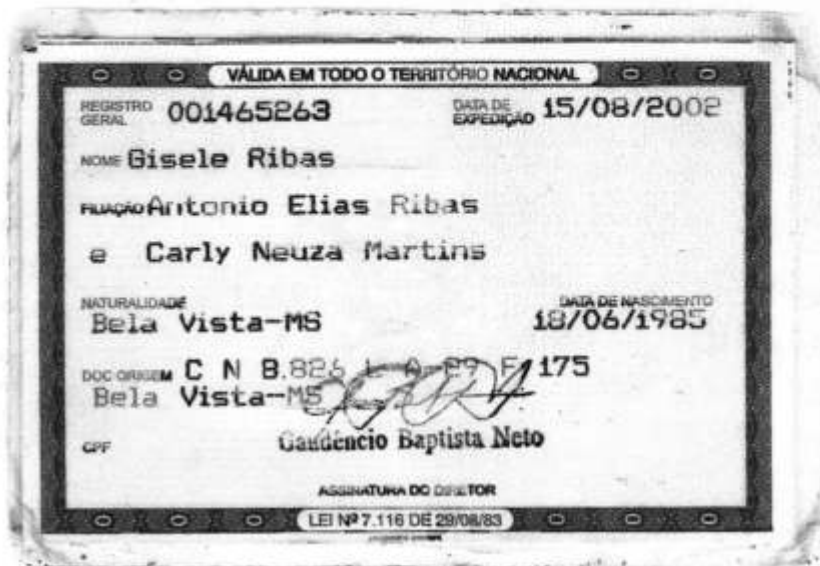
CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de Inscrição
046.114.591-01

Nome
VICTORIA MAGALHAES FRANCO

Nascimento
16/01/1992



AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste
da verdade, Selo Digital
Nº **AHS10953-286**

Antônio João - MS
06/05/2014
[Assinatura]





AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Teste

da verdade, Selo Digital
Nº AHS10949-141

Antônio João - MS

06/05/2014
Antônio João



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO GROSSO

PI 049

2.032.527

Juliana Pinto Reis

CARTEIRA DE IDENTIDADE

AUTENTICAÇÃO
Conforme com original
Em Testo _____
da verdade, Selo Digital
Nº AHJ 10947-432
Antônio João, MS
06/05/2014
[Assinatura]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PI 012

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "GOMALDO PEREIRA"

MAQUINADO DIGITAL

ELIANE FRANCO SANÁBRIA

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.913.748 DATA DE EXPEDIÇÃO 08/jun/2010

NOME ELIANE FRANCO SANÁBRIA

FILIAÇÃO Mario Sanábria e Elza Aparecida Franco Sanábria

NATURALIDADE Antônio João-MS DATA DE NASCIMENTO 04/dez/1991

DOC. ORIGEM C N 6.508 L A-9 F 210 Antônio João-MS

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 28/06/93

AUTENTICAÇÃO

Conforme com original

Em Teste

da verdade, Selo Digital

NºA 4510948-897

Antônio João - MS

06/05/2014

[Assinatura]



CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Numero de Inscrição

040.962.041-61

Nome

ELIANE FRANCO SANÁBRIA

Nascimento

04/12/1991

PARA:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
PROVENIÊNCIA GERAL DE AUDIODIÚSÃO COMUNITÁRIA

PLANO DA DOS MINISTÉRIOS

100 R, 3º ANDAR

BRASÍLIA - DF

-0044-900



DOCUMENTO V. OFÍCIO Nº 1632/2014/CGAC/SCE-MC



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS

CNPJ: 02.617.368/0001-29

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:08:34 do dia 12/02/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/03/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

RELAÇÃO DE NOMES DOS ASSOCIADOS DA ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS.



. MARLENE LARRÉA DO NASCIMENTO RG: 238.637 SSPMS

R: GENÉZIO FLORES VIEIRA N° 740 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP: 79910-000 M.S

. EDINEUZA SILVESTRE DE SOUZA RG: 000652455 SSPMS

R: PEDRO LARRÉA N° 500 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP: 799910-000 M.S

. AINÓBIO RODRIGUES DOS SANTOS RG: 276.997 SSPMS

R: PEDRO LARRÉA N° 170 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP: 799910-000 M.S

. ELIANE FRANCO SANABRIA RG: 001913748 SSPMS

R: TANCREDO NEVES N° 169 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP 79910-000 M.S

. JEANE GLAUCY BARBOSA FLORES RG: 027.747.321-07 SSPMS

R: AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N° 500 CENTRO ANTONIO JOÃO CEP: 79910-000 M.S

. JUSILEI PINTO RIOS RG: 001738147 SSPM

R: TANCREDO NEVES N° 169 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

. NOECY LARRÉA DOS SANTOS RG: 001.846.078 SSPMS

R: PEDRO LARRÉA N° 170 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP: 79910-000

. SAMARA IHAN XAVIER GASPAR RG: 001.738.189 SSPMS

R: VERONICA VIEIRA DE OLIVEIRA N° 620

EUDÓXIO DE SOUZA NETTO RG: 394.161 SSPMS

R: AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N° 495 ANTONIO JOÃO M.S CEP: 79910-000

Noébio Silva RG: 089.602 SSPMS

R: DR. WILMAR MARTINEZ MARQUES N° 435 ANTONIO JOÃO M.S CEP: 79910-000

Erotilde LARRÉA SILVA RG: 415-793 SSPMS

N° 435 ANTONIO JOÃO M.S CEP: 799910-000

Thauan Larréa Silva n° 435 RG: 001341498 SSPMS

R: DR. WILMAR MARTINEZ MARQUES N° 435 CENTRO

ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

HELENICE SILVA MARTINEZ RG: 001332766 SSPMS

R: DR: WILMAR MARTINEZ MARQUES N° 435 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP: 79910-000

OLDIMAR RODRIGUES FERNANDES RG: 001224202 SSPMS

R: GENÉZIO FLORES VIEIRA N° 600 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

ELZA APARECIDA LEMES FRANCO RG: 512104 SSPMS

R: PRESIDENTE VARGAS N° 405 VILA NOVA ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000

JHONYS DOS SANTOS DIAS RG:1038265 SSPMS

R:ARTHUR DE OLIVEIRA N°1365 VILA PENZO ANTONIO JOÃO M.S CEP:79910-000

MARCOS FRANCO SANABRIA RG:001725667 SSPMS

R:PRESIDENTE VARGAS N°405 VILA NOVA ANTONIO JOÃO M.S CEP:79910-000

UDILMA GIZÉLHA LARRÉA DOS SANTOS DE SOUZA RG:001192416 SSPMS.

R:AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N°495 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP79910-000

EUDÓXIO DE SOUZA NETTO RG: 394 161 SSPMS

R:AMANTINO RODRIGUES DOS SANTOS N° 495 CENTRO ANTONIO JOÃO M.S CEP 79910-000



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 3952/2016/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.056633/2011-08**

Processo de Outorga nº: 53700.001247/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antonio João/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. O Conselho Comunitário da entidade, eleito em 10/04/2011 tem como membros associadas da entidade, ontrariando o art. 114º, §1º e §2º da Portaria 4334/2015, como se depreende da **Relação de Nomes dos Associados da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos** apresentada (anexo I): Erotilde Larrea Silva, Helenice Silva Martinez, Eliane Franco Sanabria, Edineuza Silvestre de Souza.

II. Assim sendo, solicitamos envio de novo ato estabelecendo composição do Conselho Comunitário (constituído nos moldes do art. 114 e seus parágrafos), bem como apresentação de relatório atualizado, emitido pelo novo Conselho, em conformidade com o art. 116 da Portaria 4334/2015, contendo a descrição da grade de programação veiculada pela emissora e a sua avaliação por parte dos membros do Conselho, considerando-se as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

III. **A seguir a transcrição do artigo 114 e 116 da Portaria nº 4334:**

"Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no

mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.

§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.

*§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, **não poderão ser associados da entidade autorizada** nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.*

§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho. (...)

Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

CONCLUSÃO

3.. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** as questões acima, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 03/03/2016, às 13:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 03/03/2016, às 14:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



Minutas e Anexos

Anexo I - Relação de associados SEI (0994957)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 6231/2016/SEI-MC

São Paulo, 01 de março de 2016.

Ao Senhor

JOSÉ UDILMAR LARREIA DOS SANTOS

Representante Legal da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos

Rua Joana de Almeida Matos - esquina c/Presidente Vargas nº 400 - Centro

79910-000 / Antonio João - MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056633/2011-08.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **3952/2016/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.
3. Solicitamos que a resposta da entidade faça expressa referência ao número do processo, **53000.056633/2011-08**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 03/03/2016, às 14:59, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0994978** e o código CRC **CAE57BF5**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 6231/2016/SEI-MC
Ao Senhor

ENDEREÇO JOSÉ UDILMAR LARREIA DOS SANTOS
Representante Legal da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Rua Joana de Almeida Matos - esquina c/Presidente Vargas nº 400 - Centro
79910-000 / Antonio João - MS

CEP / CODE P

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056633/2011-08.

DECLARAÇÃO

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Leone Glaucy B. Flores

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION

10/03/16

CARIMBO DE ENTREGA / CARIMBO DE DESTINO

ACANTONIO JOAO

10 MAR 2016

DR - MS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

DANIEL DA ROCHA

AGENTE DE CORREIOS - CARTEIRO

Matrícula 8204311-6

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240311-6

FC0403 / 16

114 x 186 mm

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO AVIS CN07 07 MAR 2016 SÃO PAULO - DR 524	AR	JO 00986000 9 BR <small>(CÓDIGO DE BARRAS UNIC)</small>
	DATA DE POSTAGEM / DATE OF POSTAGE UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON	
		: h	: h
		: h	: h
PREENCHER COM LETRA DE FORMA			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU RAZÃO / NOM ou RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO		
	ENDEREÇO / ADRESSE RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP		
	CIDADE / LOCALIDADE / CITY / LOCALITÉ FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680		
	PAÍS / PAYS BRASIL		

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 14189/2016/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53000.056633/2011-08**

Processo de Outorga nº: 53700.001247/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antonio João/MS**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos o atendimento das exigências abaixo, na forma da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

I. A entidade deverá, em conformidade com os artigos 130 e 131 da Portaria nº 4334/2015, apresentar os seguintes documentos:

i). Ata de eleição da diretoria de **05/03/2017**, isto é **eleição e composição original da diretoria em exercício**, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, pois a ata apresentada, de 17/11/2013 refere-se a alterações promovidas na então diretoria.

ii). **Reiteramos** a exigência da Nota Técnica nº 3952/2016/SEI-MC, encaminhada pelo Ofício nº 6231/2016/SEI-MC:

"I. O Conselho Comunitário da entidade, eleito em 10/04/2011 tem como membros associadas da entidade, contrariando o art. 114º, §1º e §2º da Portaria 4334/2015, como se depreende da **Relação de Nomes dos Associados da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos** apresentada (anexo I): Erotilde Larrea Silva, Helenice Silva Martinez, Eliane Franco Sanabria, Edineuza Silvestre de Souza.

II. Assim sendo, solicitamos envio de novo ato estabelecendo composição do Conselho Comunitário (constituído nos moldes do art. 114 e seus

parágrafos), bem como apresentação de relatório atualizado, emitido pelo novo Conselho, em conformidade com o art. 116 da Portaria 4334/2015, contendo a descrição da grade de programação veiculada pela emissora e a sua avaliação por parte dos membros do Conselho, considerando-se as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

II. A seguir, a transcrição do artigo 114 e 116 da Portaria nº 4334/2015:

"Art. 114. A entidade autorizada deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades legalmente constituídas.
§ 1º Poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, entidades de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria executora do serviço e a Administração Pública direta e indireta.
§ 2º As pessoas jurídicas e seus representantes, enquanto participantes do Conselho Comunitário, **não poderão ser associados da entidade autorizada** nem poderão participar da produção ou do financiamento de programas, ressalvados os informes pontuais à comunidade.
§ 3º Cada entidade que tenha a intenção de indicar componente para o Conselho Comunitário poderá apresentar apenas um representante, ressalvada a hipótese de inexistir um número mínimo de entidades que queiram participar do Conselho. (...)
Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério das Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório circunstanciado, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a descrição e a avaliação a respeito da grade de programação, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária."

3. Ressalte-se que o não atendimento à exigência ensejará indeferimento da renovação, como disposto no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015, a saber:

"Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:
(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações".

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubarú**,



Advogado, em 16/06/2016, às 14:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub**, em 17/06/2016, às 08:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1178137** e o código CRC **43F40307**.

Minutas e Anexos

Anexo I - Relação de associados SEI (0994957)



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 21290/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JOSÉ UDILMAR LARREIA DOS SANTOS

Representante Legal da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Rua Joana de Almeida Matos - esquina c/Presidente Vargas nº 400 - Centro
79910-000 / Antonio João - MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056633/2011-08.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº **14189/2016/SEI-MCTIC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio**, **Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, Sub**, em 17/06/2016, às 08:34, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



1178246 e o código CRC **A2524F5B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 21290/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.056633/2011-08 - Nº SEI: 1178246

JO922989087BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
28/06/2016 17:05 Antonio Joao / MS

28/06/2016 17:05 Antonio Joao / MS	Objeto entregue ao destinatário
28/06/2016 08:34 Antonio Joao / MS	Objeto saiu para entrega ao destinatário
21/06/2016 09:50 Sao Paulo / SP	Objeto postado

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 2348/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 28 de junho de 2016.

À Coordenação Geral de Acompanhamento de Outorgas

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga.**

1. Tendo-se em vista o disposto no artigo 130, IV, da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015, solicitamos informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em face da entidade **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos** (CNPJ nº 02.617.368/0001-29), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antonio João/MS**, devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 30/06/2016, às 16:37, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1196037** e o código CRC **OBC5DBF5**.



SRD >>> Consultas >>> Geral | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MS
Município: Antônio João
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
Nome Fantasia: RÁDIO FM NOVOS TEMPOS
Logradouro: RUA JOANA DE ALMEIDA MATTOS ESQ. C/ PRESIDENTE VARGAS
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.617.368/0001-29
Bairro: CENTRO
Número: S/N
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02617368000129

Pesquisar

Razão Social: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 79910000
Número: S/N
Município: Antônio João
Telefone:
Logradouro: RUA JOANA DE ALMEIDA MATTOS ESQ. C/ PRESIDENTE VARGAS
Complemento:
Bairro: CENTRO
Estado: MS
Distrito:
SubDistrito:
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 79910000
Número: 454
Município: Antônio João
Telefone:
Logradouro: RUA WILMAR M. MARQUES
Complemento:
Bairro: CENTRO
Estado: MS
Distrito:
SubDistrito:
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 26/10/2001
Data Limite Instalação:
Número do Processo: 537000012471998
Fistel: 50011413204
Caixa:
Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	38		Portaria	MC	17/02/2000	23/02/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	419		Decreto Legislativo	CN	25/10/2001	26/10/2001	Deliber. do C. Nacional	Jur. <input type="text"/>
<input type="text"/>	22707		ATO	SCM	06/02/2002	14/02/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc. <input type="text"/>
<input type="text"/>	132		Portaria	MC	04/05/2011	05/05/2011	Multa	Jur. <input type="text"/>

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS - CNPJ/CPF(02.617.368/0001-29)

Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

Município/UF: ANTÔNIO JOÃO/MS**Canal:** 285**Indicativo:** ZYC961**Dia Início****Dia Fim****Hora Início****Hora Fim****X**

Domingo ▼

Sábado ▼

00:00 ▼

24:00 ▼

X



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

DESPACHO

À Delegacia Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações no Estado de São Paulo – DRMCTIC/SP

Processo nº: **53000.056633/2011-08**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS**

Em atenção ao Memorando nº 2348/2016/SEI-MCTIC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.002690/2012	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise da defesa;• Irregularidade apurada: art. 40, incisos XII, XVII e XXIX do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 13 e 14/12/2011).
Registros de PAIs ativos	53000.051136/2012	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise de recurso;• Irregularidade apurada: art. 40, incisos XV e XXIX do Decreto 2.615/98.• Infração: (data de ocorrência: 09/09/2013).
Registros de PAIs ativos	53900.012110/2016	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo em apuração, mas ainda não temos informações acerca das infrações cometidas, pois a entidade ainda não foi notificada.

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.025075/2009	<ul style="list-style-type: none"> • PAI encerrado. Verificar relatório do SRD • (1216112); • Portaria nº 132, de 04/05/2011, publicada no Diário Oficial da União de 05/05/2011 - MULTA; • Irregularidade apurada: art. 40, incisos XV do Decreto 2.615/98. • Infração: (data de ocorrência: 27/05/2009).
--	-------------------	---

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 04/07/2016, às 11:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1216117** e o código CRC **C22D6083**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Ofício nº 21290/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JOSÉ UDILMAR LARREIA DOS SANTOS

Representante Legal da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos

Rua Joana de Almeida Matos - esquina c/Presidente Vargas nº 400 - Centro

79910-000 / Antonio João - MS

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.056633/2011-08.

DESTINATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EXPEDIDOR
SIGNATURE DE

DANIEL DA ROCHA
AGENTE DE CORREIOS - CARTEIRO
Matricula 8204311-6



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0483 / 16

114 x 166 mm

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR	JO 92298908 7 BR		
	AVIS CN07				
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT ____/____/____		TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON			
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT _____		____/____/____ : h	____/____/____ : h	____/____/____ : h	____/____/____ : h
PREENCHER COM A LETRA E O NÚMERO DE SEU ENDEREÇO					
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU RA _____		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		
	ENDEREÇO 1 _____		DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO		
	ENDEREÇO 2 _____		RUA MERGENTHALER, 592 – BLOCO 1 – MEZANINO – VILA LEOPOLDINA CEP: 05.311-900 – SÃO PAULO/SP		
	CIDADE / LOX _____		FONES: (11) 3101-0123 – FAX (11) 3101-8680		
		UF _____		BRASIL	

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 22825/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.056633/2011-08**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antonio João/MS**, por meio da Portaria nº **38**, publicada no DOU de 23/02/2000, e Decreto Legislativo nº **419**, publicado no DOU de 26/10/2001.

ANÁLISE

2. O pedido de renovação de outorga da entidade foi apresentado em 17/01/2012. O pleito é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

3. No entanto, após análise dos autos, verificou-se o que segue:

A entidade não atendeu às exigências constantes da NOTA TÉCNICA Nº 14189/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1178137), encaminhadas mediante o Ofício nº 21290/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1178246), de 17/06/2016, que versavam sobre:

a. Envio de ata de eleição da diretoria de 05/03/2013, pois apresentara ata de 17/11/2013 referente a substituição de membros da diretoria.

b. Reiteração de exigência da Nota Técnica nº 3952/2016/SEI-MC (evento SEI 0988734), encaminhada pelo Ofício nº 6231/2016/SEI-MC (evento SEI 0994978), referente a necessidade de compor novo Conselho Comunitário, pois se constataria que o Conselho em exercício tinha, como membros, associados da entidade, conforme relação de associados apresentada.

Conforme se constata por meio do respectivo A.R. Postal (evento SEI 1235910), assinado na data de 28/06/2016, o prazo para a apresentação da documentação solicitada expirou em 28/07/2016, sendo que até a presente data não se observa resposta tempestiva da entidade, situação de indeferimento de renovação prescrita pelo art. 132, II, da Portaria nº 4334, de 17 de setembro de 2015:

"Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências,

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pela **não renovação** da outorga da entidade. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubarú, Advogado**, em 14/09/2016, às 10:24, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo**, em 14/09/2016, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/09/2016, às 16:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunic. Eletrônica, Substituto**, em 19/09/2016, às 15:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 19/09/2016, às 20:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1336970** e o código CRC **32486615**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 36 do Decreto no 2.615, de 03 de junho de 1998, comum com o artigo 132, inciso II da Portaria 4334 de 17 de setembro de 2015 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.056633/2011-08,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a extinção da autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, por meio da Portaria nº 38/2000, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Antonio João, Estado do Mato Grosso do Sul, em razão da ausência de atendimento de exigências deste Ministério referentes à renovação da referida outorga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Memorando nº 6186/2016/SEI-MCTIC

São Paulo, 20 de setembro de 2016.

À Consultoria Jurídica - CONJUR

Assunto: **Encaminhamento de processo com posicionamento pela não renovação da outorga.**

1. Encaminhamos o processo de número **53000.056633/2011-08**, da entidade **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antonio João/MS**, instruído com posicionamento pela não renovação da respectiva outorga, conforme se detalha na Nota Técnica de nº 22825/2016/SEI-MCTIC (evento SEI 1336970), já assinada no âmbito da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão**, Delegado Regional do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações em São Paulo, em 20/09/2016, às 08:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1373941** e o código CRC **0590C537**.

Anexos

Não Possui.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 00037/2017/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53000.056633/2011-08

INTERESSADOS: SCE - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO ELETRONICA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Considerando a edição do Parecer nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, de natureza referencial, devolvam-se estes autos à Secretaria de Radiodifusão, a fim de que seja adotado na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada.

Brasília, 02 de janeiro de 2017.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000056633201108 e da chave de acesso 8a75a46e

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19076343 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 03-01-2017 11:45. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

01250.066883/2017-98

ANEXO 5
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA –
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da entidade	
Razão social: ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS	
Nome Fantasia: RADIO ALTO DA SERRA FM	
CNPJ: 02.617.368/0001-29	
Endereço de Sede: RUA CANDIDO GARCIA DE SOUZA	Nº: 400-B
Bairro: CENTRO	CEP: 79.910-000
Cidade: ANTONIO JOÃO	UF: MS
Nome do representante legal: JUCENYR MARTINS	
Endereço eletrônico (e-mail): soaresbrum@yahoo.com.br	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,
A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a RENOVAÇÃO DA OUTORGA, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

ANTONIO JOÃO/MS, 10 de Outubro de 2017.


JUCENYR MARTINS

Presidente



TABEIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Perito, 391 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (57) 3435-1739 - Cel. (67) 99817-9695 - E-mail: tabelao@antjoao.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de:
JUCENYR MARTINS

Selo AOW49115-506.

Conforme termo arquivado nesta Serventia, Doutra
ANTONIO JOÃO-MS, 16/10/2017 Em test. _____ da verdade.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 31/10/17, às 14:00 horas

Assinatura: 

Requerimento (2349727)

SEI 01250.066883/2017-98

Endereço de correspondência: Rua Félix de Albuquerque, 428	
Bairro: Vila Ana Maria do Couto	CEP: 79103-620
Cidade: Campo Grande	UF: MS

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA
EM ANEXO:**

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário
5 – Declaração, assinada pelo representante legal da entidade interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.



DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A EMISSORA ENCONTRA-SE COM SUAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM CONFORMIDADE COM A ÚLTIMA AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, DE ACORDO COM OS PARÂMETROS TÉCNICOS PREVISTOS NA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, CONSTANTES DA RESPECTIVA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO.

Antonio João/MS, 10 de Outubro de 2017.



JUCENYR MARTINS

Presidente

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 02.617.368/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/07/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS			
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ALTO DA SERRA FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R CANDIDO GARCIA DE SOUZA	NUMERO 400-B	COMPLEMENTO	
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **19/06/2017** às **12:01:45** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

**Preparar Página
para Impressão**

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 02.617.368/0001-29
NOME EMPRESARIAL: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA
CAPITAL SOCIAL: NOVOS TEMPOS

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da P

Nome/Nome Empresarial: JUCENYR MARTINS
Qualificação: 16-Presidente

Nome/Nome Empresarial: ALEX SANDRO LOPES GOMES
Qualificação: 10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou compa

Emitido no dia 19/06/2017 às 12:02 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)



Preparar Página
para Impressão

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

ESTATUTO SOCIAL

I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.



Art.1º - A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados e constituída pela união de moradores e representantes de entidades da comunidade atendida, para fins não econômicos, do Município de Antônio João, Estado do Mato Grosso do Sul, com sede, na Rua Joana Almeida de Matos – Centro, CEP: 79910-000.

Parágrafo Único – A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, utilizará como denominação fantasia “RÁDIO ALTO DA SERRA FM” e reger-se-á pelas disposições deste Estatuto e pelas leis vigentes no território nacional.

Art.2º- A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, tem por objetivo EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, bem como:

I – beneficiar a comunidade com vistas a:

- a) Dar oportunidade a difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- b) oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- c) prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- d) contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- e) permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

II – respeitar e atender aos seguintes princípios:

AcEx

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS



AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84440-581.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/08/2017

Consulta do selo no site: www.tjms.jus.br/registrocivil/selo/pessoas

TABELIÃO E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
DR. KARINA V. BORGES
OFICIAL TITULAR
MIGUEL MARTINEZ PEREIRA
FISCAL SUBSTITUTO

- a) preferência das finalidades educativas, artísticas, culturais e recreativas;
desenvolvimento geral da comunidade;
- b) promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- c) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) não discriminação de raça, religião, sexo, convicção político-ideológico-partidário e condição social nas relações comunitárias;

§1º Para a consecução de seus objetivos, a Associação poderá publicar jornais, revistas, folhetos, organizar cursos, debates, palestras, seminários, estabelecer convênios e acordo de cooperação com entidades públicas ou privadas de caráter nacional ou internacional e posteriormente executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a Lei nº 9.612 de 19 de Fevereiro de 1998, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária e da Norma Complementar nº 1/2004, do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

§2º É vedado o proselitismo de qualquer natureza, assim como qualquer discriminação política, filosófica, racial, religiosa, sexual, de gênero ou de qualquer natureza na admissão dos associados;

§3º Será obrigatória a pluralidade de opiniões e versão, de forma simultânea em matérias polêmicas, na programação opinativa e informativa, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados;

§4º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo apenas observar o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 3º - Os dirigentes e associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Entidade, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.

Art. 4º- A receita da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de ações e finalidades institucionais e não será admitida

ALEX

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros, dividendos, vantagens ou bonificações a



TABELIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Penzo, 393 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (67) 3435-1739 - Cel. (67) 90817-9595 - E-mail: tabeliaojoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG8441-936.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/06/2017

II - DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - Serão admitidos como associados as pessoas físicas e jurídicas que preenchido formulário próprio e admitidas em Assembléia Geral, com residência ou sede neste Município, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto.

Art. 6º - A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, será composta pelas seguintes categorias de associados:

- I – Fundadores – formada por todos aqueles que assinaram a ata de fundação;
- II – Contribuintes ou Efetivos – Os que se inscreveram como Associados após a Assembléia de fundação da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS e pagam regularmente suas contribuições sociais definidas em livro Ata;
- III – Honorários - Os que, pertencendo ou não a ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, tenham prestado relevantes serviços às causas da Associação.

Art. 7º - As contribuições dos associados serão reguladas em Assembléia Geral.

Art. 8º - São direitos e deveres dos associados:

- a) o direito de voto e de concorrer às eleições, podendo ser votados para cargos diretivos, desde que atendam ao disposto no §2º do Art. 12;
- b) manter sua contribuição em dia, conforme estipulado pela Assembléia Geral;
- c) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as normas que regem a ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS;
- d) Prestigiar com sua presença e sua participação às atividades da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS;

Art. 9º - São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social, havendo justa causa, os associados que infringirem este estatuto, desde que sua transgressão seja indicada mediante requerimento dirigido a diretoria que, frente a procedência da solicitação, deverá

ACEX 3

REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

submetê-la à Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão.

III - DOS ORGÃOS E DE SEU FUNCIONAMENTO

Art. 10 - São órgãos da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS:

- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Comunitário.



Art. 11 - A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, será composta por seus associados, e ocorrerá ordinariamente a cada ano, no dia 01 do mês de Março para avaliação e prestação de contas da Diretoria, discussão e aprovação de planos, projetos e assuntos gerais. Deverá ordinariamente, ocorrer a cada 03 (três) anos para eleição da Diretoria e do Conselho Comunitário e extraordinariamente poderá ser convocada para destituição dos dirigentes e alteração estatutária, respeitando-se o disposto no § 1º.

§ 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada extraordinariamente pela maioria da diretoria, por um terço dos associados fundadores ou, no mínimo, um quinto dos associados colaboradores ou efetivos, para discussão e decisão relativa a assuntos de interesse geral. Quando a deliberação se relacionar a destituição de dirigentes ou alteração estatutária será exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 2º - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de oito dias, através de edital ou comunicado afixado na sede da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS e estúdio, bem como na sede das entidades que compõem o Conselho Comunitário e com divulgação através de pelo menos quatro chamadas diárias durante a programação da emissora, devendo conter data, hora, local e pauta da reunião.

§ 3º - A Assembleia Geral deliberará em primeira convocação somente com metade mais um dos associados aptos a votar e, em segunda convocação, trinta minutos após com qualquer número de associados aptos a votar, respeitadas as disposições dispostas no § 1º.

Acex

§4º - A Assembleia Geral convocada para fins eleitorais, alienação de bens imóveis ou móveis ou extinção da entidade, deverá ser convocada com trinta dias de antecedência e, deliberará conforme este estatuto, mediante voto dos associados em dia com suas obrigações sociais e filiados a pelo menos seis meses, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

Art. 12 - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, órgão executivo e administrativo, será composta por um Presidente, um Diretor Administrativo e um Diretor de Operações, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de 03 (Três) anos, permitida a reeleição.

§1º - A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, poderá ser substituída, para finalização do mandato, no todo ou em parte, mediante decisão em Assembleia Geral, respeitadas as disposições dispostas no §1º.

§ 2º - Apenas farão parte da Diretoria, brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e maiores de 18 anos ou emancipados, cujas residências sejam situadas na área da comunidade atendida e ainda, tais dirigentes não poderão estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou função da qual decorra foro especial.

Art. 13 - A Entidade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu Estatuto Social sem prévia autorização da Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

Art. 14 - O quadro de pessoal será constituído de, pelo menos, dois terços de trabalhadores brasileiros;

Art. 15 - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da entidade caberão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de de

Art. 16 - São atribuições:

I) Da Diretoria:

- Administrar e superintender os trabalhos e o patrimônio da entidade;
- Convocar as reuniões e Assembleias Gerais;
- Representar a ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS em atos públicos ou internos;



TABELIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Parizo, 393 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (57) 3435-1738 - Cel. (87) 96817-9595 - E-mail: tabeliaojoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84443-845.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/06/2017

Consulte o selo no site: www.tms.jus.br/corregedoria/sistema/consulta

ANTONIO JOÃO
BRUNIALTI
TITULAR
NEZ PEREIRA
PROCURADOR

AKEX

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ-MS

- d) Realizar todos os atos necessários ao desenvolvimento da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS;
- e) Apresentar relatório anual a Assembléia Geral, acerca do Balanço Patrimonial e o Relatório de Atividades;
- f) Prestar as contas ao final de cada exercício financeiro;
- g) Desenvolver e promover o intercâmbio com a comunidade e entidades afins;
- h) Criar e instalar serviços e Departamentos para a realização e desenvolvimentos das finalidades da entidade;
- i) Alienar, decidir sobre aquisição e constituir ônus sobre bens móveis e imóveis mediante autorização da Assembléia Geral.

II) De cada dirigente:

- a) Ao Presidente compete: representar a ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, passiva e ativa, judicial e extrajudicialmente, coordenar e presidir as reuniões da diretoria, assinar contratos, ajustes ou convênios de interesse da associação, movimentar conta bancária conjunta da entidade com os demais responsáveis, votar e deter o voto de desempate nas deliberações da diretoria e em Assembléia Geral; praticar todos os atos necessários à administração da entidade, organizar seus serviços e Departamentos; participar e presidir às reuniões do Conselho Comunitário;
- b) Ao Diretor Administrativo compete: gerir as atividades administrativas e financeiras da entidade, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da associação, assinar conta conjunta com os demais responsáveis e assinar com o Presidente todos os documentos concernentes a vida financeira da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, secretariar as reuniões da diretoria, lavrar as atas, ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da entidade, bem como todos os documentos relativos à tesouraria e secretaria, dirigir e supervisionar os serviços da tesouraria e da secretaria, organizar e manter a escrituração do movimento econômico financeiro da entidade;
- c) Ao Diretor de Operações compete: implementar e supervisionar todos os aspectos concernentes a execução do serviço de radiodifusão comunitária, relativamente aos seus aspectos legais, técnicos e qualitativos, gerir e captar os recursos advindos de patrocínio sob forma de apoio cultural, bem como supervisionar a execução do patrimônio considerado no âmbito das operações de integração da comunidade com o serviço prestado;

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Penzo, 393 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (67) 3435-1729 - Cel. (67) 90817-9995 - E-mail: tabelaoajocac@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84444-085.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/06/2017



ACEX 6

Art. 17- O Conselho Comunitário, eleito em Assembléia Geral para mandato igual ao da Diretoria, será composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente instituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vistas ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade.

Parágrafo único - O Conselho Comunitário deverá organizar-se através de seu regimento interno e cumprirá as atribuições definidas pela legislação vigente sobre o serviço de radiodifusão comunitária, devendo periodicamente elaborar relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação.

IV - DAS ELEIÇÕES

Art. 18 - As chapas para a diretoria estarão aptas, se entregues até três dias antes da Assembléia Geral de eleição, por requerimento a Comissão eleitoral, acompanhada de nominativa completa e pelo devido expresso consentimento de seus membros bem como do referendado de, no mínimo, um décimo de associados aptos a votar.

§1º - É vedada a participação de associados em mais de uma chapa, bem como o voto cumulativo ou por procuração.

§2º - A diretoria será formada pela chapa que alcançar a maioria dos votos ou de acordo com a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa, desde que obtido o mínimo de vinte por cento dos votos validos totalizados no processo eleitoral. A escolha do critério para contagem será decidida no início da Assembléia Geral.

V - DA PROGRAMAÇÃO

Art. 19 - A programação da emissora deverá respeitar todos os princípios e normas dispostas na legislação vigente no território nacional sobre radiodifusão comunitária.

Parágrafo único - Será vedada a transferência da outorga e a formação de redes, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública, epidemias e as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis. Também será vedada a cessão ou



TABELIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOAO-MS
Av. Eugênio Pinho, 393 - Centro - CEP. 79910-000
Fone: (57) 3435-1729 - Cel. (67) 98817-9095 - E-mail: tabeliaojoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento original.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84445-354.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/06/2017

Consulta do selo no site: www.tms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisa

TABELIÃO DE REGISTRO CIVIL
DE ANTONIO JOAO-MS
PR. KARINA V. B. B. B.
CIVIL TITULAR
MIRIAM MARTINEZ P. A.
DELEGADA SUBSTITUTA

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORA - MS

arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

VI - DA RECEITA E DO PATRIMÔNIO

Art. 20 - O Patrimônio e Receita da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, será composto pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

Parágrafo Único - Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

VII - DA REFORMA DO ESTATUTO E DA DISSOLUÇÃO

Art. 21 - Este estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, sendo exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembléia, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com pelo menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 22º - A dissolução da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, ocorrerá segundo decisão de Assembléia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos pela Diretoria, com recurso a Assembléia Geral, pelo associado que se achar prejudicado.

TABEIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Penzo, 390 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (67) 3435-1739 - Cel. (67) 99817-9595 - E-mail: tabelaoajc@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84446-709.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/06/2017

Consulta do selo no site: www.tjms.jus.br/comgestao/selos/pesquisa-selo.php

Art. 24 - O presente estatuto foi aprovado na Assembleia Geral de 05/03/2017 e entra em vigor na data de sua inscrição no registro de pessoas jurídicas, averbando-se a este registro todas as alterações por que passar.

Antônio João/MS, 05 de Março de 2017.



JUCENYR MARTINS - Presidente
CPF: 528.945.681-34

Leila Mª Mendes Silva
OAB/MS 11481

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

Acex

**1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA PORÁ/MS**
Av. Brasil, 2874, Centro, João R. - CEP 79904-610 - Ponta Porá/MS - Tel: (67) 3411-1144 - fonecelo@tabelaio.com

Reconheço por Semelhança firma(s) de:
JUCENYR MARTINS
Selo(s): ANS56554-064
Ponta Porá/MS, 25/04/2017. DP: Guilherme
Em test. da verdade.

Sylvia Vieira Brandão - Tabelaia Substituta
Total: R\$ 7,80 P+27

Conhecimento de firma não implica
provação ou aceitação do conteúdo
documento por parte do tabelião

Sylvia Vieira Brandão
Tabelaia e Oficial Registradora Substituta
1º Tabelião de Notas, Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

TABELIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Perazzo, 390 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (67) 3435-1739 - Cel: (67) 99817-9995 - E-mail: tabelaiojoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84447-063.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/08/2017

Consulte o selo no site: www.fine.jus.br/corregedoria

ANTONIO JOÃO-MS
1º Tabelião de Notas, Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

MIRNA MARTINEZ PEREIRA
OFICIAL SUBSTITUTA

**1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PONTA PORÁ/MS**

Protocolo Nº 035626 PJ de 05/05/2017

Reg: nº 377, Av. 15. LV. A, -SELO: ANC12675-635

Registro nº 326

PONTA PORÁ/MS 19 de maio de 2017

SYLVIA VIEIRA BRANDÃO
OFICIAL SUBSTITUTO

CUSTAS	
Ata Cartorial	4,00
Protocolo 17	2,00
Registro 3	1,00
Financas 5	1,00
Ponte-PJE 4	1,00
VENIR 10	4,00
Outros	0,00
TOTAL	13,00

1º Tabelião de Notas, Registro de Títulos e Documentos
e Civil das Pessoas Jurídicas

Sylvia Vieira Brandão
1º Tabelião de Notas, Registro de Títulos e Documentos
e Civil das Pessoas Jurídicas

ATA Nº 33 DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA REFORMULAR O ESTATUTO SOCIAL, ALTERAR O NOME DE FANTASIA, PROMOVER ELEIÇÃO E DAR POSSE À NOVA DIRETORIA. Aos 05 dias do mês de Março de 2017, na sede da emissora, sito a Rua Joana Almeida de Matos, nº 400, centro na cidade de Antônio João/MS, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os Dirigentes e Sócios da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, para reformular o Estatuto Social, atendendo ao novo modelo de acordo com a Lei 9612/98, Norma Complementar nº 01/2004, do Ministério das Comunicações e atual Código Civil, alterar o nome de fantasia da rádio, eleger e dar posse a nova diretoria. Para presidir e secretariar a reunião foi aclamado, o Sr. JOSÉ UDILMAR LARRÉIA DOS SANTOS. O novo estatuto proposto foi lido, artigo por artigo e aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos o Sr. JOSÉ VALDIMAR LARRÉIA DOS SANTOS, colocou em votação a chapa de composição dos cargos previstos no Estatuto, elaborado em consenso pelos presentes com a seguinte formação:

PRESIDENTE: JUCENYR MARTINS, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 528.945.681-34, RG: 457.761 SSP/MS, residente na Av. Eugenio Penzo, 615 – Centro, CEP: 79910-000, Antônio João/MS; **DIRETOR ADMINISTRATIVO:** ALEX SANDRO LOPES GOMES, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 951.160.601-87, RG: 001217442 SSP/MS, residente na Rua Pantaleão Coelho Xavier, 85 – Centro, CEP: 79910-000, Antônio João/MS; **DIRETOR DE OPERAÇÕES:** PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS, brasileiro, solteiro, dentista, CPF: 070.164.226-23, RG: 12.768.042 SSP/MG, residente na Rua Vereador Arthur de Oliveira, 370 – Centro, CEP: 79910-000, Antônio João/MS. Foram todos eleitos por aclamação e empossados no ato. O mandato da desta Administração será até a Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no mês de Março de 2020, sendo que o mandato é de 03 (três) anos a contar de Março de 2017. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, e eu ALEX SANDRO LOPES GOMES, Diretor Administrativo lavrei a presente ata, que será assinada por todos os presentes sócios fundadores.

CARTÓRIO

JUCENYR MARTINS - Presidente

ALEX SANDRO LOPES GOMES
ALEX SANDRO LOPES GOMES - Diretor Administrativo

PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS - Diretor de Operações

O reconhecimento de firma não implica em aprovação ou aceitação do conteúdo do documento por parte do tabelionato

1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA PORA/MS
Av. Brasil, 2079, Centro, Jd. B - CEP 79004-670 - Ponta Pora/MS - Tel: (67) 3435-1744 - 1604urid@ig.com.br

Reconheço por Semelhança firma(s) de:
JUCENYR MARTINS
Selo(s): ANS56556-873
Ponta Pora-MS, 25/04/2017. Of: Guilherme
Em test. da verdade

Sylvia Vieira Brandão - Tabelista Substituta
Total: R\$ 7,80 P:27

Sylvia Vieira Brandão
Tabelista e Oficiala Registradora Substituta
1º Tabelionato de Notas, Registro de Títulos e Documentos
e Civil das Pessoas Jurídicas

1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA PORA/MS
Av. Brasil, 2079, Centro, Jd. B - CEP 79004-670 - Ponta Pora/MS - Tel: (67) 3435-1744 - 1604urid@ig.com.br

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia e reprodução autêntica do documento original, do que dou fe.
Selo(s): ANW94693-010
Ponta Pora-MS, 19/05/2017. Of: Guilherme
Em test. da verdade.

Rhayne Elienne Carola Santos - Escrevente
Total: R\$ 4,12 P:25

RHAYNE ELIENNE CAROLA SANTOS
Escrevente Autorizada
1º Tabelionato de Notas, Registro de Títulos e Documentos
e Civil das Pessoas Jurídicas

JOSÉ UDILMAR LARRÉIA DOS SANTOS

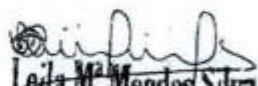
JEANE GLAUCY BARBOSA FLORES

VICTORIA MAGALHÃES FRANCO

GISELE RIBAS

EDINEUZA SILVESTRE DE SOUZA

ALDEMIR JARA


Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11484

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

1º SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PONTA PORÁ/MS

Protocolo N° 035626 PJ de 05/05/2017

Dep. 17%, Av. 15, IV. A. -SELO: ANC12679-GR5

Registro n° 328

PONTA PORÁ/MS 19 de maio de 2017


SYLVIA VIEIRA BRANDÃO
OFICIAL SUBSTITUTO

CUSTAS	
At. Constituinte.....	24,00
Emenda 1ª.....	4,00
Emenda 2ª.....	4,00
Emenda 3ª.....	4,00
Emenda 4ª.....	4,00
Emenda 5ª.....	4,00
Emenda 6ª.....	4,00
Emenda 7ª.....	4,00
Emenda 8ª.....	4,00
Emenda 9ª.....	4,00
Emenda 10ª.....	4,00
Emenda 11ª.....	4,00
Emenda 12ª.....	4,00
Emenda 13ª.....	4,00
Emenda 14ª.....	4,00
Emenda 15ª.....	4,00
Emenda 16ª.....	4,00
Emenda 17ª.....	4,00
Emenda 18ª.....	4,00
Emenda 19ª.....	4,00
Emenda 20ª.....	4,00
Emenda 21ª.....	4,00
Emenda 22ª.....	4,00
Emenda 23ª.....	4,00
Emenda 24ª.....	4,00
Emenda 25ª.....	4,00
Emenda 26ª.....	4,00
Emenda 27ª.....	4,00
Emenda 28ª.....	4,00
Emenda 29ª.....	4,00
Emenda 30ª.....	4,00
Emenda 31ª.....	4,00
Emenda 32ª.....	4,00
Emenda 33ª.....	4,00
Emenda 34ª.....	4,00
Emenda 35ª.....	4,00
Emenda 36ª.....	4,00
Emenda 37ª.....	4,00
Emenda 38ª.....	4,00
Emenda 39ª.....	4,00
Emenda 40ª.....	4,00
Emenda 41ª.....	4,00
Emenda 42ª.....	4,00
Emenda 43ª.....	4,00
Emenda 44ª.....	4,00
Emenda 45ª.....	4,00
Emenda 46ª.....	4,00
Emenda 47ª.....	4,00
Emenda 48ª.....	4,00
Emenda 49ª.....	4,00
Emenda 50ª.....	4,00
Emenda 51ª.....	4,00
Emenda 52ª.....	4,00
Emenda 53ª.....	4,00
Emenda 54ª.....	4,00
Emenda 55ª.....	4,00
Emenda 56ª.....	4,00
Emenda 57ª.....	4,00
Emenda 58ª.....	4,00
Emenda 59ª.....	4,00
Emenda 60ª.....	4,00
Emenda 61ª.....	4,00
Emenda 62ª.....	4,00
Emenda 63ª.....	4,00
Emenda 64ª.....	4,00
Emenda 65ª.....	4,00
Emenda 66ª.....	4,00
Emenda 67ª.....	4,00
Emenda 68ª.....	4,00
Emenda 69ª.....	4,00
Emenda 70ª.....	4,00
Emenda 71ª.....	4,00
Emenda 72ª.....	4,00
Emenda 73ª.....	4,00
Emenda 74ª.....	4,00
Emenda 75ª.....	4,00
Emenda 76ª.....	4,00
Emenda 77ª.....	4,00
Emenda 78ª.....	4,00
Emenda 79ª.....	4,00
Emenda 80ª.....	4,00
Emenda 81ª.....	4,00
Emenda 82ª.....	4,00
Emenda 83ª.....	4,00
Emenda 84ª.....	4,00
Emenda 85ª.....	4,00
Emenda 86ª.....	4,00
Emenda 87ª.....	4,00
Emenda 88ª.....	4,00
Emenda 89ª.....	4,00
Emenda 90ª.....	4,00
Emenda 91ª.....	4,00
Emenda 92ª.....	4,00
Emenda 93ª.....	4,00
Emenda 94ª.....	4,00
Emenda 95ª.....	4,00
Emenda 96ª.....	4,00
Emenda 97ª.....	4,00
Emenda 98ª.....	4,00
Emenda 99ª.....	4,00
Emenda 100ª.....	4,00
TOTAL.....	61,10


Sylvia Vieira Brandão
Oficial Registradora Substituta
pelo Poder Judiciário e Tabelião e Escrevente
e Tabelião e Escrevente


Sylvia Vieira Brandão
Tabelião de Notas, Registro de Títulos e Documentos
e Oficial das Pessoas Jurídicas

SOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

1º TABELIONATO DE NOTAS, REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE PONTA PORÁ/MS
Av. Brasil, 2803, Menino, Selo B - CEP 79004-670 - Ponta Porá/MS - Tel. (67) 3434 1744 - Tabelião@ptgnet.com.br

AUTENTICACAO - Certifico que a presente fotocopia e reprodução autêntica do documento original, do que dou fe.
Selo(s): AM94694-379
Ponta Porá-MS, 19/05/2017. DP: Guilherme
Em test.  da verdade.
Rhayne Elienne Carola Santos - Escrevente
Total: R\$ 4,12 P:25


RAYNE ELIENNE CAROLA SANTOS
Escrevente Autorizada
1º Tabelionato de Notas, Registro de Títulos e Documentos
e Oficial das Pessoas Jurídicas



AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84452-552.
ANTONIO JOÃO-MS, 28/06/2017

TERMO DE POSSE

Aos 05 dias do mês de Março de dois mil e dezessete, nesta cidade de Antônio João/MS, esteve o Senhor JUCENYR MARTINS, Presidente da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, cuja sede encontra-se na Rua Joana de Almeida Matos, Nº 400, Centro – Antônio João/MS, para empossar os membros da nova Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, para um mandato 03 (três) anos, obrigando no ato da posse, a desempenhar seus deveres legais, na forma ao disposto no Estatuto Social atual.

Antônio João/MS, 05 de Março de 2017.

PRESIDENTE: JUCENYR MARTINS, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 528.945.681-34, RG: 457.761 SSP/MS, residente na Av. Eugenio Penzo, 615 - Centro – CEP: 79910-000 – Antônio João/MS.




JUCENYR MARTINS
Presidente

DIRETOR ADMINISTRATIVO: ALEX SANDRO LOPES GOMES, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 951.160.601-87, RG: 001217442 SSP/MS, residente na Rua Pantaleão Coelho Xavier, 850 – Centro, CEP: 79910-000, Antônio João/MS.




ALEX SANDRO LOPES GOMES
Diretor Administrativo

DIRETOR DE OPERAÇÕES: PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS, brasileiro, solteiro, dentista, CPF: 070.164.226-23, RG: 12.768.042 SSP/MG, residente na Rua Vereador Arthur de Oliveira, 370 – Centro, CEP: 79910-000, Antônio João/MS.



PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS
Diretor de Operações



Leila M. Mendes Silva
OAB/MS 11.181


Relação dos membros da nova Diretoria, da **ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS**:

PRESIDENTE: JUCENYR MARTINS, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 528.945.681-34, RG: 457.761 SSP/MS, residente na Av. Eugenio Penzo, 615 – Centro, CEP: 79910-000, Antônio João/MS.



JUCENYR MARTINS
Presidente

DIRETOR ADMINISTRATIVO: ALEX SANDRO LOPES GOMES, brasileiro, casado, comerciante, CPF: 951.160.601-87, RG: 001217442 SSP/MS, residente na Rua Pantaleão Coelho Xavier, 850 – Centro, CEP: 79910-000 – Antônio João/MS.




ALEX SANDRO LOPES GOMES
Diretor Administrativo

DIRETOR DE OPERAÇÕES: PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS, brasileiro, solteiro, dentista, RG: 12.768.042 SSP/MG, residente na Rua Vereador Arthur de Oliveira, 370 79910-000, Antônio João/MS.



PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS
Diretor de Operações



Leila M. Mendes Silva
048/MS 11481

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
COMARCA DE PONTA PORÁ - MS

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugenio Penzo, 390 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (37) 3435-1139 - Cel: (67) 96817-9959 - E-mail: tabelaojoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOG84453-907
ANTONIO JOÃO-MS, 28/08/2017

Consulte o selo no site: www.tema.jus.br/consultas
OFICIAL SUBSTITUTO
MIRIAM MARTINEZ PEREIRA
OAB/MS 11481

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOA
Av. Eugênio Petz, 300 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (97) 3435-1738 - Cel. (67) 95817-9995 - E-mail: anelias@opm.org

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOW48947-750.
ANTONIO JOÃO-MS, 04/10/2017

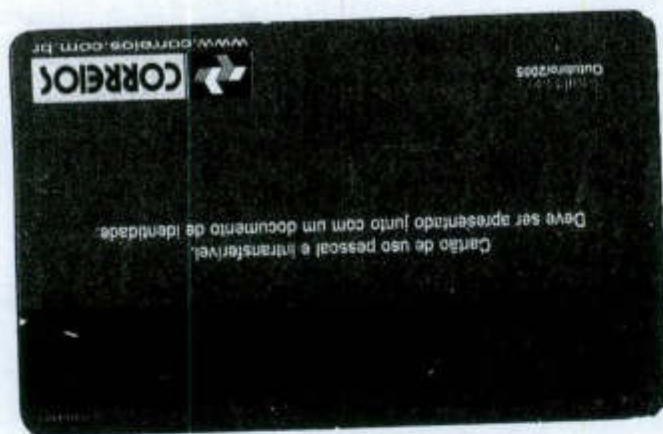
Consulta do site no site: www.lbra.usp.br/imagens/leia/perquisar.asp

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOW48948-004.
ANTONIO JOÃO-MS. 04/10/2017

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO MS
Av. Eugênio Pereira, 393 - Centro - CEP: 79810-700
Fone: (171) 3435-1738 - Cel. (171) 92517-9999 - E-mail: tabelatabela@ms.gov.br

AUTENTICACÃO

A presente fotocópia confere com o documento original.
C referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOW48949489.
ANTONIO JOAO-MS, 04/10/2017



TABELIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS.
 Av. Eugênio Perito, 390 - Centro - CEP: 79910-000
 Fone: (67) 3435-1739 - Cel. (67) 99817-8595 - E-mail: tabelacaoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
 O referido é verdade, dou Fé.
 Selo Digital: AOW48943-231.
 ANTONIO JOÃO-MS, 04/10/2017

Consulte os selos no site: www.tjms.jus.br/corregedoria/selocap/psa/assolm.php

*TABELIÃO E REG. CIVIL ANTONIO JOÃO-MS
 DR. KARINA V. BERNARDINI
 OFICIAL TITULAR
 MIRNA MARTINEZ
 OFICIAL SUBSTITUTA*

SECRETARIA DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REGISTRO CIVIL

528945681 34

JUCEMYR MARTINS

18.05.71

Jucemyr Martins

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEO GRANDE

Jucemyr Martins
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

457 761

JUCEMYR MARTINS

Isaias de Quadros Martins
 Therezinha de Jesus Maria Martins

Antonio João-MS

21-01-1987

18-05-1971

Cert Nasc 2503 Fls 276v L 4-A Cart
 Reg Civil de Antonio João-MS

AMPO GRANDE-MS

Luiz Henrique

LEI Nº 118 DE 29-08-03

TABELIÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
 Av. Eugênio Perito, 390 - Centro - CEP: 79910-000
 Fone: (67) 3435-1739 - Cel. (67) 99817-8595 - E-mail: tabelacaoao@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
 O referido é verdade, dou Fé.
 Selo Digital: AOW48907-606.
 ANTONIO JOÃO-MS, 04/10/2017

*TABELIÃO E REG. CIVIL ANTONIO JOÃO-MS
 DR. KARINA V. BERNARDINI
 OFICIAL TITULAR
 MIRNA MARTINEZ
 OFICIAL SUBSTITUTA*

Republica Federativa do Brasil
Conselho Federal e Regional de Odontologia

CEO: MATO GROSSO DO SUL Inscricao: MS-CD-4061

Tipo CIRURGIAO-DENTISTA		
Nome PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS		
Pai PEDRO ANTONIO DOMINGOS		
Mãe LUSIA MARILLIAIC SOBREIRA GUIMARAES		
C.P.F. 070.164.226-23	Nascimento 25/09/1983	Naturalidade JUAZEIRO - BA

CAMPO GRANDE, 7 DEB 2010.

SILVANO DA SILVA SILVENTRE, CD
Presidente do CRO-MS

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Fone: (57) 3435-1739 - Cel: (67) 99817-9595 - E-mail: tabeladocpoec@gmail.com

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOW48940-178.
ANTONIO JOÃO-MS, 04/10/2017

Consulta do selo no site: www.tms.jus.br/consegatorio/selos/consultas



Identidade Civil Nº: 13780042 Orgão: SSP UF: MG Data: 14/12/1999	
Identidade Eleitoral Nº: 139981540230 Zona: 116 Seção: 0125 UF: MG	
Inscrição no CRO Livro: AS6 Folha: 156 Protocolo: 96/2007 Data: 28/02/2007	
Registro no CRO Livro: AS60 Folha: 27 Protocolo: 3715/2007 Data: 30/08/2010	
Observações Gerais Tipo sanguíneo: A POSITIVO Doador: NAO	

Obs.: Ja. VTA

Assinatura de titular

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Penzo, 393 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (57) 3435-1739 - Cel: (67) 99817-9595 - E-mail: tabeladocpoec@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOW48938-842.
ANTONIO JOÃO-MS, 04/10/2017

Consulta do selo no site: www.tms.jus.br/consegatorio/selos/consultas

TABELÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOÃO-MS
Av. Eugênio Penzo, 393 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (57) 3435-1739 - Cel: (67) 99817-9595 - E-mail: tabeladocpoec@gmail.com

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento apresentado.
O referido é verdade, dou Fé.
Selo Digital: AOW48941-522.
ANTONIO JOÃO-MS, 04/10/2017

Consulta do selo no site: www.tms.jus.br/consegatorio/selos/consultas

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição:
070.164.226-23

Nome:
PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS

Nascimento:
25/09/1983

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS

DOC IDENTIDADE / RG / EMISSOR / UF
MS12789042 SSP MG

CPF
070.164.226-23

DATA NASCIMENTO
25/09/1983

RENÇÃO
PEDRO ANTONIO DOMINGOS

LUSIA MARILLIAIC
SOBREIRA GUIMARAES

PERMISSÃO
VEICULOS

ACC
VEICULOS

CAE HAB
0

Nº REGISTRO
00066280431

VÁLIDA
19/07/2015

Pº HABILITAÇÃO
23/07/2003

OBSERVAÇÕES
SEM OBSERVAÇÃO:

Assinatura do titular: Pedro Thiago S. Domingos

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ANTONIO JOAO, MS

DATA EMISSÃO
03/09/2013

14386413001
MS819376230

Assinatura do emissor: Carlos Henrique dos Santos Pereira
Diretor Presidente Detran MS

ASSINATURA DO EMISSOR

DETTRAN - MATO GROSSO DO SUL

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

ALTO DA SERRA FM – 104,9 Mhz

GRADE DE PROGRAMAÇÃO

SEGUNDA À SEXTA-FEIRA

Nº	PROGRAMAS	HORÁRIOS
01	Homem do Campo	05:00 às 07:00
02	Horario Religioso	07:00 às 08:00
03	Show da Manhã	08:00 às 11:00
04	104 Noticias	11:00 às 12:00
05	Momento Gospel	12:00 às 13:00
06	Top Hits	13:00 às 15:00
07	Modão Sertanejo	15:00 às 18:00
08	A Voz do Brasil	18:00 às 19:00
09	Noite 104	19:00 às 21:00
10	Horario Musical	21:00 às 05:00

SÁBADO

Nº	PROGRAMAS	HORÁRIOS
01	Horario Musical	05:00 às 07:00
02	Horario Musical	07:00 às 08:00
03	Horario Musical	08:00 às 11:00
04	Horario Musical	11:00 às 12:00
05	Horario Musical	12:00 às 13:00
06	Horario Musical	13:00 às 15:00
07	Horario Musical	15:00 às 18:00
08	Horario Musical	18:00 às 19:00

DOMINGO

Nº	PROGRAMAS	HORÁRIOS
01	Horario Musical	05:00 às 07:00
02	Horario Religioso	07:00 às 08:30
03	Domingo Alegre	08:30 às 12:00
04	Horario Religioso	12:00 às 13:00
05	Território Sertanejo	13:00 às 15:00
06	Domingão Sertanejo	15:00 às 18:00
07	Horario Musical	18:00 às 05:00

A Grade de Programação, foi avaliada e aprovada por todos os integrantes do Conselho Comunitário, abaixo assinado:

1. João Orzeni de Oliveira Martins
2. Maria Luiza Guerreiro Morales
3. Valdete Franco dos Santos
4. Cristiane Cavanha de Mattos
5. Adair Lemes Franco

Antônio João/MS, 19 de Setembro de 2017.

JUCENYR MARTINS
CPF: 528.945.681-34
Presidente



TABEILÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOAO-MS
Av. Eugênio Pinzo, 391 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (57) 3435-1739 - Cel. (67) 998173995 - E-mail: tabeliao@antonioprofissional.com

Reconheço por semelhança as firmas de:
JOÃO ORZENI DE OLIVEIRA MARTINS,
MARIA LUIZA GUERREIRO MORALES e
VALDETE FRANCO DOS SANTOS
Selo AOW48952-149, AOW48953-507 e AOW48953-958
Conforme termo arquivado nesta Serventia. Dou fé.
ANTONIO JOÃO-MS, 05/10/2017 Em test. da verdade.



TABEILÃO DE NOTAS E REGISTRO CIVIL DE ANTONIO JOAO-MS
Av. Eugênio Pinzo, 391 - Centro - CEP: 79910-000
Fone: (57) 3435-1739 - Cel. (67) 998173995 - E-mail: tabeliao@antonioprofissional.com

Reconheço por semelhança a firma de:
CRISTIANE CAVANHA DE MATTOS,
JUCENYR MARTINS e
ADAIR LEMES FRANCO
Selo AOW48961-056, AOW48962-400 e AOW48963-365
Conforme termo arquivado nesta Serventia. Dou fé.
ANTONIO JOÃO-MS, 05/10/2017 Em test. da verdade.



Correios

R\$ 14,25

27.10.17 - 16:19

AGF CIDADE MORENA/MS

JUSCELINO

Projetos, Instalação e Assessoramento nos Serviços de Radiodifusão junto ao MC

Rua Félix de Albuquerque, 482 – Vila Ana Maria do Couto – CEP: 79113-620

Campo Grande/MS - Telefone: (067) 3363-3831 – Celular: (067) 99601-5878

e-mail: soaresbrum@yahoo.com.br

Ao

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretária de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - CEP: 70044-900

BRASÍLIA/DF

Telefone: (61) 2027-6281



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53000.056633/2011-08

Interessado: Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Assunto: Retomada da análise processual.

1. Em atenção ao art. 6º, inciso III da Portaria nº 1.909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4.334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, opino pela retomada da análise processual a fim de se verificar a viabilidade do deferimento da renovação da outorga.
2. Encaminhem-se os autos para análise.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 23/11/2018, às 10:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3599748** e o código CRC **08A4DD4F**.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 3599748

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.617.368/0001-29 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/07/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ALTO DA SERRA FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R CANDIDO GARCIA DE SOUZA	NÚMERO 400-B	COMPLEMENTO	
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/07/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/11/2018** às **10:22:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS

CNPJ: 02.617.368/0001-29

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:17:19 do dia 23/11/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 02617368/0001-29
Razão Social: ASSOCIACAO NOVOS TEMPOS
Endereço: RUA JOANA DE ALMEIDA MATOS / CENTRO / ANTONIO JOAO / MS / 79910-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/11/2018 a 04/12/2018

Certificação Número: 2018110513305792608928

Informação obtida em 23/11/2018, às 10:25:48.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.617.368/0001-29

Certidão nº: 162901196/2018

Expedição: 23/11/2018, às 10:28:22

Validade: 21/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.617.368/0001-29**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

53000.056633/2011-08

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS (CNPJ: 02.617.368/0001-29)

ANTONIO JOÃO/MS

1) Requerimento: Pgs. 5 e 6 SEI (0024458)

Data apresentação: 17/01/2012

Endereço de correspondência:

Rua Félix de Albuquerque nº 428 - Vila Ana Maria do Couto

CEP 79103-620 / Campo Grande - MS

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53700.001247/1998

Portaria Autorização: nº 38, publicada no DOU de 23/02/2000

Decreto Legislativo: nº 419, publicado no DOU de 26/10/2001

2) Ata de Eleição da Diretoria: Pgs. 15 a 16 SEI (02349727) - 01250.066883/2017-98

Tempo do mandato: 3 anos - Período: 05/03/2017 a 05/03/2020

Localização do registro: Pg. 16

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral
Presidente	 JUCENYR MARTINS	18/05/1971	528.945.681-34	MS - 457.761	Isaias de Quadros Martins e Therezinha de Jesus Maria Martins	# (n/c) #
Diretor Administrativo	 ALEX SANDRO LOPES GOMES	06/07/1982	951.160.601-87	MS - 001.217.442	Melquieedeque Gomes e Leonir Rodrigues Lopes	# (n/c) #
Diretor de Operações	 PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS	25/09/1983	070.164.226-23	MG - 12.768.042	Pedro Antonio Domingos e Luzia Marillaic Sobreira Guimarães	# (n/c) #

3) Estatuto Social: Pgs.06 a 14 SEI (2349727) - 01250.068883/2017-98

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: Pg. 14

3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2º

3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 5º

3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º "a"

3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º "a"

3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade: Art. 12º

3.7) Especificação do Conselho Comunitário: Art. 17º

3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: Art. 12º e 16º

3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, apos a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: Art. 12º - mandato de três anos

3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 1º - II - OK: art. 5º, e 9º - III - OK: art. 8º - IV - OK: art. 20º - V - OK: art. 11º - VI - OK: art. 21º e 22º - VII - OK: art. 12º e 11º

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 11 § 1º - II - OK: art. 11 § 1º - III - OK: art. 11 § 1º (2/3 presentes); art. 18º(critérios); art. 11 § 1º (1/5 associados p/convocação Assembléia)

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): Não se aplica

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): Art. 22º

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: OK

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes:

 Pendência: # Requisito não atendido #

5) Prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Pgs. 19 a 22 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Pg. 23 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

 Pendência: # Grade de Programação avaliada e aprovada pelo Conselho Comunitário; cinco assinaturas, sem indicação de entidades representadas. #

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pg. 7 SEI (0024458)

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: SEI (3599859)

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): SEI (3599874)

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: SEI (3599891)

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal:

 Pendência: # Requisito não atendido #

Checklist (3602511)

SEI 53000.056633/2011-08 / pg. 6

12) Certidão negativa de débitos perante à Justiça do Trabalho: SEI (3599902)

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: OK

14) Conclusão da Análise:

Exigências:

1. Novo Requerimento anexo 5 Portaria 1909/2018
2. Novo Relatório do Conselho Comunitário
3. Certidão - Tributos Federais e Dívida Ativa União

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE					
Razão Social:					
Nome Fantasia:				CNPJ:	
Endereço de Sede:					
Município:				UF:	CEP:
Nome do representante legal:					
Endereço eletrônico (e-mail):					

Endereço de Correspondência:					
Município:				UF:	CEP:

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude:	º (N/S)	'	"
		Longitude:	º W	'	"

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, , por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que **a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:				UF:	CEP:
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão		CPF:	

		Emissor:			
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

Nome do dirigente:					
Cargo:				Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF:	
Endereço:					
Município:		UF:		CEP:	
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

NOTA TÉCNICA Nº 25998/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.056633/2011-08.**

Assunto: **CONSTATAÇÃO DE PENDÊNCIAS**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Antonio João/MS**.

ANÁLISE

2. Primeiramente, informa-se que, apesar de a legislação que rege o Serviço de RadCom limitar o número de exigências ao máximo de três, esta será considerada complementação à anteriormente encaminhada, uma vez que a **Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC**, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015, previu novos documentos instrutórios para a renovação da outorga.

2.1. Após análise do Processo, **e considerando-se o art. 6º, inciso III da Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9/4/2018, que alterou a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015**, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 130, § 1º, inciso I	Requerimento de renovação.	O Requerimento de renovação deve conter todas as declarações constantes do modelo (Anexo 5 da Portaria) e deve ser assinado por todos os dirigentes.
			Com base no art. 116 da Portaria, a Entidade deverá apresentar um novo relatório do Conselho Comunitário, que deverá conter a grade de programação da emissora e a descrição e avaliação dos programas

<p>Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909, publicada no DOU de 9/4/2018.</p>	<p>Art. 130, § 1º, inciso V</p>	<p>Último relatório do Conselho Comunitário.</p>	<p>veiculados. O relatório deverá conter ainda os nomes e as assinaturas dos cinco membros representantes, além das denominações e respectivos comprovantes de inscrição CNPJ de cada uma das entidades por eles representadas.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada e os representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório deverá contar com a assinatura de todos os conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), e estar acompanhado da <u>grade de programação da emissora</u>, bem como das cópias dos comprovantes de inscrição no CNPJ de cada uma das entidades que compõem o Conselho.</p>
	<p>Art. 130, § 6º, inciso VI</p>	<p>Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal.</p>	<p>Após consulta ao endereço eletrônico da Receita Federal, verificou-se a impossibilidade de emissão da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União. Por essa razão, solicita-se que a Radiodifusora regularize a situação e encaminhe a certidão negativa dos débitos.</p>

3. Quanto à formação da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 7º, inciso III da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, alterada pela Portaria nº 1909/2018). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade.

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva**. Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o impedimento, independentemente de se afirmar que o dirigente nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve verificar que seus dirigentes não estejam enquadrados e nem se enquadrem, durante todo o período do mandato, nas hipóteses de vínculo previstas no art. 7º, inciso III.

4. Importante ressaltar que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

5. Salieta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 130, § 4º c/c art. 132, inciso II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).

CONCLUSÃO

6. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

7. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

8. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

9. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 26/11/2018, às 09:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 13:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3599950** e o código CRC **BA7E90E5**.

Minutas e Anexos

Anexo I - SEI (3602528) - Anexo 5 da Portaria nº 1909/2018.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 3599950



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 46924/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
JUCENYR MARTINS
Representante Legal da Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
(CNPJ nº 02.617.368/0001-29)
Rua Félix de Albuquerque nº 428 - Vila Ana Maria do Couto
CEP 79103-620 / Campo Grande - MS

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.056633/2011-08.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminho cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 25998/2018/SEI-MCTIC**, que trata da análise do processo em referência.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da data de recebimento deste Ofício, para que essa Entidade se manifeste sobre o assunto e/ou apresente a documentação pendente, sob pena de **indeferimento da renovação da outorga**, nos termos do art. 132 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no Diário Oficial da União de 21/9/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018.
3. Ressalto que os pedidos de prorrogação de prazo somente poderão ser deferidos quando a impossibilidade de envio dos documentos ocorrer por motivo de **caso fortuito ou força maior devidamente comprovados** e desde que a solicitação seja apresentada antes do fim do prazo indicado para resposta, conforme art. 136-C da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC).
4. Além disso, solicito que o endereço de correspondência esteja sempre atualizado neste Ministério.
5. Informo, ainda, que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html.
6. Por fim, esclareço que qualquer dúvida sobre este Processo ou demais assuntos poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (e-

mail) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 28/11/2018, às 13:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3602571** e o código CRC **081EB9E5**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 46924/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.056633/2011-08 - Nº SEI: 3602571

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

Antônio João/MS, 20 de Dezembro de 2018.

AO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de
Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Att.: VILMA DE FATIMA ALVARENGA FANIS

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: Encaminhamento documentação solicitada através do
Ofício nº 46924/2018/SEI-MCTIC, de 28/11/2018.

Processo Nº 53000.056633/2011-08

Localidade: Antônio João/MS

Prezada Senhora,

A ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Antônio João/MS, vem através deste encaminhar as documentações solicitadas através do Ofício nº 46924/2018/SEI-MCTIC, de 28/11/2018.

Sem mais para o momento e estando certo de sua compreensão, desde já agradeço.


MC/PROTOCOLO

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 07/01/19 às 14:00 horas

Assinatura: Eliton Silva

Atenciosamente,


JUCENYR MARTINS
Presidente

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE				
Razão Social:	ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS			
Nome Fantasia:	RÁDIO ALTO DA SERRA FM	CNPJ:	02.617.368/0001-29	
Endereço de Sede:	RUA JOANA ALMEIDA DE MATOS, 400 – ESQUINA COM RUA PRESIDENTE VARGAS			
Município:	ANTÔNIO JOÃO	UF:	MS	CEP: 79910-000
Nome do representante legal:	JUCENYR MARTINS			
Endereço eletrônico (e-mail):	soaresbrum@yahoo.com.br			

Endereço de Correspondência:	RUA FÉLIX DE ALBUQUERQUE, 428 – VILA ANA MARIA DO COUTO			
Município:	CAMPO GRANDE	UF:	MS	CEP: 79103-620

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE				
Endereço:	RUA JOANA ALMEIDA DE MATOS, 400 – ESQUINA COM RUA PRESIDENTE VARGAS			
Município:	ANTÔNIO JOÃO	UF:	MS	CEP: 79910-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	22º 11' 28" S		
	Longitude:	55º 56' 51" W		

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

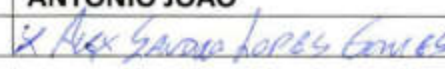
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

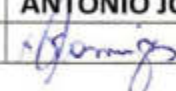
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do dirigente:	JUCENYR MARTINS				
Cargo:	PRESIDENTE			Tit. Eleitor:	108207519/29
RG:	457.761	Órgão Emissor:	SSP/MS	CPF:	528.945.681-34
Endereço:	AV. EUGENIO PENZO, 615 - CENTRO				
Município:	ANTÔNIO JOÃO	UF:	MS	CEP:	79910-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	ALEX SANDRO LOPES GOMES				
Cargo:	DIRETOR ADMINISTRATIVO			Tit. Eleitor:	15767351937
RG:	001217442	Órgão Emissor:	SSP/MS	CPF:	951.160.601.87
Endereço:	RUA PANTALEÃO COELHO XAVIER, 850 – CENTRO				
Município:	ANTÔNIO JOÃO	UF:	MS	CEP:	79910-000
Assinatura:					

Nome do dirigente:	PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS				
Cargo:	DIRETOR DE OPERAÇÕES			Tit. Eleitor:	139981540230
RG:	12.768.042	Órgão Emissor:	SSP/MG	CPF:	070.164.226-23
Endereço:	RUA VEREADOR ARTHUR DE OLIVEIRA, 370 – CENTRO				
Município:	ANTÔNIO JOÃO	UF:	MS	CEP:	79910-000
Assinatura:					

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
CNPJ: 02.617.368/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:36:06 do dia 17/12/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/06/2019.

Código de controle da certidão: **95F2.DD8D.74B6.C783**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO

GRADE DE PROGRAMAÇÃO - ALTO DA SERRA FM – 104,9 Mhz

SEGUNDA À SEXTA-FEIRA

Nº	PROGRAMAS	HORÁRIOS
01	Homem do Campo	05:00 às 07:00
02	Horário Religioso	07:00 às 08:00
03	Show da Manhã	08:00 às 11:00
04	104 Notícias	11:00 às 12:30
05	Momento Gospel	12:30 às 13:00
06	Top Hits	13:00 às 15:00
07	Modão Sertanejo	15:00 às 18:00
08	A Voz do Brasil	18:00 às 19:00
09	Noite 104	19:00 às 21:00
10	Horário Musical	21:00 às 05:00

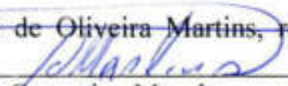
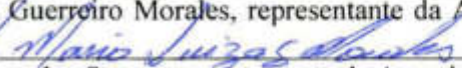
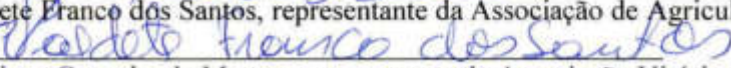
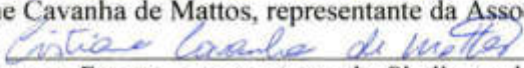
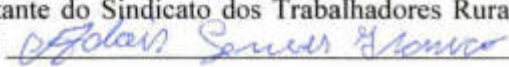
SÁBADO

Nº	PROGRAMAS	HORÁRIOS
01	Horário Musical e Apoios Culturais	05:00 às 07:00
02	Horário Religioso	07:00 às 08:00
03	Horário Musical e Apoios Culturais	08:00 às 11:00
04	Horário Musical e Apoios Culturais	11:00 às 12:00
05	Horário Musical e Apoios Culturais	12:00 às 13:00
06	Horário Musical e Apoios Culturais	13:00 às 15:00
07	Horário Musical e Apoios Culturais	15:00 às 18:00
08	Horário Musical e Apoios Culturais	18:00 às 19:00
09	Horário Musical e Apoios Culturais	19:00 às 04:00

DOMINGO

Nº	PROGRAMAS	HORÁRIOS
01	Programa Sertanejo – Na Sola da Bota	04:00 às 08:00
02	Horário Religioso	08:00 às 09:00
03	Programa Sertanejo - Domingo Alegre	09:00 às 12:00
04	Horário Religioso	12:00 às 13:00
05	Território Sertanejo	13:00 às 15:00
06	Domingão Sertanejo	15:00 às 18:00
08	Programa Ritmos em FM	18:00 às 21:00
09	Horário Musical e Poios Culturais	21:00 às 05:00

Esta Grade de Programação, foi avaliada e aprovada por todos os Conselheiros, abaixo assinado:

1. João Orzeni de Oliveira Martins, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Antônio João: 
2. Maria Luiza Guerreiro Morales, representante da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Antônio João: 
3. Valdete Franco dos Santos, representante da Associação de Agricultores Familiares Terra Boa de Antônio João: 
4. Cristiane Cavanha de Mattos, representante da Associação Vitória do Assentamento Bagagem de Antônio João/MS: 
5. Adair Lemes Franco, representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Antônio João – MS: 

Antônio João/MS, 19 de Dezembro de 2018.


JUCENYR MARTINS

CPF: 528.945.681-34

Presidente

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.821.048/0001-11 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 24/10/2000
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAL DE ANTONIO JOAO MS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SINDIMAJ			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical			
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 4351-291	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL INAPTA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/09/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSAO DE DECLARACOES			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2018** às **10:15:31** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 28.346.272/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/06/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS AGRICULTORES FAMILIARES TERRA BOA DE ANTONIO JOAO MS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO TERRA BOA DOS AGRICULTORES FAMILIARES			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO LOT VERA NILDA	NÚMERO 85	COMPLEMENTO	
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 9999-2211	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/06/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2018** às **10:16:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.776.286/0001-58 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 10/04/2017
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE ANTONIO JOAO-MS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A C M R DE ANTONIO JOAO			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 38.32-7-00 - Recuperação de materiais plásticos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 38.31-9-99 - Recuperação de materiais metálicos, exceto alumínio 38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente 38.31-9-01 - Recuperação de sucatas de alumínio 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R PONTA PORÁ		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO ZONA RURAL	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (67) 9902-8353	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/04/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2018** às **10:17:33** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.427.623/0001-57 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 09/11/2006
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO VITORIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ANTONIO JOAO MS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO VITORIA			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO R NECO MANOEL FLORES	NÚMERO 270	COMPLEMENTO	
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO CLIENTEEXCEL@ESCRITORIOEXCEL.COM.BR		TELEFONE (67) 3435-1132	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/11/2006	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2018** às **10:18:20** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.988.864/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/11/1986
NOME EMPRESARIAL SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ANTONIO JOAO-MS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.20-1-00 - Atividades de organizações sindicais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 313-1 - Entidade Sindical			
LOGRADOURO R NECO MANOEL FLORES		NÚMERO 270	COMPLEMENTO
CEP 79.910-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANTONIO JOAO	UF MS
ENDEREÇO ELETRÔNICO EDILENEMULLER@HOTMAIL.COM		TELEFONE (67) 3435-1510 / (67) 3435-1470	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **21/12/2018** às **10:20:09** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Projetos, Instalação e Assessoramento nos Serviços de Radiodifusão junto ao MC

Rua Félix de Albuquerque, 482 – Vila Ana Maria do Couto – CEP: 79113-620
Campo Grande/MS - Telefone: (067) 3363-3831 – Celular: (067) 99601-5878
e-mail: soaresbrum@yahoo.com.br

Ao

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretária de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 3º andar - CEP: 70044-900

BRASÍLIA/DF

Telefone: (61) 2027-6281



DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 46924/2018/SEI-MCTIC, 28/11/2018
53000.056633/2011-08

JUCENYR MARTINS

Associação de Integração Comunitária Novos Tempos
Rua Félix de Albuquerque nº 428 - Vila Ana Maria do Couto
79103-620 Campo Grande / MS

PAIS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

10/12/2018

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

JUSCELINO SOARES BRUN

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENTFatima Rosa Camilo
8 202 783-8

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

**AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CNDZ**

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JU 08421998 5 BR

DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

04/DEZ 2018

DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília - DF

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS****Nº 2019.0000421134**

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande e jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JUCENYR MARTINS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **528.945.681-34**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:51.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **ccdda0b0 057585b7 078ff57f c0243bea 2526686e**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário

nuaj_ms@trf3.jus.br - Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2019.0000420296

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande e jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JUCENYR MARTINS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **528.945.681-34**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:16.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **d8799445 d4018c52 3f777a96 cf860836 04d1cc1d**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul;
- m) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário

nuaj_ms@trf3.jus.br - Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS
Nº 2019.0000421055

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JUCENYR MARTINS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **528.945.681-34**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:48.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **6f595bbb c2e949c3 b9eefd92 a469ccb9 036cf190**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2019.0000420341

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **JUCENYR MARTINS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **528.945.681-34**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:18.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **670e2112 ade531c1 47222c76 3ad24455 83ce3b8d**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação, autos findos e encaminhadas às Instâncias Superiores nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que tenham deixado de tramitar no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- l) Esta certidão pode conter feitos de publicidade restrita, se devidamente autorizado, sem prejuízo de exclusões de informações sigilosas, caso determinado pela autoridade judicial.
- m) Esta certidão foi expedida nos termos da Res. Pres. nº 277, de 06.01.12, e caso tenha conteúdo positivo, o interessado poderá obter certidão narrativa da natureza, objeto e estado do feito diretamente junto ao órgão processante.
- n) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS****Nº 2019.0000420440**

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande e jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ALEX SANDRO LOPES GOMES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **951.160.601-87**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:23.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **680d956b f6e2ef04 b6f4024a 4f19c630 b9b1bbf8**, no endereço <http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário

nuaj_ms@trf3.jus.br - Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2019.0000420552

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande e jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ALEX SANDRO LOPES GOMES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **951.160.601-87**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:27.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **6cc3b34f 57e88738 f62d6fcb 2861775c 1206361f**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul;
- m) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário

nuaj_ms@trf3.jus.br - Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

Nº 2019.0000420508

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ALEX SANDRO LOPES GOMES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **951.160.601-87**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:25.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **21630b68 6158006c e9a53ca8 433a213d d4231397**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2019.0000420591

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **ALEX SANDRO LOPES GOMES**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **951.160.601-87**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:29.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **1d87420b c01eb101 320fa516 f4728e76 11eaae89**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação, autos findos e encaminhados às Instâncias Superiores nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que tenham deixado de tramitar no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- l) Esta certidão pode conter feitos de publicidade restrita, se devidamente autorizado, sem prejuízo de exclusões de informações sigilosas, caso determinado pela autoridade judicial.
- m) Esta certidão foi expedida nos termos da Res. Pres. nº 277, de 06.01.12, e caso tenha conteúdo positivo, o interessado poderá obter certidão narrativa da natureza, objeto e estado do feito diretamente junto ao órgão processante.
- n) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS****Nº 2019.0000420641**

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande e jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **070.164.226-23**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:31.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **33529232 c1d24e6c f8eeccf2 07d8f64c 38e5218b**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário

nuaj_ms@trf3.jus.br - Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MATO GROSSO DO SUL
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2019.0000420768

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande e jurisdição no Estado de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **070.164.226-23**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de Mato Grosso do Sul, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:36.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **74b7ef71 90e383fa 964b4ab7 bfafc421 47ec204a**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- l) A pesquisa abrange registros desde 25/04/1967 até a presente data, na Justiça Federal de 1º Grau, Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul;
- m) Esta certidão abrange os processos em tramitação no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 1º Grau e no PJe - Sistema Processual Eletrônico.

Núcleo de Apoio Judiciário

nuaj_ms@trf3.jus.br - Rua Delegado Carlos Eduardo Bastos de Oliveira ,128 - Campo Grande - MS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS
Nº 2019.0000420720

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **070.164.226-23**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:34.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) Certidões e/ou informações a respeito do(s) processo(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente na respectiva Secretaria do Órgão Julgador, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver localizado, conforme endereços disponibilizados em nosso site;
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **46dc90d4 ec06fb29 c6593a38 20969e1d b5030f39**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- d) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- e) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- f) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- g) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) constantes dos aludidos documentos;
- h) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- i) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- l) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS ELEITORAIS
Nº 2019.0000420794

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo / Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, **NÃO CONSTA(M)** processo(s) e/ou procedimento(s) distribuído(s) até a presente data e hora, contra **PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **070.164.226-23**.

NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2019, às 09:38.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida gratuitamente;
- b) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada por qualquer interessado, com base no código de segurança **7ac59680 bb3a2397 e4c173f2 1ed11e66 3448df80**, no endereço **<http://web.trf3.jus.br/certidao/certidaojudicial/VerificarAutenticidade>**, até 60 dias contados da data de sua expedição (prazo em que ficará disponível no sistema);
- c) A presente certidão tem por objeto o apontamento de distribuição de processos para fins de instrução de pedido de registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral;
- d) Esta certidão foi expedida independentemente de haver ou não decisão condenatória, transitada ou não em julgado;
- e) Não constam do cadastro do processo quaisquer dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, que estejam ausentes na certidão no caso de apontamento de registro de processo (ação penal);
- f) Não estando disponíveis nos sistemas de acompanhamento processual os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, se necessário;
- g) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão dos mesmos;
- h) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nela grafados e os dados (nome e número) constantes do aludido documento;
- i) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- j) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos investigatórios equiparados;
- k) O parâmetro de pesquisa para confecção da Certidão levou em conta apenas e tão-somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e os de sua competência recursal, em tramitação, autos findos e encaminhados às Instâncias Superiores nos órgãos fracionários e no Tribunal Pleno ou encaminhados às Instâncias Superiores, na data da pesquisa. Não foram considerados os processos ou procedimentos que tenham deixado de tramitar no Tribunal, ainda que de natureza penal ou de improbidade administrativa;
- l) Esta certidão pode conter feitos de publicidade restrita, se devidamente autorizado, sem prejuízo de exclusões de informações sigilosas, caso determinado pela autoridade judicial.
- m) Esta certidão foi expedida nos termos da Res. Pres. nº 277, de 06.01.12, e caso tenha conteúdo positivo, o interessado poderá obter certidão narrativa da natureza, objeto e estado do feito diretamente junto ao órgão processante.
- n) A pesquisa abrange registros desde 30/03/1989 até a presente data, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (2º Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul;
- o) Esta certidão abrange os processos em tramitação no SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais do 2º Grau e no PJe – Sistema Processual Eletrônico.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região / Secretaria Judiciária
seju@trf3.jus.br - Av. Paulista, n. 1842, Torre Sul, 14º andar, São Paulo/SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO ESTADUAL
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 4051071

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 27/01/2019, verifiquei NADA CONSTAR contra:

JUCENYR MARTINS, portador do RG: 457761, CPF: 528.945.681-34, filho de Isaías de Quadros Martins e Therezinha de Jesus Maria Martins, nascido aos 18/05/1971. *****

Certifico, ainda, que foram pesquisados os registros dos feitos de todas as comarcas do Estado, inclusive dos feitos registrados no âmbito dos Juizados Especiais e os processos de execução penal.

XX

OBSERVAÇÕES:

a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.

b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: www.tjms.jus.br, disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Ponta Porã, segunda-feira, 28 de janeiro de 2019.

PEDIDO Nº:

004717673





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO N. 000170449

FOLHA: 1/1

À vista das informações existentes no sistema de informática utilizado para o cadastramento, a distribuição e o registro da tramitação dos processos judiciais, verificou-se que, com relação às ações distribuídas, NADA CONSTA na condição de parte em nome de:

Jucenyr Martins, filho de Isaías de Wuadros Martins e Therezinha de Jesus Maria Martins, portador do documento de identidade n.457761, CPF n.528.945.681-34. *****

CERTIFICA-SE, tendo como origem os PROCESSOS CRIMINAIS em trâmite na 2ª Instância, de competência originária, disponíveis na base de dados do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

OBS.:

A presente certidão é expedida em consonância com as disposições da Lei Complement. n. 64, de 18/05/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complement. n. 135, de 7/06/2010, e nos termos do caput do art. 8º da Res. nº 121/2010, do CNJ.

a) Os dados de identificação informados são de inteira responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

b) A autenticidade deste documento deverá ser confirmada, no prazo máximo de 30 dias a partir da sua emissão, no endereço www.tjms.jus.br/scosg/abrirConferencia.do.

Campo Grande, segunda-feira, 28 de janeiro de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO ESTADUAL
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 4051092

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 27/01/2019, verifiquei NADA CONSTAR contra:

ALEX SANDRO LOPES GOMES, portador do RG: 001217442, CPF: 951.160.601-87, filho de Melquieedeque Gomes e Leonir Rodrigues Lopes, nascido aos 06/07/1982. *****

Certifico, ainda, que foram pesquisados os registros dos feitos de todas as comarcas do Estado, inclusive dos feitos registrados no âmbito dos Juizados Especiais e os processos de execução penal.

XX

OBSERVAÇÕES:

a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.

b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: www.tjms.jus.br, disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Ponta Porã, segunda-feira, 28 de janeiro de 2019.

PEDIDO Nº:

004717694





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO N. 000170457

FOLHA: 1/1

À vista das informações existentes no sistema de informática utilizado para o cadastramento, a distribuição e o registro da tramitação dos processos judiciais, verificou-se que, com relação às ações distribuídas, NADA CONSTA na condição de parte em nome de:

Alex Sandro Lopes Gomes, filho de Melquieedeque Gomes e Leonir Rodrigues Lopes, portador do documento de identidade n.001217442, CPF n.951.160.601-87. *****

CERTIFICA-SE, tendo como origem os PROCESSOS CRIMINAIS em trâmite na 2ª Instância, de competência originária, disponíveis na base de dados do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

OBS.:

A presente certidão é expedida em consonância com as disposições da Lei Complement. n. 64, de 18/05/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complement. n. 135, de 7/06/2010, e nos termos do caput do art. 8º da Res. nº 121/2010, do CNJ.

a) Os dados de identificação informados são de inteira responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

b) A autenticidade deste documento deverá ser confirmada, no prazo máximo de 30 dias a partir da sua emissão, no endereço www.tjms.jus.br/scosg/abrirConferencia.do.

Campo Grande, segunda-feira, 28 de janeiro de 2019.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO ESTADUAL
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 4051113

FOLHA: 1/1

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos criminais, na base de dados do sistema de automação da justiça do Estado de Mato Grosso do Sul até a data de 27/01/2019, verifiquei NADA CONSTAR contra:

PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS, portador do RG: 12768042, CPF: 070.164.226-23, filho de Pedro Antonio Domingos e Luzia Marilaic Sobreira Guimarães, nascido aos 25/09/1983. *****

Certifico, ainda, que foram pesquisados os registros dos feitos de todas as comarcas do Estado, inclusive dos feitos registrados no âmbito dos Juizados Especiais e os processos de execução penal.

XX

OBSERVAÇÕES:

a) Os dados que serviram de parâmetros para a realização da busca, para fins de expedição desta certidão, foram inseridos pelo usuário e suas conferências compete ao interessado/destinatário.

b) A confirmação da autenticidade deste documento poderá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão, no endereço eletrônico: www.tjms.jus.br, disponível no menu e-Saj, utilizando-se o número do pedido e o número da Certidão.

Certidão expedida gratuitamente pela internet, com validade de 30 dias.

Ponta Porã, segunda-feira, 28 de janeiro de 2019.

PEDIDO Nº:

004717717





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

CERTIDÃO
AÇÕES CRIMINAIS

CERTIDÃO N. 000170460

FOLHA: 1/1

À vista das informações existentes no sistema de informática utilizado para o cadastramento, a distribuição e o registro da tramitação dos processos judiciais, verificou-se que, com relação às ações distribuídas, NADA CONSTA na condição de parte em nome de:

Pedro Thiago Sobreira Domingos, filho de Pedro Antonio Domingos e Luzia Marilaic Sobreira Guimarães, portador do documento de identidade n.12768042, CPF n.070.164.226-23. *****

CERTIFICA-SE, tendo como origem os PROCESSOS CRIMINAIS em trâmite na 2ª Instância, de competência originária, disponíveis na base de dados do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

OBS.:

A presente certidão é expedida em consonância com as disposições da Lei Complement. n. 64, de 18/05/1990, com as alterações introduzidas pela Lei Complement. n. 135, de 7/06/2010, e nos termos do caput do art. 8º da Res. nº 121/2010, do CNJ.

a) Os dados de identificação informados são de inteira responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;

b) A autenticidade deste documento deverá ser confirmada, no prazo máximo de 30 dias a partir da sua emissão, no endereço www.tjms.jus.br/scosg/abrirConferencia.do.

Campo Grande, segunda-feira, 28 de janeiro de 2019.

53000.056633/2011-08

ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS (CNPJ: 02.617.368/0001-29)

ANTONIO JOÃO/MS

1) Requerimento: Pgs. 5 e 6 SEI (0024458)

Data apresentação: 17/01/2012

Endereço de correspondência:

Rua Félix de Albuquerque nº 428 - Vila Ana Maria do Couto

CEP 79103-620 / Campo Grande - MS

Dados da Outorga

Processo Outorga: 53700.001247/1998




Portaria Autorização: nº 38, publicada no DOU de 23/02/2000

Decreto Legislativo: nº 419, publicado no DOU de 26/10/2001

2) Ata de Eleição da Diretoria: Pgs. 15 a 16 SEI (02349727) - 01250.066883/2017-98

Tempo do mandato: 3 anos - Período: 05/03/2017 a 05/03/2020

Localização do registro: Pg. 16

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 JUCENYR MARTINS	18/05/1971	528.945.681-34	MS - 457.761	Isaias de Quadros Martins e Therezinha de Jesus Maria Martins	108207519/29	Pg. 21 SEI (2349727) - 01250.166883/2017-98
Diretor Administrativo	 ALEX SANDRO LOPES GOMES	06/07/1982	951.160.601-87	MS - 001.217.442	Melquieedeque Gomes e Leonir Rodrigues Lopes	15767351937	Pgs. 19 e 20 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98
Diretor de Operações	 PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS	25/09/1983	070.164.226-23	MG - 12.768.042	Pedro Antonio Domingos e Luzia Marillaic Sobreira Guimaraes	139981540230	Pg. 22 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

3) Estatuto Social: Pgs.06 a 14 SEI (2349727) - 01250.068883/2017-98

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: Pg. 14

3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2º

3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 5º

3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º "a"

3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º "a"

3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade: Art. 12º

3.7) Especificação do Conselho Comunitário: Art. 17º

3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: Art. 12º e 16º

3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, apos a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: Art. 12º - mandato de três anos

3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 1º - II - OK: art. 5º, e 9º - III - OK: art. 8º - IV - OK: art. 20º - V - OK: art. 11º - VI - OK: art. 21º e 22º - VII - OK: art. 12º e 11º

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 11 § 1º - II - OK: art. 11 § 1º - III - OK: art. 11 § 1º (2/3 presentes); art. 18º(critérios); art. 11 § 1º (1/5 associados p/convocação Assembléia)

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): Não se aplica

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): Art. 22º

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: OK

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes: Pgs. 2 a 3 SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37

5) Prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Pgs. 19 a 22 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Pg. 5 (grade avaliada e aprovada) - pgs. 6 a 10 (CNPJ entidades)

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pg. 7 SEI (0024458) e pg. 3 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: SEI (3599859)

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): SEI (3599874)

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: SEI (3599891)

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Pg. 4 SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37

12) Certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho: SEI (3599902)

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: OK

14) Conclusão da Análise:

Processo instruído - apto para revisão final

Data de Envio:

28/01/2019 14:42:30

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

informação sobre entidade RadCom que pleiteia renovação de outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS (CNPJ: 02.617.368/0001-29), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Campo Grande / MS (processo nº 53000.056633/2011-08), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Data de Envio:

28/01/2019 15:25:02

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade RadCom que pleiteia renovação de outorga

Mensagem:

Retificação mensagem enviada hoje:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS (CNPJ: 02.617.368/0001-29), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João / MS (processo nº 53000.056633/2011-08), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,


Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Zimbra

tereza.okubaru@mctic.gov.br

Fwd: Informação sobre entidade RadCom que pleiteia renovação de outorga**De :** cgrc sei <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Ter, 29 de jan de 2019 12:52

Assunto : Fwd: Informação sobre entidade RadCom que pleiteia renovação de outorga 1 anexo**Para :** Tereza Kioko Taira Okubaru <tereza.okubaru@mctic.gov.br>

Tereza,

Chegou resposta da CGFI.

Att,

Natália

----- Mensagem encaminhada -----

De: "Lilian Magalhaes de Misquita Vieira" <lilian.misquita@mctic.gov.br>

Para: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc: "Mariza Oshiro" <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 28 de janeiro de 2019 16:09:07

Assunto: Re: Informação sobre entidade RadCom que pleiteia renovação de outorga

À Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

53900.012110/2016

- Em trâmite;
- Processo em fase de apuração de possível irregularidade.

53000.002690/2012

- Em trâmite;
- Processo aguardando análise de recurso.
- Irregularidade: Art. 40, incisos XII, XVII e XXIX do Decreto 2.615/98;
- Data da infração: 13 e 14/12/2011;

53000.051136/2012

- Em trâmite;
- Processo aguardando análise de recurso.
- Irregularidade e data da infração: Art. 40, incisos XV e XXIX do Decreto 2.615/98;
- Data da infração: Art. 40, incisos XV (data da infração 09/09/2013) e XXIX (data da infração 26/12/2012 e 05/09/2013)

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

53000.065980/2010

- PAI encerrado. Verificar relatório do SRD.
- Portaria nº 132, de 04/05/2011, publicada no D.O.U de 05/05/2011 - MULTA;
- Irregularidade apurada: Art. 40, inciso XV do Decreto 2.615/98.
- Infração: (data de ocorrência: 05/06/2009).

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 28 de janeiro de 2019 15:25:03

Assunto: Informação sobre entidade RadCom que pleiteia renovação de outorga

Retificação mensagem enviada hoje:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS (CNPJ: 02.617.368/0001-29), entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João / MS (processo nº 53000.056633/2011-08), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

SEDEG/CGFI/DECEF/SERAD-MCTIC

Ramal: 6811



SRD - ANTÔNIO JOÃO.pdf

228 KB


[Menu Principal](#)
[SRD](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MS
Município: Antônio João
Canal: 285
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
Nome Fantasia: RÁDIO FM NOVOS TEMPOS
Logradouro: RUA JOANA DE ALMEIDA MATTOS ESQ. C/ PRESIDENTE VARGAS
Telefone: Não Informado
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.617.368/0001-29
Bairro: CENTRO
Número: S/N
Fax: Não Informado

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: [Brasil](#)
Número do CEP: [79910000](#) **Logradouro:** [RUA JOANA DE ALMEIDA MATTOS ESQ. C/ PRESIDENTE VARGAS](#)
Número: [S/N](#) **Complemento:** **Bairro:** [CENTRO](#) **Estado:** [MS](#)
Município: [Antônio João](#) **Distrito:** **SubDistrito:**
Telefone: **Fax:**

Endereço de Correspondência

País: [Brasil](#)
Número do CEP: [79910000](#) **Logradouro:** [RUA WILMAR M. MARQUES](#)
Número: [454](#) **Complemento:** **Bairro:** [CENTRO](#) **Estado:** [MS](#)
Município: [Antônio João](#) **Distrito:** **SubDistrito:**
Telefone: **Fax:** **E-mail:**

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel:

Caixa:

Sequência:

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	38	<input type="text"/>	Portaria	MC	17/02/2000	23/02/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	419	<input type="text"/>	Decreto Legislativo	CN	25/10/2001	26/10/2001	Deliber. do C. Nacional	Jur.
<input type="text"/>	22707	<input type="text"/>	ATO	SCM	06/02/2002	14/02/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.

	132	Portaria	MC	04/05/2011	05/05/2011	Multa	Jur.
--	-----	----------	----	------------	------------	-------	------

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

Dados da Estação

Entidade: ASSOCIACAO DE INTEGRACAO COMUNITARIA NOVOS TEMPOS -
CNPJ/CPF(02.617.368/0001-29)
Município/UF: ANTÔNIO JOÃO/MS
Indicativo: ZYC961

Situação: [Atenção: Entidade devedora \(Não bloqueada\)](#)

Canal: 285

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo

Sábado

00:00

24:00



Tela Inicial



Imprimir

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: **53000.056633/2011-08**.

Entidade: **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**

Assunto: **Pesquisa aos sítios das Justiças Federal e Estadual.**

1. Informo que, após consultas aos sítios eletrônicos do Tribunal Regional Federal e da respectiva Seção e Subseção Judiciária e do Tribunal de Justiça do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas que inviabilizem o deferimento da renovação da outorga.

2. Encaminhem-se os autos para revisão final.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 12/03/2019, às 09:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3961292** e o código CRC **16BFCA7D**.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 3961292




53000.056633/2011-08
ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS (CNPJ: 02.617.368/0001-29)
ANTONIO JOÃO/MS

1) Requerimento: Pgs. 5 e 6 SEI (0024458)
Data apresentação: 17/01/2012

Endereço de correspondência:
Rua Félix de Albuquerque nº 428 - Vila Ana Maria do Couto
CEP 79103-620 / Campo Grande - MS

Dados da Outorga
Processo Outorga: 53700.001247/1998
Portaria Autorização: nº 38, publicada no DOU de 23/02/2000
Decreto Legislativo: nº 419, publicado no DOU de 26/10/2001

2) Ata de Eleição da Diretoria: Pgs. 15 a 16 SEI (02349727) - 01250.066883/2017-98
Tempo do mandato: 3 anos - Período: 05/03/2017 a 05/03/2020
Localização do registro: Pg. 16

Cargo	Nome do Diretor	Nasc.	CPF	RG	Filiação	Título Eleitoral	Documentos
Presidente	 JUCENYR MARTINS	18/05/1971	528.945.681-34	MS - 457.761	Isaias de Quadros Martins e Therezinha de Jesus Maria Martins	108207519/29	Pg. 21 SEI (2349727) - 01250.166883/2017-98
Diretor Administrativo	 ALEX SANDRO LOPES GOMES	06/07/1982	951.160.601-87	MS - 001.217.442	Melquieedeque Gomes e Leonir Rodrigues Lopes	15767351937	Pgs. 19 e 20 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98
Diretor de Operações	 PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS	25/09/1983	070.164.226-23	MG - 12.768.042	Pedro Antonio Domingos e Luzia Marillaic Sobreira Guimaraes	139981540230	Pg. 22 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

3) Estatuto Social: Pgs.06 a 14 SEI (2349727) - 01250.068883/2017-98

3.1) Comprovante do registro do Estatuto no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas: Pg. 14

3.2) Indicação da finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: Art. 2º

3.3) Garantia de ingresso gratuito, como associado, de toda e qualquer pessoa física ou jurídica, vedado o condicionamento do ingresso à aprovação pela diretoria ou à indicação por outro associado (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 5º

3.4) Garantia do direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º "a"

3.5) Garantia às pessoas físicas do direito de votarem e serem votados para os cargos de direção, e às pessoas jurídicas do direito de votarem para os cargos diretivos (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 8º "a"

3.6) Especificação do órgão administrativo da entidade: Art. 12º

3.7) Especificação do Conselho Comunitário: Art. 17º

3.8) Cargos que compõem a estrutura administrativa, bem como as suas respectivas atribuições: Art. 12º e 16º

3.9) Tempo de mandato dos membros da diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, sendo admitida uma recondução, apos a qual é vedada a permanência dos mesmos dirigentes mesmo que em cargos diversos: Art. 12º - mandato de três anos

3.10) Texto estatutário deve conter, em conformidade com o art. 54 do Código Civil: I - a denominação, os fins e a sede da associação; II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados; III - os direitos e deveres dos associados; IV - as fontes de recursos para sua manutenção; V - o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos; VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução; e VII - a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 1º - II - OK: art. 5º, e 9º - III - OK: art. 8º - IV - OK: art. 20º - V - OK: art. 11º - VI - OK: art. 21º e 22º - VII - OK: art. 12º e 11º

3.11) Cláusula prevendo que a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto (art. 57 do Código Civil) (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): Art. 9º

3.12) Competências privativas da Assembleia Geral, a saber: (Art. 59 do CC) I - destituição dos administradores; II - alteração do estatuto; III - o quórum para as deliberações relativas a esses assuntos e os critérios de eleição dos administradores. (Art. 60 do CC) A garantia do direito de convocação dos órgãos deliberativos a 1/5 (um quinto) dos associados. (APENAS PARA ASSOCIAÇÕES): I - OK: art. 11 § 1º - II - OK: art. 11 § 1º - III - OK: art. 11 § 1º (2/3 presentes); art. 18º(critérios); art. 11 § 1º (1/5 associados p/convocação Assembléia)

3.13) Observância aos arts. 66 e 67 do Código Civil, quanto à alteração do estatuto: I - deliberação por 2/3 dos componentes para gerir e representar a fundação; II - a alteração não deve contrariar ou desvirtuar o fim da fundação; III - a alteração deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde a fundação estiver situada (APENAS PARA FUNDAÇÕES): Não se aplica

3.14) Condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio (arts. 61 e 69 do Código Civil - ASSOCIAÇÕES e FUNDAÇÕES, respectivamente): Art. 22º

3.15) O estatuto social não poderá conter cláusula de que a entidade, por qualquer meio, realiza ou realizará proselitismo e deverá observar as finalidades e princípios dispostos, respectivamente, nos arts. 3º e 4º da Lei nº 9.612, de 1998: Art. 2º II § 2º

4) Requerimento e respectivas declarações (Anexo 5) assinados por todos os dirigentes: Pgs. 2 a 3 SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37

5) Prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição do CPF de todos os dirigentes: Pgs. 19 a 22 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

6) Último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116: Pg. 5 (grade avaliada e aprovada) - pgs. 6 a 10 (CNPJ entidades) - SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37

7) Declaração de conformidade das instalações e equipamentos: Pg. 7 SEI (0024458) e pg. 3 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98

8) Comprovante de Inscrição no CNPJ: SEI (3599859)

9) Certidão Negativa de Débitos da Anatel (SIGEC): SEI (3599874)

10) Certidão que comprove a regularidade da entidade com o FGTS: SEI (3599891)

11) Certidão conjunta negativa de débitos da entidade relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal: Pg. 4 SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37

12) Certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho: SEI (3599902)

13) Verificações sobre a manutenção ou o estabelecimento de vínculos: OK

14) Conclusão da Análise:

Processo instruído - apto para revisão final



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL N° 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / n° do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria n° 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria n° 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 3646/2019/SEI-MCTIC

Processo nº: **53000.056633/2011-08.**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo se trata da renovação para o Serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, na localidade de **Antonio João**, estado de **Mato Grosso do Sul**, por meio da Portaria nº 38, publicada no DOU de 23/02/2000, e Decreto Legislativo nº 419, publicado no DOU de 26/10/2001.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 26/10/2011. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, apresentou pedido de renovação de outorga em 17/01/2012, às fls. 5 e 6 SEI (0024458) , subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. O pleito da Requerente é tempestivo, tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no DOU de 2/7/2013, que estendeu a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013.

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA NOVOS TEMPOS
QUADRO DIRETIVO
Presidente - JUCENYR MARTINS

Diretor Administrativo - ALEX SANDRO LOPES GOMES

Diretor de Operações - PEDRO THIAGO SOBREIRA DOMINGOS

3. Após análise da documentação apresentada, com base nas disposições previstas na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e na Norma nº 1/2015, alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, verificou-se a completa instrução do processo, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação tempestivo.	Fls. 5 e 6 do evento SEI (0024458)
1.2	Após diligências deste Ministério, a entidade atendeu a contento às exigências impostas.	SIM
2	Estatuto social atualizado e registrado no Livro A do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Fls. 06 a 14 do evento SEI (2349727) - 01250.068883/2017-98
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	Fls. 15 a 16 do evento SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	Fls. 19 a 22 do evento SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC (alterada pela Portaria nº 1909/2018/SEI-MCTIC, publicada no DOU de 9/4/2018).	Fls. 5 a 10 do evento SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37
	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade	Fls. 7 SEI (0024458)

6	com a última autorização do Ministério a Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	e fls.. 3 SEI (2349727) - 01250.066883/2017-98
7	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda, válido e atual.	E v e n t o SEI (3599859)
8	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).	E v e n t o SEI (3599874)
9	Certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	E v e n t o SEI (3599891)
10	Certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal.	Fls. 4 SEI (3743929) - 01250.000644/2019-37
11	Certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.	Evento SEI (3599902)
9	Relatório de apuração de infrações.	E-mail - Evento SEI (3811847)
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?	Não.

4. Após consultas ao sítio eletrônico do Tribunal Regional Federal e da respectiva Subseção Judiciária do domicílio dos dirigentes, não foram encontrados registros de ações distribuídas perante a Justiça Federal que inviabilizem o

CONCLUSÃO

5. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (SEI 3963661).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056633/2011-08, que trata da Renovação da Outorga de Autorização, a Portaria MCTIC nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de XXXX, publicada no Diário Oficial da União de XX/XX/XXXX, e a respectiva documentação para que a Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que dispõe o **caput** do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Por meio da Nota Técnica nº 3646/2019/SEI-MCTIC, a área técnica se manifestou de modo favorável à renovação da outorga, uma vez que inexistem óbices legal e normativo ao pleito. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

3. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2019.

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001247/1998 e nº 53000.056633/2011-08, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 13/03/2019, às 14:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 25/03/2019, às 09:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci**,



Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, em 27/03/2019, às 16:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/04/2019, às 16:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3961390** e o código CRC **38AD1D2F**.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 3961390

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária em análise na Regional de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: **53000.056633/2011-08**

Entidade: **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria de Radiodifusão,

Diante do exposto na Nota Técnica nº 3646/2019/SEI-MCTIC (Evento SEI 3961390), que opinou pelo deferimento do pedido de renovação de outorga apresentado pela **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**, entidade executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária em **Antonio João**, estado de **Mato Grosso do Sul**, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 23/04/2019, às 13:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4062276** e o código CRC **34A394DE**.

Minutas e Anexos

MINUTA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 4062276

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão para a SEXEC

DESPACHO

Processo nº: 53000.056633/2011-08

Referência:

Interessado: Associação de Integração Comunitária Novos Tempos

Assunto: Renovação de Outorga.

Trata-se de minuta de portaria e de exposição de motivos, que visa a renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 15/08/2019, às 15:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4436995** e o código CRC **E25CB0D1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 4436995



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4719/2019/SEI-MCTIC
DE 11 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001247/1998 e nº 53000.056633/2011-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 17/09/2019, às 12:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4622435** e o código CRC **729B30EB**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 19/09/2019 11:16:59
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 5507531
Data prevista de publicação: 20/09/2019
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Nota de Crédito

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12035174	ATO PORTARIA Nº 4714 MIN.rtf	620118866c69851d 266e3b6903722cd0	6,00	R\$ 198,24
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
12035175	ATO PORTARIA Nº 4723 MIN.rtf	d65ce6016d0e43bb c4c8108c5458f50f	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035176	ATO PORTARIA Nº 4724 MIN.rtf	5a733616f77bb878 c916cb136e5b5091	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035177	ATO PORTARIA Nº 4744 MIN.rtf	03c7a5dc1648396a 3cbd372084d82814	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035178	ATO PORTARIA Nº 4748 MIN.rtf	8dc15eb52afe28b7 d1f7bc7663c46d53	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035179	ATO PORTARIA Nº 4750 MIN.rtf	ceeb09995517b4c9 727c3ecc3fc65f4b	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035180	ATO PORTARIA Nº 4751 MIN.rtf	a56a21c5ca6d4059 c27d7a4157b114a6	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035181	ATO PORTARIA Nº 4715 MIN.rtf	72bf997ac84ba5bb 3f1265834c6190ce	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035202	ATO PORTARIA Nº 4716 MN.rtf	cf8122a2a77a37af 10b2326c8a2e0f7d	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035203	ATO PORTARIA Nº 4717 MIN.rtf	c7564faf501fd69f 2394ab8ac7116140	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035204	ATO PORTARIA Nº 4718 MIN.rtf	ae2959238192ea18 2cf89df5b9eefd34	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28

12035205	ATO PORTARIA Nº 4719 MIN.rtf	9aba2ae95df5a34f fbe885f6bde768e7	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035206	ATO PORTARIA Nº 4720 MIN.rtf	99cd52633ce50042 e27b98c120537a21	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035207	ATO PORTARIA Nº 4721 MIN.rtf	ddfb5b05566e15d0 9af42952d0ccc506	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
12035208	ATO PORTARIA Nº 4722 MIN.rtf	917ee40d5ea4ea07 d8c5da979e5166ee	7,00	R\$ 231,28
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			104,00	R\$ 3.436,16

Ministério da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.714-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.001174/1998 e nº 53900.017316/2015-48, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Amigos de Pinhais, CNPJ nº 02.730.913/0001-99, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinhais, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.715-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53790.001430/1998 e nº 53000.058422/2012-82, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de dezembro de 2012, a autorização outorgada à Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi (CNPJ nº 02.259.255/0001-07), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Panambi, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.716-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001012/1999 e nº 53900.045511/2016-49, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de março de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo, CNPJ nº 03.265.681/0001-08, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Monte Carmelo, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.717-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53000.018100/2004 e nº 53900.045885/2016-64, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 4 de abril de 2017, a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale, CNPJ nº 03.202.795/0001-09, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pinheirinho do Vale, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.718-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53830.002295/1998-20 e nº 53900.014187/2014-55, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio FM Comunitária Tropical, CNPJ nº 01.848.981/0001-94, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Votorantim, estado de São Paulo.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.719-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53700.001247/1998 e nº 53000.056633/2011-08, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de outubro de 2011, a autorização outorgada à Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.720-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53710.001054/1998 e nº 53900.026707/2014-72, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Soledadense, inscrita no CNPJ nº 02.740.015/0001-11, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Soledade de Minas, estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.721-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53103.000012/2000 e nº 53900.004638/2014-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de agosto de 2014, a autorização outorgada à Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº 03.582.697/0001-44, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Picuí, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.722-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53740.000917/1998-76 e nº 53900.034917/2014-34, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 16 de dezembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Diamante D'Oeste, CNPJ nº 02.507.675/0001-57, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Diamante D' Oeste, estado do Paraná.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.723-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000047/2001 e nº 53900.017311/2015-15, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Unidos Para Sempre, CNPJ nº 04.219.530/0001-86, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Conceição do Araguaia, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.724-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53820.000849/1998 e nº 53900.017163/2015-39, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de junho de 2015, a autorização outorgada à Ação Social São Francisco de Assis, inscrita no CNPJ nº 79.504.023/0001-93, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Palhoça, estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.744-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53720.000473/2002 e nº 01250.058843/2017-72, resolve:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de fevereiro de 2018, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira, CNPJ nº 05.121.849/0001-37, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Altamira, estado do Pará.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 4.748-SEI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta dos processos nº 53100.000709/2004 e nº 01250.058861/2017-54, resolve:



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.056633/2011-08**.

Entidade: **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos**.

Assunto: **Encaminhamento de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 4719 de 11 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019, renovou-se a outorga da **Associação de Integração Comunitária Novos Tempos** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho o processo nº 53000.056633/2011-08, acompanhado do ato de renovação de outorga, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para inclusão no Sistema SIDOF e posterior envio dos autos ao setor responsável pelo encaminhamento à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Yroa Robledo Ferreira**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2019, às 17:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4665032** e o código CRC **CBADBD07**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.056633/2011-08

SEI nº 4665032

Brasília, 05 de Novembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056633/2011-08, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Integração Comunitária Novos Tempos, inscrita no CNPJ nº 02.617.368/0001-29, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de outubro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Antonio João, estado de Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3646/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 4.719, de 17, Setembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 20/09/2019.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 43116/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53000.056633/2011-08.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 07/11/2019, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4823363** e o código CRC **C9EB2061**.